

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	21
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	22
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	30
4.5 - Processos sigilosos relevantes	31
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	32
4.7 - Outras contingências relevantes	33
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	34

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	35
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	37
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	38
5.4 - Outras informações relevantes	39
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	40
6.3 - Breve histórico	41
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	42
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	45
6.7 - Outras informações relevantes	46
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	47
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	48
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	49
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	62
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	63
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	66
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	68
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	69
7.9 - Outras informações relevantes	70
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	71
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	73
8.3 - Operações de reestruturação	74
8.4 - Outras informações relevantes	75
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	76
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	77

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	78
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	79
9.2 - Outras informações relevantes	81
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	82
10.2 - Resultado operacional e financeiro	84
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	85
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	86
10.5 - Políticas contábeis críticas	87
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	88
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	89
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	91
10.10 - Plano de negócios	92
10.11 - Outros fatores com influência relevante	93
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	94
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	95
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	96
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	100
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	102
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	103
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	104
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	105
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	112
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	113

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	121
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	135
12.12 - Outras informações relevantes	136

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	137
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	140
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	146
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	151
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	152
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	158
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	160
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	163
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	164
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	165
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	166
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	167
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	168
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	169
13.16 - Outras informações relevantes	171

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	172
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	173
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	174

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	176
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	177
15.3 - Distribuição de capital	181
15.4 - Organograma dos acionistas	182
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	183
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	184
15.7 - Outras informações relevantes	185
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	186
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	187
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	198
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	199
17.2 - Aumentos do capital social	200
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	201
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	202
17.5 - Outras informações relevantes	203
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	204
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	206
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	207
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	208
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	209
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	210

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	211
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	212
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	213
18.10 - Outras informações relevantes	214
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	215
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	216
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	217
19.4 - Outras informações relevantes	218
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	219
20.2 - Outras informações relevantes	220
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	221
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	222
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	223
21.4 - Outras informações relevantes	224
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	225
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	226
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	227
22.4 - Outras informações relevantes	228

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

David Feffer

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Orlando de Souza Dias

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras e revisão especial das informações trimestrais - ITR e anuais - DFP, a data de contratação dos serviços foi 11 de maio de 2012.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante de R\$ 78.811,00 (setenta e oito mil, oitocentos e onze reais), referentes aos serviços de auditoria prestados. Não houve prestação de outros serviços durante o exercício de 2014.
Justificativa da substituição	A substituição visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos Auditores Independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos antigos auditores, Ernst Young Terco Auditores Independentes S/S.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Anselmo Neves Macedo	01/01/2012 a 30/09/2012	033.169.788-28	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: amacedo@kpmg.com.br
Carla Bellangero	01/10/2012	101.832.328-79	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: cbellangero@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações relevantes:

Em 2012 em função do rodízio das empresas de auditoria instituído pela CVM a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes em substituição aos antigos auditores independentes Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)
Patrimônio Líquido	3.616.546.000,00	3.711.909.000,00	2.823.906.000,00
Ativo Total	28.467.899.000,00	27.498.554.000,00	25.694.618.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	7.265.360.000,00	5.689.559.000,00	5.194.591.000,00
Resultado Bruto	1.908.576.000,00	1.498.335.000,00	1.166.767.000,00
Resultado Líquido	-231.698.000,00	-208.759.000,00	-168.849.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	168.698.453	168.698.453	126.752.545
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	21,440000	22,000000	22,280000
Resultado Líquido por Ação	-0,320000	-0,360000	-0,340000

3.2 - Medições não contábeis

3.2 Medições não contábeis

a) Medições não contábeis

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação, amortização e exaustão.

O EBITDA não é medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como resultados financeiros e tributos.

O EBITDA consolidado apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 totalizaram os montantes de R\$ 2.421 milhões, R\$ 1.834 milhões e R\$ 1.231 milhões, respectivamente. As margens EBITDA em relação às receitas líquidas foram de 33,3%, 32,2% e 23,7%, respectivamente.

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras consolidadas auditadas

Cálculo do EBITDA			
Demonstrações Financeiras Consolidadas	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012
Receita Líquida Total (Em R\$ mil)	7.265.360	5.689.559	5.194.591
Resultado Bruto (Em R\$ mil)	1.908.576	1.498.335	1.166.767
Despesas operacionais:			
(-) Despesas com vendas (Em R\$ mil)	(300.796)	(250.996)	(247.949)
(-) Despesas gerais e administrativas (Em R\$ mil)	(418.372)	(409.431)	(452.692)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Em R\$ mil)	14.922	106.584	37.231
(=) EBIT (Em R\$ mil)	1.204.330	944.492	503.357
(+) Depreciações e Amortizações (Em R\$ mil)	1.216.240	889.620	727.524
(=) EBITDA (Em R\$ mil)	2.420.570	1.834.112	1.230.881
Margem de EBITDA %	33,32%	32,24%	23,70%

c) Explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Em razão de não serem considerados, para o seu cálculo, o resultado financeiro, o imposto de renda e a contribuição social, as despesas de depreciação e amortização, a participação de acionistas não controladores e os ajustes de despesas de remuneração baseada em opções de ações, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de desempenho econômico da Companhia que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Por funcionar como indicador de desempenho econômico da Companhia, o EBITDA Ajustado é utilizado como uma medida prática de desempenho pela administração da Companhia e pelas demais companhias do setor, motivo pelo qual se entendeu importante a sua inclusão neste formulário. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como: resultado financeiro, tributos, depreciação e amortização, despesas de capital e outros encargos relacionados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Os eventos subsequentes que alteram as últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social se referem à sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A e é a seguinte:

Operação com a Ibema Participações S.A. e Ibema Companhia Brasileira de Papel

Em 18 de março de 2015, a controlada Suzano Papel e Celulose S.A. comunicou ao mercado que o seu Conselho de Administração aprovou a celebração de operação com a IBEMA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Ibemapar") e com IBEMA COMPANHIA BRASILEIRA DE PAPEL ("Ibema"), ao final da qual a controlada Suzano Papel e Celulose passará a deter 49,90% das ações representativas do capital social da Ibema. A participação da controlada Suzano Papel e Celulose no capital social será de 38% até a completa exclusão de ativos não relacionados à operação de papelcartão.

A mencionada operação consistirá na venda, para a Ibema, da fábrica de papelcartão da controlada Suzano Papel e Celulose, localizada no Município de Embu/SP, pelo preço de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o qual será pago por meio de compensação com dívida da controlada Suzano Papel e Celulose assumida pela Ibema no mesmo valor.

A controlada Suzano Papel e Celulose fará também um aporte de capital na Ibema no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

A Operação será realizada por etapas e sua efetivação estará sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelos demais órgãos regulatórios.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31.12.2014, 31.12.2013 e 31.12.2012	
a) Retenção de lucros	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% será destinado ao Fundo de Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social; (ii) determinado percentual será destinado à Reserva para Contingências; (iii) 25% do lucro líquido, no mínimo, deverá ser distribuído aos acionistas a título de dividendos, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.; (iv) o saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral, com a faculdade de destinar até 90% à Reserva para Aumento de Capital, objetivando assegurar adequadas condições operacionais. Esta reserva não poderá ultrapassar 80% do capital social. O valor remanescente será destinado à Reserva Estatutária Especial, com o fim de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Conforme mencionado no item anterior, o Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.</p> <p>O Estatuto Social prevê, ainda, nos termos do artigo 197 da Lei das S.A., que no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição da Reserva de Lucros a Realizar. Ademais, nos termos do artigo 199 da Lei das S.A., o saldo das reservas de lucros, exceto as de contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização das ações da Companhia, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>Além disso, o Estatuto Social da Companhia permite que a Assembleia Geral atribua aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros.</p> <p>Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, poderá a sociedade pagar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995. Caso pagas dessa forma, as importâncias desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.</p>
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição de dividendos aos acionistas ocorre anualmente, sempre que houver lucro ou reservas de lucros.</p> <p>Ainda, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, poderá ser levantado balanço semestral no último dia de junho de cada ano e poderá a Diretoria declarar dividendo semestral, por conta do dividendo anual; levantar balanços extraordinários e distribuir dividendos em períodos menores, por conta do dividendo anual, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual.</p>
d) Restrições à distribuição de dividendos	Não há qualquer restrição quanto à distribuição de dividendos.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Preferencial	0,00	Preferencial Classe A	0,00		0,00	
Preferencial	0,00	Preferencial Classe B				
Preferencial		Preferencial Classe B	0,00			
Preferencial		Preferencial Classe B			0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:

Na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014, a Companhia aprovou a distribuição de dividendo no montante de R\$ 33.912.675,10 (trinta e três milhões, novecentos e doze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dez centavos) com base no saldo das Reservas de lucros. Os dividendos foram com base na posição acionária em 30 de abril de 2014, passando as ações serem negociadas “ex-direitos” a partir de 02 de maio de 2014.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2014	17.930.491.059,19	Índice de Endividamento	1,70000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2014)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	992.713.693,51	1.806.405.629,28	1.512.568.896,21	1.377.224.521,74	5.688.912.740,74
Quirografárias	826.187.832,65	1.135.742.837,87	2.815.370.335,85	3.420.538.255,27	8.197.839.261,64
Total	1.818.901.526,16	2.942.148.467,15	4.327.939.232,06	4.797.762.777,01	13.886.752.002,38
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes:

A Companhia não possui outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia

Somos uma companhia holding dependente das distribuições de lucros de nossas subsidiárias.

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossa controlada Suzano Papel e Celulose. Dependemos das distribuições de lucros de nossas subsidiárias para obtermos fluxo de caixa.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os acionistas controladores da Companhia têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros de seu Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e alienações, bem como a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observada a exigência de pagamento do dividendo mínimo obrigatório imposta pela Lei das Sociedades por Ações.

c) Com relação aos seus acionistas

O pagamento de dividendos aos nossos acionistas depende dos lucros das nossas subsidiárias.

Nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio.

Os proprietários das ações da Companhia podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Companhia, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Companhia poderá ainda pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante da situação financeira da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos através de distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Podemos vir a captar no futuro recursos adicionais por meio de operações de emissão pública de valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação através de distribuição pública de valores mobiliários conversíveis em ações poderá afetar o valor de nossas ações e resultar na diluição da participação de acionistas no nosso capital social.

As ações de emissão da Companhia não têm liquidez.

As ações da Companhia não tem liquidez, limitando substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações pelo preço e na data desejados.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações.

d) Com relação às controladas e coligadas da Companhia

Nossa estrutura societária não conta com sociedades coligadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O nosso resultado operacional poderá ser afetado pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades das nossas subsidiárias.

As nossas controladas poderão: (i) apresentar dificuldades financeiras que poderão resultar na necessidade de investimentos adicionais de nossa parte; (ii) cometer atos ou lhes serem atribuídos fatos que venham a prejudicar a nossa reputação, imagem e relacionamento com terceiros, impactando negativamente nossos negócios e operações; (iii) ter interesses econômicos e comerciais distintos dos nossos ou entre si; (iv) acarretar prejuízos à Companhia em virtude da sua responsabilização por eventuais obrigações de naturezas trabalhista, tributária, ambiental e/ ou de defesa do consumidor; e (v) conter passivos ocultos. Tais fatores de risco poderão afetar o resultado por nós estimado ou a perda de nosso investimento em tais controladas.

A Companhia possui 32,283% de participação no capital social da controlada Suzano Papel e Celulose, a qual em 31 de dezembro de 201 foi responsável por quase 100% do resultado da Companhia. Como se trata de participação relevante, qualquer risco relacionado à Suzano Papel e Celulose e suas operações podem ocasionar um efeito adverso nos resultados operacionais e na performance financeira da Companhia. Em virtude disso, passamos a expor abaixo os principais riscos da Suzano Papel e Celulose:

Os preços dos produtos da Suzano Papel e Celulose são altamente influenciados por mercados internacionais e, portanto, a Companhia tem pouco controle sobre os preços praticados.

Os mercados de celulose são tipicamente cíclicos. Além disso, os preços de celulose praticados pela Suzano Papel e Celulose S.A. acompanham os preços internacionais de mercado, que são determinados pelo balanço de oferta e demanda, pela capacidade de produção global e pelas condições econômicas mundiais. Esses preços também podem ser afetados por flutuações das taxas de câmbio entre as moedas dos principais países produtores e consumidores, movimentações de estoques entre produtores e compradores em função de expectativas de preços distintas ou, ainda, pelas estratégias de negócios adotadas por outros produtores, incluindo a disponibilidade de substitutos para os produtos da Suzano Papel e Celulose S.A. a preços mais competitivos. Todos esses fatores estão fora do controle da Suzano Papel e Celulose S.A. e podem ter um impacto significativo sobre a demanda por celulose e, conseqüentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano Papel e Celulose S.A..

Os preços de papéis, por sua vez, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados regionais onde são comercializados, embora com comportamento mais estável do que o dos preços de celulose. Assim, os preços dos papéis comercializados pela Suzano Papel e Celulose S.A. sofrem flutuações em decorrência direta de diversos fatores, dentre eles, das flutuações nos preços de celulose e de características específicas dos mercados em que a Suzano Papel e Celulose S.A. atua.

Flutuações de preços dos produtos ocorrem não só de ano para ano, mas também ao longo do ano como resultado da economia global e regional, condições, restrições de capacidade, aberturas e fechamentos de plantas, entre outros fatores.

A Suzano Papel e Celulose S.A. não pode garantir que os preços de mercado para celulose e papel e a demanda por seus produtos se manterão favoráveis aos seus negócios sem oscilações adversas, casos em que a habilidade da Suzano Papel e Celulose S.A. em operar suas fábricas de maneira economicamente viável poderá ser afetada de forma negativa.

A Suzano Papel e Celulose S.A. apresenta alto grau de dependência de suas áreas de plantio para o fornecimento de madeira, que é essencial para seus processos de produção. Qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano Papel e Celulose S.A..

Parte relevante da madeira utilizada nos processos de produção da Suzano Papel e Celulose S.A. é fornecida por suas próprias operações florestais, que incluem áreas de plantio localizadas próximas às unidades industriais de produção da Suzano Papel e Celulose S.A.. O mercado de madeira no Brasil é limitado, já que a maioria dos produtores de celulose e papel utiliza a madeira extraída de suas áreas de plantio para consumo próprio. Além disso, para aquisição ou utilização das terras que formarão a sua base florestal, a Suzano Papel e Celulose S.A. concorre com outras culturas, o que acaba elevando potencialmente o preço de aquisição das áreas de plantio ou mesmo trazendo dificuldades para a contratação de terceiros para desenvolver o cultivo do eucalipto.

Ainda, as áreas de plantio da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas a ameaças naturais, tais como, seca, incêndio, pestes e pragas, que podem reduzir o fornecimento de madeira para a Suzano Papel e Celulose S.A. ou resultar em maiores preços para a madeira que a Suzano Papel e Celulose S.A. adquire. As áreas de plantio da

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Suzano Papel e Celulose S.A. também estão sujeitas a ameaças adicionais, tais como a perda temporária da posse causada por invasão de posseiros, inclusive por movimentos sociais, ou roubo de madeira. Portanto, qualquer dano efetivo sobre essas áreas de plantio pode afetar adversamente os resultados operacionais da Suzano Papel e Celulose S.A..

A atividade da Suzano Papel e Celulose S.A. apresenta riscos operacionais relevantes que se materializados podem resultar na paralisação parcial de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condições financeiras.

As operações da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas a riscos operacionais, os quais podem causar a paralisação, ainda que parcial ou temporária, de suas atividades, assim como perda de produção. Tais paralisações podem ser causadas por fatores associados à falha de equipamentos, acidentes, incêndios, greves, desgastes decorrentes do tempo e da exposição às intempéries e desastres naturais. A ocorrência dos eventos mencionados pode resultar em danos graves a bens da Suzano Papel e Celulose S.A., diminuição do volume ou aumento dos custos de produção, causando um efeito adverso negativo em suas condições financeiras.

Para o desenvolvimento dos seus negócios, a Suzano Papel e Celulose S.A. depende da contínua operação logística, que contempla estradas, ferrovias, armazéns, portos, entre outros. Tais operações podem ser interrompidas por fatores exógenos, como, por exemplo, ocorrência de movimentos sociais, desastres naturais e greves.

A interrupção no fornecimento de insumos para a operação das unidades industriais e florestais bem como no transporte de produtos acabados aos clientes poderia causar impactos materiais adversos sobre as receitas e o resultado operacional da Suzano Papel e Celulose S.A. A Suzano Papel e Celulose S.A. celebrou contratos com terceiros para prestar os serviços de transporte e logística necessários para suas operações. Por consequência, a rescisão ou término destes contratos ou a incapacidade da Suzano Papel e Celulose S.A. de renová-los ou negociar novos contratos com outros prestadores de serviços em condições semelhantes poderá afetar significativamente a sua situação financeira e operacional.

A cobertura de seguro da Suzano Papel e Celulose S.A. pode ser insuficiente para cobrir suas perdas e não abrange danos causados às suas florestas.

A cobertura de seguros da Suzano Papel e Celulose S.A. para danos em suas unidades industriais decorrentes de incêndio, responsabilidade de terceiros por acidentes e riscos operacionais, bem como para transporte doméstico e internacional, pode ser insuficiente para cobrir as perdas que a Suzano Papel e Celulose S.A. possa vir a sofrer. A Suzano Papel e Celulose S.A. não mantém seguro contra incêndio, furtos, pragas ou outros riscos nas suas florestas. A ocorrência de perdas ou outros prejuízos (i) que não sejam cobertos pelos seguros da Suzano Papel e Celulose S.A. , (ii) cujo pagamento da indenização do seguro não ocorra brevemente ou (iii) que excedam os limites de cobertura de suas apólices podem resultar em custos adicionais significativos e inesperados. Ademais, os termos e as condições de renovação das apólices de seguros da Suzano Papel e Celulose S.A. poderão ser alterados no futuro em função de modificações no mercado de seguros e no nível de riscos cobertos.

A Suzano Papel e Celulose S.A. é titular de benefícios fiscais, cuja suspensão, decurso do prazo de vigência, cancelamento ou não renovação podem afetar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A. e geração de caixa líquida. Alterações na legislação fiscal podem impactar negativamente os negócios da Suzano Papel e Celulose S.A.

A Suzano Papel e Celulose S.A. possui unidades de produção e projetos de investimento em microrregiões localizadas em áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, sendo beneficiária de incentivos fiscais federais por força de suas atividades nessa região.

A Suzano Papel e Celulose S.A. se beneficia também de incentivos fiscais com base em legislação estadual, que podem eventualmente ser questionados judicialmente, tendo em vista o entendimento de que a concessão de tais incentivos dependeria de aprovação por unanimidade do CONFAZ, o qual é composto por secretários da fazenda de cada Estado da Federação.

A Suzano Papel e Celulose S.A. não pode assegurar que os incentivos fiscais de que é atualmente beneficiária serão mantidos, renovados ou, ainda, que conseguirá obter novos benefícios fiscais em condições favoráveis. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente renovados, isso poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados da Suzano Papel e Celulose S.A. e na geração de caixa líquida.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Além disso, os governos federal e estaduais, frequentemente, implementam alterações aos regimes fiscais que podem afetar a Suzano Papel e Celulose S.A. e seus clientes, tais como alterações nas alíquotas e base de cálculo de tributos. Algumas destas alterações podem resultar em aumento de encargos fiscais que podem afetar adversamente os negócios da Suzano Papel e Celulose S.A..

Os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Suzano Papel e Celulose S.A. exigirão que uma parte significativa do seu fluxo de caixa seja utilizada para o pagamento do valor principal e dos juros das obrigações decorrentes desse endividamento.

Em 31 de dezembro de 2014 a dívida bruta da Suzano Papel e Celulose S.A. era de R\$ 13.761 milhões, a dívida líquida consolidada era de R\$ 10.074 milhões e o EBITDA dos últimos doze meses de R\$ 2.452 milhões. Dessa forma, a relação dívida líquida / EBITDA Ajustado no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014 era de 4,1x. O nível de endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. cresceu na medida em que foram contratados financiamentos de longo prazo para investir no projeto do Maranhão e a alavancagem poderá aumentar durante condições adversas de mercado. O perfil de endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. pode levá-la a utilizar o fluxo de caixa disponível proveniente de suas operações para o pagamento do principal e dos juros decorrentes desse endividamento, em vez de utilizá-lo para o pagamento de dividendos ou para outros fins. Adicionalmente, o nível de endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. pode limitar sua flexibilidade no planejamento ou reação a mudanças no mercado. O alto grau de alavancagem pode também reduzir a capacidade da Suzano Papel e Celulose S.A. de contratar empréstimos adicionais para financiar seus projetos, suas necessidades de capital de giro e despesas com juros e amortizações de empréstimos.

Alguns dos contratos financeiros da Suzano Papel e Celulose S.A. contêm cláusulas que impõem a manutenção de certos índices financeiros e o inadimplemento cruzado (*cross default*). A inadimplência gerada a partir de violação destes contratos pode ter efeitos materiais adversos sobre a Suzano Papel e Celulose S.A.

Parte dos contratos que representam parcela do endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A. contêm cláusulas que exigem a manutenção de determinada proporção entre certos índices financeiros, tais como Dívida Líquida e EBITDA Ajustado. Além disso, a ocorrência de um evento de inadimplemento sob certas dívidas pode acionar um evento de inadimplemento de outras dívidas ou permitir que os credores dessas dívidas antecipem seus vencimentos. O inadimplemento de determinados termos dos contratos de financiamento, se não for devidamente consentido pelos credores relevantes, pode resultar em uma decisão por parte destes credores de acelerar o saldo em aberto da dívida, e em alguns contratos também poderiam acelerar outras dívidas. Nesta última hipótese, os ativos e fluxos de caixa da Suzano Papel e Celulose S.A. poderão ser insuficientes para pagar os valores devidos previstos nos contratos de financiamento. Se tais eventos ocorrerem, a situação financeira da Suzano Papel e Celulose S.A. e o preço das suas ações poderão ser material e adversamente afetadas.

Se a Suzano Papel e Celulose S.A. for incapaz de administrar os problemas e riscos em potencial relacionados a aquisições e alianças, seus negócios e perspectivas de crescimento podem ser afetados. Alguns dos concorrentes da Suzano Papel e Celulose S.A podem estar melhor posicionados para adquirir outros negócios de celulose e papel.

A Suzano Papel e Celulose S.A completou aquisições importantes nos anos de 2010 e 2011 e poderá, como parte de sua estratégia, adquirir outros negócios ou firmar alianças no Brasil ou em outros países. Eventos inesperados, alterações em condições de mercado, bem como falhas ao integrar novos negócios, ou administrar novas alianças com êxito, pode afetar adversamente o desempenho comercial e financeiro da Suzano Papel e Celulose S.A. Além disso, o setor mundial de celulose e papel pode buscar consolidações com diversas empresas competindo por oportunidades de aquisições e alianças neste setor. As diferenças competitivas e eventuais movimentos de outras empresas do setor podem afetar a Suzano Papel e Celulose S.A e a probabilidade de sucesso em realizar ou concluir aquisições e alianças necessárias à ampliação de seu negócio. Além disso, qualquer grande aquisição pode estar sujeita à aprovação regulamentar. **A redução da classificação de risco de crédito da Suzano Papel e Celulose S.A pode aumentar seu custo de capital e/ou restringir a disponibilidade de novos financiamentos.**

A Standard & Poor's Ratings Services classificou o risco da Suzano Papel e Celulose S.A em escala global e o risco da emissão de *senior notes* da Companhia em BB. A Moody's Investors Service classificou o risco corporativo e das *senior notes* da Suzano Papel e Celulose S.A em BA2 e o risco em escala nacional em Aa2Br.. Ainda, a Fitch Rating atribuiu a classificação em escala nacional equivalente a A+(bra) e o risco da sua emissão de *senior notes* em BB.

Reduções da classificação de risco da Suzano Papel e Celulose S.A podem acarretar aumento do custo de capital e afetar suas operações, assim como investimentos, prejudicando de maneira adversa a sua situação financeira, os seus resultados e, conseqüentemente, o preço de suas ações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Disputas judiciais cujos resultados venham a ser desfavoráveis para a Suzano Papel e Celulose S.A podem afetar negativamente seus negócios e situação financeira

A Suzano Papel e Celulose S.A está envolvida no curso normal dos seus negócios em diversas disputas judiciais, em matérias fiscais, civis (inclusive ambientais) e trabalhistas que envolvem reivindicações monetárias significativas. Vide o item 4.3 do Formulário de Referência com relação aos processos administrativos e judiciais relevantes em que a Suzano Papel e Celulose S.A figura como parte. O resultado desfavorável em um processo judicial relevante poderá resultar na obrigação de desembolso de valores substanciais pela Suzano Papel e Celulose S.A.

Os proprietários das ações da Suzano Papel e Celulose S.A. podem não vir a receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, deve-se pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual da Suzano Papel e Celulose S.A., calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social permite o pagamento de dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, por conta do dividendo anual. A Suzano Papel e Celulose S.A. poderá também pagar juros sobre o capital próprio, limitados aos termos da lei. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. A Assembleia Geral de Acionistas da Suzano Papel e Celulose S.A. pode deliberar pela capitalização, utilização para compensar prejuízo ou retenção de lucro líquido da companhia, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo tal lucro líquido não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou a Suzano Papel e Celulose S.A. não realizar o pagamento de juros sobre capital próprio.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui fornecedores.

f) Com relação aos clientes da Companhia

NÃO APLICÁVEL. Somos uma companhia holding e como tal não possuímos clientes.

g) Com relação aos setores de atuação da Companhia

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias.

Deste modo, a nossa participação em setores da economia se dá de maneira indireta, de acordo com a capacidade administrativa e organizacional de nossas subsidiárias, o que está além de nosso controle.

Não é possível assegurar que a atuação de nossa subsidiária no setor de papel e celulose será bem sucedida e produzirá os resultados almejados, o que poderá prejudicar as nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

O setor de papel e celulose, por sua vez, apresenta alta volatilidade, vez que, os preços de seus produtos são altamente influenciados por mercados internacionais, e, portanto, a Companhia e suas subsidiárias têm pouco controle sobre os preços praticados. A nossa controlada Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns dos segmentos de mercado em que atua, o que pode afetar adversamente sua participação no mercado de papel e celulose e sua lucratividade e, conseqüentemente, a da Companhia. Os maiores riscos relacionados com os setores de atuação da Suzano Papel e Celulose S.A. são os seguintes

Uma volatilidade significativa do Real frente ao Dólar pode impactar de forma relevante as receitas e o endividamento da Suzano Papel e Celulose S.A.

A volatilidade da cotação do Real frente ao Dólar tem efeitos relevantes na condição financeira consolidada da Suzano Papel e Celulose S.A. e em seu resultado operacional consolidado quando expressos em Reais, além de impactar suas receitas, despesas e ativos consolidados denominados em moeda estrangeira.

As receitas de vendas com exportações e, portanto, a geração de caixa operacional da Suzano Papel e Celulose S.A., são direta e imediatamente afetadas pela variação da taxa média de câmbio entre o Real e o Dólar. A depreciação do Real causa aumento de tais receitas quando expressas em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta em receitas de vendas com exportação menores. As receitas no mercado doméstico são indiretamente influenciadas pela variação da taxa cambial, na medida em que os papéis importados, cotados em Dólares, ganham ou perdem competitividade no mercado doméstico dependendo da taxa de câmbio.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Alguns custos e despesas operacionais da Suzano Papel e Celulose S.A., tais como despesas com seguros e fretes relacionadas às exportações e custos de produtos químicos utilizados como matéria-prima, entre outros, também são afetados pelas variações cambiais. Sendo assim, a depreciação do Real resulta em aumento de tais custos e despesas expressos em Reais, enquanto a apreciação do Real resulta na queda de tais custos e despesas.

As contas patrimoniais consolidadas da Suzano Papel e Celulose S.A., indexadas em moeda estrangeira, especialmente empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, disponibilidades no exterior e contas a receber de clientes e estoques no exterior, são diretamente e pontualmente afetadas pela taxa de câmbio.

A parcela da dívida da Suzano Papel e Celulose S.A. denominada em Dólar, considerando o ajuste com derivativos, totalizava aproximadamente 57% do endividamento bruto da Suzano Papel e Celulose S.A. em 31 de dezembro de 2014. Portanto, as variações da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar afetam diretamente o endividamento e os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A..

Investimentos em aumento na capacidade de produção de celulose de mercado por concorrentes nos próximos anos podem impactar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A.

Diversos anúncios de investimentos em novas capacidades foram feitos por concorrentes do setor de celulose e também por iniciantes nesta indústria. Caso todos ou parte importante dos projetos sejam confirmados e os investimentos realizados, poderá haver um desequilíbrio entre oferta e demanda que poderá ocasionar redução de preços de celulose. Investimentos em novas capacidades por terceiros podem ter um impacto significativo sobre os preços da celulose e, conseqüentemente, sobre as margens operacionais, lucratividade e retorno sobre o capital investido da Suzano Papel e Celulose S.A.

Ainda, por conta do aumento da oferta da celulose no mercado, a Suzano Papel e Celulose S.A. poderá ser obrigada a ajustar, ainda que temporariamente, o volume de produção para adequação da menor demanda pelo produto, correndo o risco de ter que operar com capacidades ociosas e um maior custo de produção.

A Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa em alguns segmentos de mercado que atua, o que pode afetar adversamente sua participação nos mercados de celulose e papel e sua lucratividade

O setor de celulose e papel é extremamente competitivo. A Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta concorrência significativa, tanto no mercado doméstico quanto no internacional, de um grande número de empresas, algumas das quais contando com baixos custos de capital e amplo acesso a recursos financeiros.

No mercado doméstico, a Suzano Papel e Celulose S.A. enfrenta a competição de produtos nacionais, fabricados por empresas pertencentes a grupos brasileiros e internacionais, e importados. No mercado internacional, a Suzano Papel e Celulose S.A. concorre com competidores com maiores capacidades de produção e distribuição, expressiva base de consumidores e grande variedade de produtos.

As importações de celulose não representam concorrência para a Suzano Papel e Celulose S.A. no mercado doméstico, devido aos baixos custos de produção e logística dos produtores locais.

A sobreoferta de papel revestido no mundo, as medidas anti-dumping adotadas em outros países e o desvio de finalidade aumentaram a importação de papel revestido, sobretudo se houver um prolongado período de apreciação do Real em relação ao Dólar, pode aumentar a concorrência de produtores estrangeiros no mercado doméstico, impactando adversamente a Suzano Papel e Celulose S.A.

Além disso, os mercados de celulose e papel são atendidos por vários fornecedores localizados em diversos países. Se a Suzano Papel e Celulose S.A. não for capaz de se manter competitiva em relação a esses competidores no futuro, sua participação no mercado pode ser afetada adversamente. Além disso, as pressões para redução dos preços de celulose e papel causadas por competidores da Suzano Papel e Celulose S.A., que podem estar mais preparados para manter preços mais baixos, podem afetar a lucratividade da Suzano Papel e Celulose S.A.

As condições políticas e econômicas brasileiras, como inflação e taxas de juros, podem ter impacto adverso nos negócios da Suzano Papel e Celulose S.A.

Os negócios, a condição financeira e os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A. podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, econômicas e eventos políticos que afetem o Brasil. Assim, medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

capitais doméstico. Caso os cenários político e econômico se deteriorem, a Suzano Papel e Celulose S.A. poderá arcar com uma elevação nos seus custos financeiros. Além disso, no caso de haver inflação, ela poderá desacelerar a taxa de crescimento da economia brasileira, o que poderá levar a uma redução da demanda pelos produtos da Suzano Papel e Celulose S.A. no Brasil e a reduções de suas vendas. Caso as taxas de inflação venham a aumentar consideravelmente e a elevação dos índices inflacionários não seja repassada integralmente aos preços finais dos produtos vendidos pela Suzano Papel e Celulose S.A., os fluxos de caixa, a condição financeira e os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A. serão negativamente afetados. Além disso, um aumento das taxas de juros pode acarretar aumento no custo de captação da Suzano Papel e Celulose S.A..

Situações de restrição de liquidez no mercado poderão aumentar o custo, restringir os prazos ou até mesmo inviabilizar a captação de recursos no mercado, o que poderá afetar adversamente as operações da Suzano Papel e Celulose S.A..

As empresas brasileiras de celulose e papel fizeram grandes investimentos durante os últimos anos a fim de competir com mais eficácia e em maior escala no mercado internacional. Este movimento elevou a necessidade de recursos e a diversificação de fontes de financiamentos com instituições financeiras nacionais e internacionais.

Dentro deste contexto, a Suzano Papel e Celulose S.A. depende do capital de terceiros para conduzir seus negócios, na forma de operações de financiamento para suportar seus investimentos ou capital de giro. Em situações de restrição de liquidez, como a vivenciada em 2008 e 2009 em razão da crise financeira internacional, as linhas de crédito podem se tornar excessivamente curtas, caras ou até mesmo indisponíveis. Nessas circunstâncias, aumenta-se o risco de captação e de rolagem, ou seja, a possibilidade de não obtenção, no mercado, dos recursos necessários para honrar os vencimentos da dívida contratada, assim como o risco de ter de levantar esses recursos a custos elevados, o que poderá afetar adversamente os resultados da Suzano Papel e Celulose S.A..

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

Não estamos sujeitos a entes reguladores além da Comissão de Valores Mobiliários.

Somos uma companhia holding e a maior parte de nossas atividades é conduzida através de nossas subsidiárias, não estando, portanto, sujeita a entes reguladores, exceto a CVM, a que estão sujeitas todas as companhias abertas.

Regras ambientais mais rigorosas podem implicar em dispêndio maior de recursos pela Suzano Papel e Celulose S.A.

As operações da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas à extensa regulamentação ambiental, incluindo regulamentação relacionada às emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento, manutenção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Ainda, nossas atividades estão sujeitas à renovação periódica das licenças ambientais, tanto florestais quanto industriais. No Brasil, as violações às leis ambientais podem acarretar em sanções para a Suzano Papel e Celulose S.A. e seus colaboradores tais como multa, detenção, reclusão ou dissolução da sociedade.

As normas ambientais a serem cumpridas pela Suzano Papel e Celulose S.A. são expedidas no âmbito federal, estadual e municipal, e mudanças nas referidas regras e leis e/ou na política ou nos procedimentos adotados nas leis atuais poderão afetar adversamente a Suzano Papel e Celulose S.A. O descumprimento de uma determinada regra ou lei ambiental poderá implicar no pagamento de multa ou mesmo uma sanção criminal, bem como ocasionar a revogação da sua licença ou suspensão de determinadas atividades.

Vale ressaltar que há a possibilidade de as agências governamentais ou outras autoridades competentes estabelecerem novas regras ou imporem regulamentos adicionais ainda mais rígidos que os vigentes, ou buscarem uma interpretação mais rigorosa das leis e regulamentos existentes, o que exigiria da Suzano Papel e Celulose S.A. o dispêndio de fundos adicionais para a conformidade ambiental ou restringiria sua habilidade de operar conforme atualmente. Além disso, o não cumprimento das leis e regulamentos ambientais poderia restringir a capacidade da Suzano Papel e Celulose S.A. de obter de financiamentos junto às instituições financeiras.

A não obtenção das autorizações e licenças necessárias poderá afetar adversamente as operações da Suzano Papel e Celulose S.A..

A Suzano Papel e Celulose S.A. depende da emissão de autorizações e licenças do poder público para o desenvolvimento de certas atividades. Assim, para o processo de licenciamento dos empreendimentos florestais e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

industriais, cujos impactos socioambientais sejam considerados significativos, é obrigatória a realização de investimentos e ações, de modo a compensar tais impactos. As licenças para operação das suas fábricas e plantios geralmente são válidas por cinco anos contados da data da emissão, ao final dos quais poderão ser renovadas por iguais períodos. As licenças para operação exigem, dentre outros, que a Suzano Papel e Celulose S.A. informe periodicamente o cumprimento de padrões de emissões estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.

A não obtenção, não renovação ou regularização, conforme aplicável, de nossas licenças operacionais poderão causar atrasos na implantação das novas capacidades produtivas da Suzano Papel e Celulose S.A., aumento dos custos do processo, multa pecuniária ou mesmo a suspensão do processo produtivo da parte afetada.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua

A Companhia não tem atuação em países estrangeiros. A sua atuação restringe-se ao Brasil.

Recessão em virtude da crise econômica mundial poderá afetar a demanda e o preço dos produtos da Suzano Papel e Celulose S.A. de modo adverso.

A demanda de papel e celulose está relacionada ao crescimento da economia mundial. Atualmente, Europa, América do Norte e China são os principais mercados dessa indústria. Eventual desaceleração do crescimento econômico dessas regiões poderá afetar adversamente os preços e o volume de exportações da Suzano Papel e Celulose S.A. e, conseqüentemente, impactará o seu desempenho operacional e os seus resultados financeiros, até que esse volume possa ser alocado em outros mercados.

As exportações da Suzano Papel e Celulose S.A. estão sujeitas a riscos especiais que poderão afetar adversamente os seus negócios.

A Suzano Papel e Celulose S.A. exporta para diversas regiões do mundo, sujeitando-se a alguns riscos políticos e regulatórios especiais, entre os quais: controles cambiais nos países onde tiver pagamentos a receber; e eventuais barreiras comerciais, formais ou informais, ou ainda políticas de incentivo ou subsídio aos produtores em diversas regiões.

O desempenho financeiro futuro da Suzano Papel e Celulose S.A. dependerá, portanto, das condições econômicas, políticas e sociais dos seus principais mercados de exportação (Europa, Ásia e América do Norte). Desta forma, fatores que estão fora do controle da Suzano Papel e Celulose S.A., como a imposição de barreiras ou a concessão de incentivos comerciais e alterações nas políticas econômicas dos países para os quais a Suzano Papel e Celulose S.A. exporta, poderão prejudicar a sua capacidade de exportação e, conseqüentemente, seus negócios e resultados operacionais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados:

A Companhia e suas controladoras têm como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados na seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia e sua controlada Suzano Papel e Celulose estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais, dentre os quais não estão sob sigilo e são tidos como relevantes os abaixo descritos:

Suzano Holding S.A.

Processos Tributários:

Processo: 2008.61.00.013550-1	
a. juízo	14ª Vara Federal
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	09/06/2008
d. partes no processo	Autor: Suzano Holding S.A. e outros Ré: Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 394 milhões
f. principais fatos	<p>Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 394 milhões. O auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que tornou-se definitiva em novembro de 2014.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha R\$ 254,9 milhões de depósitos judiciais relacionados a este processo (Em 2013, o montante era de R\$ 238,6 milhões).</p> <p>Com o desfecho favorável do processo administrativo correlato, será oportunamente pleiteado o levantamento dos depósitos.</p>
g. chance de perda:	Não há chance de perda.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Prejudicado.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Suzano Papel e Celulose S.A.

Geral

Em 31 de dezembro de 2014, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava no polo passivo em 2280 processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, cujo valor total era de R\$1,5 bilhões.

Nesta mesma data, a Suzano Papel e Celulose S.A. também figurava no polo ativo em 556 processos administrativos e judiciais de natureza, tributária, trabalhista e cível.

Para fins das informações aqui apresentadas e detalhadas, divulgaremos somente as ações em que a Suzano Papel e Celulose S.A. figura no polo passivo, pois as ações em que figura no polo ativo não gerariam um impacto negativo adverso aos seus negócios.

No tocante às contingências, importante ressaltar que: i) para os casos em que a possibilidade de perda é remota, não é constituída provisão, ii) para os casos em que a perspectiva de perda é possível, a Suzano Papel e Celulose S.A., em complemento à opinião externa, realiza uma análise individual dos processos considerando o histórico de desfecho em casos semelhantes com inclinação à probabilidade de perda provável, sendo que para tais processos, a Administração constitui uma provisão de parte do montante considerado suficiente, no momento, à perda esperada em cada processo e iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, a Administração constitui provisão; e iii) para os casos em que a possibilidade de perda é provável, a Administração constitui provisão.

A seguir, a estratificação por ramo do direito:

A) Tributários

Em 31 de dezembro de 2013, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava no polo passivo em 263 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e nos quais se discutia matérias relativas a diversos tributos, tais como PIS, COFINS, IPI, ICMS, IR e contribuições previdenciárias, envolvendo valor total de provisão estimado em R\$174,8 milhões, sendo que parte desse valor já se encontra refletida em tais processos. Cumpre salientar que a Suzano Papel e Celulose S.A. não é parte em processos tributários, em valores individuais superiores a R\$51.575.660,00 (0,5% do Patrimônio Líquido da Suzano Papel e Celulose S.A.) e que possam impactar de maneira relevante os seus resultados, com prognóstico de perda provável, nos casos de contingências passivas.

B) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava como parte em 1796 ações de natureza trabalhista e/ou acidentária, envolvendo valor total de provisão estimado em R\$41,2 milhões, sendo que parte desse valor já se encontra refletido em tais processos. De maneira geral, os processos trabalhistas estão relacionados às questões frequentemente contestadas por ex-empregados da Suzano Papel e Celulose S.A., como horas extras e verbas rescisórias, além de algumas ações propostas por ex-empregados de empresas terceirizadas que prestam serviços para a Suzano Papel e Celulose S.A. e que pleiteiam uma eventual condenação subsidiária em verbas não pagas por essas empresas terceirizadas, destacando-se, porém, os processos relacionados abaixo, relativos a pleitos de insalubridade/periculosidade, prêmio de produção e à regularidade do processo de terceirização de atividades de florestamento e reflorestamento, os quais, por força das matérias envolvidas e das consequências que um precedente negativo pode ocasionar, merecem ser mencionados.

Processo: 0047/2003	
Juízo	2ª Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	Instância Superior
Data de instauração	20/01/2003

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Região x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4,1 milhões
Principais fatos	O Sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Rio Verde. Condenação da Suzano Papel e Celulose S.A. em 1ª instância para pagamento de adicional de insalubridade a 17 colaboradores e do adicional de periculosidade a 19 colaboradores. As partes recorreram da decisão. Negado provimento aos recursos. Interposto Recurso de Revista por ambas as partes. Denegado seguimento. Processo transitado em julgado. Processo em fase de cálculos/impugnação.
Chance de perda:	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose S.A poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$ 3,1 milhão

Processo: 1020/2005	
Juízo	1ª. Vara do Trabalho de Suzano/SP
Instância	Instância Superior
Data de instauração	10/08/2005
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão e Cortiça de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Região x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$10,6 milhões
Principais fatos	O Sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade (vencidos e vincendos) aos seus substituídos nas áreas da ré em que esses exercem as suas atividades, na Unidade Suzano que trabalharam ou ainda trabalham nos setores envolvidos no acordo judicial firmado no processo 1230/78. Decisões de 1ª e 2ª Instâncias favoráveis ao Autor. Aguardando-se julgamento do Recurso de Revista interposto pela Suzano Papel e Celulose S.A.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose S.A poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento.
Valor provisionado, se houver provisão	R\$3,2 milhões

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 0194300-14.2007.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas /BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	16/11/2007
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão, Cortiças, Artefatos de Papel, Madeira e Assimilados do Estado da Bahia (SINDICELPA) x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos, nas áreas em que esses exercem/exerceram as suas atividades, na Unidade Mucuri/BA. O processo se encontra em fase de instrução.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação, com reflexo na folha de pagamento. Dada sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose S.A poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.
Valor provisionado, se houver provisão	N/A

Processo: 0001444-81.2011.5.05.0531	
Juízo	Vara do Trabalho de Teixeira de Freitas /BA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	29/07/2011
Partes no processo	Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura, Plantio, Tratos Culturais, Extração, Beneficiamento da Madeira, em Atividades Florestais e Indústria Moveleira do Extremo Sul da Bahia (SINTREXBEM) x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9 milhões
Principais fatos	O sindicato reclama o pagamento de adicional de insalubridade/periculosidade vencidos e vincendos aos seus substituídos (operadores de máquinas florestais e mecânicos), em decorrência das atividades que exercem, na Unidade Mucuri/BA. Realizada perícia. Publicada sentença. Ação procedente em parte. Aguardando decisão dos embargos de declaração.
Chance de perda:	Remota

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

C) Cíveis

Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a Suzano Papel e Celulose S.A. figurava como parte em 221 ações cíveis no polo passivo, envolvendo valor total de provisão estimado em R\$ 2,6 milhões. De maneira geral, os processos cíveis nos quais a Suzano Papel e Celulose S.A. figura como ré versam sobre ações indenizatórias, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, sem que nenhum deles mereça menção de destaque. Todavia, em face do tema envolvido – no caso direito ambiental – e face a impactos relevantes que uma decisão negativa à Companhia pode acarretar, destacamos os seguintes processos:

Processo: 0001195-88.2007.8.26.0579	
Juízo	Vara Única do Fórum de São Luiz do Paraitinga
Instância	1ª Instância
Data de instauração	13/11/2007
Partes no processo	Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$7,6 milhões
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual a autora requer a suspensão imediata de todo e qualquer plantio de eucalipto no município, empreendimentos presentes ou em projetos futuros até a realização, pelas empresas empreendedoras, de um aprofundado estudo de impacto ambiental EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto e Relatório de Impacto Ambiental). Processo tramita em 1ª instância e aguarda a realização de perícia técnica. Aguarda-se, porém, julgamento de Agravo de Instrumento no STJ, quanto aos honorários periciais.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	A Suzano Papel e Celulose S.A deixará de utilizar as áreas objeto da ação para o plantio de eucalipto, até que se faça e aprove o EIA-RIMA. Além disto, uma decisão negativa pode abrir um precedente no sentido de que outras cidades passem a exigir estudo de impacto ambiental a projetos de reflorestamento levados a efeito pela Companhia. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose S.A entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	N/A

Processo: 0032101-90.2012.4.01.3400	
Juízo	9ª Vara Cível do Distrito Federal
Instância	1ª Instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Data de instauração	28/09/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal x Suzano Papel e Celulose S.A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor envolvido ainda não foi estimado.
Principais fatos	O Ministério Público Federal busca responsabilizar a Suzano Papel e Celulose S.A pela deterioração da rodovia federal por onde trafegam os caminhões que transportam madeira e produto acabado, alegando excesso de peso no transporte dessas cargas. A liminar foi deferida, mas teve seus efeitos suspensos por decisão do TRF, em agravo de instrumento da Suzano Papel e Celulose S.A. A ação já foi contestada. Aguarda-se a instrução processual.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagar o valor de eventual condenação. Eventual condenação pode resultar no redimensionamento da logística de transportes da Suzano Papel e Celulose S.A, no que tange ao controle de peso das carretas. Dada a sua relevância, o caixa da Suzano Papel e Celulose S.A poderia ser impactado no montante determinado pelo juízo para pagamento. Diante da ausência de conteúdo econômico estabelecido, ainda não é possível determinar o impacto financeiro de uma eventual condenação.
Valor provisionado, se houver provisão	N/A

Processo: 15863-80.2010.4.01.4300	
Juízo	Vara Federal de Araguaína – TO
Instância	1ª Instância
Data de instauração	21/07/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano Papel e Celulose S/A, NATURATINS e IBAMA.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 200.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental das atividades florestais no Tocantins. Suscitado conflito de competência para apreciação do processo (VF Araguaína x VF Palmas).
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose S.A entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	N/A

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 15839-09.2010.4.01.3700	
Juízo	8ª Vara Federal de São Luís – MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	04/05/2010
Partes no processo	Ministério Público Federal, Suzano Papel e Celulose S/A, IBAMA e Estado do Maranhão (SEMA).
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000,00
Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública com pedido de tutela antecipada, na qual o autor discute a competência para o licenciamento ambiental das atividades florestais no Maranhão (Urbano Santos) para plantio de 42.000 hectares de florestas de eucaliptos pela Suzano Papel e Celulose S.A. Em 1º instância foi indeferida a tutela antecipada. O autor interpôs Agravo de Instrumento e obteve a antecipação da tutela. A Suzano Papel e Celulose S.A, o Ibama e o Estado do Maranhão impetraram recursos contra esta decisão que concedeu a tutela antecipada. Deferida a liminar em sede de Medida Cautelar Inominada para atribuir efeito suspensivo ao Recurso Especial interposto pela Suzano. Deferida a perícia técnica e nomeados peritos.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	O programa de plantio de eucalipto sofrerá atraso, até que se defina a competência administrativa para a condução do processo de licenciamento ambiental. Daí resulta sua relevância. Dada a fase processual, a Suzano Papel e Celulose S.A entende ser difícil o estabelecimento de qualquer estimativa financeira decorrente de tal decisão.
Valor provisionado, se houver provisão	N/A

Processo: 007814-33.2012.4.01.3701	
Juízo	1ª Vara Federal de Imperatriz – MA
Instância	1ª Instância
Data de instauração	23/11/2012
Partes no processo	Ministério Público Federal (MPF) x Estado do Maranhão, IBAMA e Suzano Papel e Celulose S/A.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de tutela antecipada, na qual o MPF busca anular o processo de licenciamento ambiental conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão referente à unidade industrial para a fabricação de celulose branqueada da Suzano Papel e Celulose S.A, no Município de Imperatriz/MA, em decorrência da atribuição do IBAMA para realizar o licenciamento frente aos impactos regionais relacionados. Indeferido o pedido de antecipação da tutela. A Suzano foi citada e já contestou a ação.
Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo	Eventual decisão que suspenda a supracitada licença acarretará na paralisação da operação industrial.
Valor provisionado, se houver provisão	N/A

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, que não estão sob sigilo, e cujas partes contrárias são administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de seus controladores:

Processo Judicial:

Processo: 583.00.2012.192852-0	
a. juízo	41ª Vara Cível
b. instância	Primeira Instância
c. data de instauração	27/07/2012
d. partes no processo	Autor: João Antônio Lian Rês: Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor atribuído à causa: R\$ 799.470,00 (27/07/2012). O autor pleiteia a anulação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26.04.2011 e das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12, 14 e 15.05.2012 e 27.06.2012, relacionadas à 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis e ao aumento de capital por subscrição pública realizado pela Suzano Papel e Celulose S/A em 2012, bem como a anulação da cláusula III. 16.16 da escritura da 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Suzano Papel e Celulose S/A. O autor pleiteia ainda a condenação das Rés ao pagamento de indenização por supostos prejuízos não liquidados que lhe teriam sido causados.
f. principais fatos	Em julho de 2012, o Autor propôs ação contra a Suzano Holding, Suzano Papel e Celulose, os membros do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose e dois Diretores. Em fevereiro de 2013, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Suzano Papel e Celulose foram excluídos do polo passivo da ação. Suzano Holding S.A. e Suzano Papel e Celulose S.A. apresentaram contestações e o Autor apresentou réplica. Aguarda-se decisão quanto à produção de provas.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Declaração de nulidade das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e Reuniões do Conselho de Administração relativas à 5ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Suzano Papel e Celulose e ao aumento de capital, bem como o pagamento da eventual indenização por supostos prejuízos não liquidados que lhe teriam sido causados.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nas seções 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes que em conjunto são relevantes para os seus negócios.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores:

NÃO APLICÁVEL. Todas as contingências relevantes e informações pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia, caso estrangeira, e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia, caso estrangeira, estão custodiados:

NÃO APLICÁVEL, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos ou custodiados no exterior.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e à taxa de juros:

Os riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são provenientes do curso natural das atividades de suas controladas e do ambiente econômico no qual está inserida, sendo os principais:

Riscos de preços de produtos e insumos das controladas

A Companhia está exposta aos riscos relacionados à atividade da controlada Suzano Papel e Celulose, produtora de celulose de mercado e papéis, cujo portfólio inclui quatro linhas de produtos: papéis não revestidos, *cutsizes* ou papéis para escritório, papéis revestidos e papel cartão.

Os preços dos produtos da controlada Suzano Papel e Celulose, principalmente os da celulose, são determinados pelas condições de oferta e demanda nos mercados internacionais, existindo pouca margem de controle sobre os mesmos. Os preços de papéis, por sua vez, são influenciados pelas oscilações de preços da celulose, além das condições macroeconômicas e de oferta e demanda nos mercados específicos de comercialização. Os preços dos produtos sofrem também a influência das taxas de câmbio entre as moedas dos principais países produtores e consumidores, que influem nas condições de oferta e demanda nos diferentes mercados.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados a itens de custos da Suzano Papel e Celulose, sendo o principal deles a oscilação de preços de mercado de insumos utilizados na fabricação e comercialização de seus produtos, tais como óleo combustível, soda cáustica, clorato de sódio e petróleo. A mão de obra é outro ponto importante na estrutura de custos da empresa e pode sofrer oscilações de custo dependendo da oferta e demanda.

Riscos cambiais e taxa de juros

Considerando que mais de 60% das receitas líquidas de venda da controlada Suzano Papel e Celulose são provenientes de exportações com preços denominados em Dólares e que a maior parte de seus custos é denominada em Reais, há forte exposição da geração de caixa operacional à taxa de câmbio entre o Real e o Dólar.

Para compensar parte desta exposição estrutural, a controlada Suzano Papel e Celulose optou por reduzir a volatilidade potencial do fluxo de caixa proveniente do descasamento de moedas, com a contratação de linhas de financiamento a custos mais baixos do que os do mercado local, mediante financiamentos de exportações, o que faz com que parte da dívida também oscile em função da variação da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar. Dessa forma, a captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da controlada Suzano Papel e Celulose são norteadas pelo fato de que mais de 60% de sua receita líquida é proveniente de exportações com preços em Dólares, enquanto a maior parte dos custos de produção está atrelada ao Real.

Como consequência, quando o Real deprecia em relação ao Dólar, verificam-se dois efeitos: (i) o primeiro, imediato e pontual, refere-se ao aumento do valor em Reais da dívida denominada em Dólares; e (ii) o outro, imediato e permanente, é dado pelo aumento da geração operacional de caixa. O contrário ocorre sempre que o Real aprecia.

Em relação aos ativos e passivos financeiros da controlada Suzano Papel e Celulose, além dos riscos cambiais há também a exposição a taxas de juros flutuantes, como o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela Cetip, e a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, e a índices de preços e de correção, como o IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado e a TR - Taxa Referencial.

A dívida da controlada Suzano Papel e Celulose atrelada à taxa de juros variável em dólares norte-americanos consiste principalmente em empréstimos incluindo operações de pré-pagamento de exportações e empréstimos em bancos comerciais e organizações multilaterais. Em geral, estas dívidas são indexadas à Taxa Libor (*London Interbank Offered Rate*). O *hedge* natural entre a flutuação das taxas de juros norte americanas e dos preços da celulose atenua a volatilidade do fluxo de caixa da controlada. No caso de um desbalanceamento deste *hedge* natural, a controlada analisa a contratação de instrumentos financeiros para obter a proteção desejada.

Para mais detalhes sobre a descrição quantitativa, vide item 10.1.f deste Formulário de Referência.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais, bem como a percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e países da União Européia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras podem resultar em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem estar impossibilitadas, por condições adversas de mercado, de renovar, estender, conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou de honrar seus compromissos.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

a) Riscos para os quais se busca proteção
A Companhia não faz uso de qualquer instrumento financeiro de proteção patrimonial, sendo o nosso principal risco de mercado as eventuais oscilações em índices e taxas de juros, já que não possuímos qualquer risco cambial. O risco cambial está restrito à nossa controlada Suzano Papel e Celulose, conforme identificado no item 10 deste Formulário de Referência e no formulário de referência da referida controlada.
b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)
NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro de derivativos para proteção patrimonial, porém a controlada Suzano Papel e Celulose o tem, conforme identificado no item 10 deste Formulário de Referência e no formulário de referência da referida controlada.
c) Instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)
NÃO APLICÁVEL. Vide item "b" acima.
d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos
NÃO APLICÁVEL.
e) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)
NÃO APLICÁVEL. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.
f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos
NÃO APLICÁVEL. A Companhia não dispõe de estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos, porém a controlada Suzano Papel e Celulose o tem, conforme identificado no seu Formulário de Referência.
g) Adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada
A Companhia não adota estrutura organizacional para verificação da efetividade de sua política de controle de gerenciamento de riscos, porém temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar nossos negócios, situação financeira e os resultados de nossas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. Adotamos política de foco contínuo na disciplina financeira e na gestão conservadora de caixa.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

Em relação ao último exercício social não houve alteração quanto à exposição da Companhia aos riscos de mercado e quanto à política de gerenciamento de riscos adotada.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens 5.1. a 5.3. acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	26/02/1954
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/03/1982

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

A Companhia foi fundada em 1954 sob a denominação Feffer S.A. Comercial Importadora, tendo sua razão social alterada em 1960 para Nemo S.A. Administração de Negócios Mobiliários e em seguida para Nemo S.A. Comércio e Administração. Posteriormente, a Companhia teve a sua denominação social novamente alterada para SPP-Nemo S.A. e passou a abranger os objetivos de sociedade *holding*, *trading* e distribuidora.

Em 1981 foi aprovada a sua cisão, da qual resultou a criação da SPP-Nemo S.A. Comercial e Exportadora com os objetivos de *trading* e distribuidora e a alteração de sua denominação social para NemoFeffer S.A., com o objetivo social de apoiar empresas privadas nacionais.

Em 1982 a Companhia foi registrada como companhia aberta perante a CVM. Atualmente, as ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B" de emissão da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA respectivamente sob os símbolos "NEMO3", "NEMO5" e "NEMO6".

Em assembleia geral extraordinária realizada em 29 de novembro de 1988, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da Companhia, com versão da parcela cindida para a constituição de uma nova sociedade denominada Polpar S.A.

Em 2003 deu-se início à implementação de um amplo processo de reestruturação societária e organizacional do grupo econômico da Companhia, visando a agregar valor para os acionistas, através do foco em profissionalização, na alta performance gerencial, na redução dos custos corporativos e na implantação de mecanismos de controle das subsidiárias, com o objetivo de atingir o equilíbrio entre o maior grau de autonomia de gestão das empresas controladas e uma atuação mais estratégica e de longo prazo para os acionistas controladores, observando-se as melhores práticas de governança corporativa. A NemoFeffer S.A. teve então sua denominação social alterada para Suzano Holding S.A., sendo selecionados executivos internamente e no mercado para a sua direção, com vistas a capacitá-la para exercer, de forma plena e alinhada, suas funções de formulação estratégica, controle e elaboração de políticas corporativas.

Durante o ano de 2005, foi iniciada a elaboração do código de conduta da Companhia. A intenção foi a de obter dos administradores, gestores e colaboradores das sociedades integrantes do grupo econômico um compromisso com os princípios éticos que norteiam a atuação empresarial, além de disseminá-los a toda a sua rede de relacionamentos. Os princípios éticos da Companhia, que foram definidos com base nos valores corporativos e nos pilares de gestão, são os seguintes: (i) governança corporativa; (ii) integridade; (iii) transparência; (iv) desenvolvimento sustentável; e (v) valorização profissional.

A principal atividade da Companhia é a participação, como sócia, em outras sociedades. A Companhia possui atualmente participações nas seguintes sociedades: (i) Suzano Papel e Celulose; (ii) Premesa S.A.; (iii) Nemopar S.A.; e (iv) Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas e coligadas nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve evento societário da Companhia nos últimos 3 anos.

Controlada Suzano Papel e Celulose S.A.:

I. Incorporação da Vale Florestar S.A.

a. evento:

Incorporação da Vale Florestar.

b. principais condições do negócio:

Em 04 de junho de 2014, a Suzano e Papel e Celulose, por meio de uma subsidiária, firmou acordo para aquisição da totalidade das quotas do Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("Fundo Vale Florestar"), por R\$ 528.940.906,15 (quinhentos e vinte e oito milhões, novecentos e quarenta mil, novecentos e seis reais e quinze centavos).

As quotas do Fundo Vale Florestar eram até então detidas pela Vale S.A., BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Fundação dos Economiários – FUNCEF e Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros.

A aquisição foi instrumentalizada através de um Contrato de Cessão de Quotas, prevendo pagamento de sinal no montante de R\$ 44.998.137,31 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e trinta e sete reais e trinta e um centavos) e o saldo em parcelas anuais e sucessivas de 10 (dez) e 15 (quinze) anos, vencendo a primeira delas 1 (um) ano após a data de fechamento.

Os ativos pertencentes ao Fundo Vale Florestar consistem em 45 mil hectares de florestas de eucalipto plantadas em áreas arrendadas no Estado do Pará. Tais ativos florestais são destinados ao abastecimento de madeira à Unidade Maranhão.

A operação foi realizada em linha com a estratégia da Suzano e Papel e Celulose no que tange à busca pela competitividade estrutural com o objetivo de maximizar a rentabilidade do negócio, sendo os principais benefícios desta transação a maior flexibilidade de corte, gestão do manejo florestal pela própria Suzano e Papel e Celulose e longo prazo de pagamento.

A operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo sido aprovada sem restrições.

No dia 08 de agosto de 2014, cumpridas as condições precedentes, ocorreu o fechamento da operação, tendo sido (i) pago o montante de R\$ 44.998.137,31 (quarenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, cento e trinta e sete reais e trinta e um centavos) a título de sinal; e (ii) distratado o Contrato de Compra e Venda de Árvores em Pé celebrado em 13 de junho de 2009.

O Fundo Vale Florestar foi liquidado em 25 de setembro de 2014, passando a Vale Florestar a ser uma controlada direta da Suzano e Papel e Celulose, tendo sido incorporada em 30 de setembro de 2014.

c. sociedades envolvidas:

Suzano Papel e Celulose S.A.; e Vale Florestar S.A..

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Suzano e Papel e Celulose.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário das sociedades envolvidas.

II. Incorporação da Suzano Energia Renovável Ltda.

a. evento:

Incorporação de controlada.

b. principais condições do negócio:

Em 30 de setembro de 2014, a Suzano e Papel e Celulose incorporou a Suzano Energia Renovável Ltda. ("SER").

Ante a decisão da Suzano e Papel e Celulose de não seguir, por ora, com as atividades idealizadas como objeto social da SER, a incorporação tende a trazer consideráveis benefícios de ordem operacional, administrativa, econômica e financeira à Suzano e Papel e Celulose, tais como (i) racionalização e simplificação de sua estrutura societária, com concentração dos ativos e, conseqüentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; e (ii) a união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação, o que permitirá melhor gestão tanto das operações quanto dos ativos e fluxos de caixa, resultando, assim, numa melhor utilização de seus recursos e maiores benefícios para as atividades sociais.

c. sociedades envolvidas:

Suzano Papel e Celulose S.A.; e Suzano Energia Renovável Ltda.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Suzano e Papel e Celulose.

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário das sociedades envolvidas.

III. Alienação de participação indireta no Consórcio Capim Branco Energia

a. evento:

Alienação de participação indireta em usina geradora de energia elétrica

b. principais condições do negócio:

Em 28 de dezembro de 2012, a Suzano Papel e Celulose S.A. ("Suzano e Papel e Celulose" ou "Suzano") recebeu da Cemig Capim Branco S.A. ("CEMIG") manifestação de aceitação da oferta que lhe foi apresentada pela Suzano, para a aquisição de parcela da participação detida indiretamente no Consórcio Capim Branco Energia ("Consórcio") pela Suzano, mais eventuais sobras, caso os demais consorciados não exercessem seus direitos de primeira oferta, assegurados no Instrumento Particular de Constituição do Consórcio.

A participação da Suzano no Consórcio representava 81 MW de potência instalada e 51 MW médios de energia assegurada das usinas hidrelétricas Amador Aguiar I e Amador Aguiar II.

Em 12 de março de 2013, a Suzano celebrou com a Vale S.A. ("Vale") e Cemig o contrato definitivo referente à alienação da participação da qual a Suzano é titular, através de sociedade sob seu controle, no Consórcio Capim Branco Energia. O preço fixado foi de R\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais).

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A transação foi submetida à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), tendo recebido aprovações sem restrições por estes dois órgãos. A operação também recebeu anuência por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Em 28 de maio de 2013, ocorreu a conclusão da operação, com respectiva liberação do preço em favor da Suzano.

c. sociedades envolvidas:

Suzano Papel e Celulose S.A. e Suzano Holding S.A., na qualidade de vendedoras; Cemig Capim Branco Energia S.A. e Vale S.A., na qualidade de compradoras; e, como intervenientes anuentes, Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. e Epícares Empreendimentos e Participações Ltda.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

Não aplicável, uma vez que não houve efeitos da operação no quadro acionário da Suzano e Papel e Celulose

e. quadro societário antes e depois da operação:

Não houve alteração relevante no quadro societário da Suzano e Papel e Celulose.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Não há quaisquer pedidos de falência e/ou de recuperação judicial em face da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens 6.1 a 6.6 acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

Suzano Holding S.A

A sociedade é uma holding de um conglomerado industrial que tem como atividade principal a produção e comercialização de papel e celulose através de sua controlada Suzano Papel e Celulose S.A.

Suzano Papel e Celulose S.A

A Companhia e suas controladas têm como atividade principal a fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.

Premesa S.A.

A controlada tem por objeto a locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.

Nemopar S.A.

A controlada tem por objeto a participação, constituição ou aquisição de empresas.

Nemonorte Imóveis e Participações. Ltda.

A controlada tem por objeto a conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais que tenham sido divulgados nas 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social:

a) Produtos e serviços comercializados

As receitas da companhia decorrem principalmente do segmento de papel e celulose, que é a principal atividade da controlada Suzano Papel e Celulose S.A, e da atividade imobiliária das controladas Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

		31.12.14			
		Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)		3.851.303	3.413.296	761	7.265.360
Participação na receita líquida		53,0%	47,0%	0,0%	100%

		31.12.13			
		Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)		2.577.288	3.111.337	934	5.689.559
Participação na receita líquida		45,3%	54,7%	0,0%	100%

		31.12.12			
		Celulose	Papel	Imobiliário	Total
Receita líquida (R\$ mil)		2.188.731	3.003.561	2.299	5.194.591
Participação na receita líquida		42,1%	57,8%	0,0%	100%

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A controlada Suzano Papel e Celulose S.A não calcula o lucro ou prejuízo separadamente para cada um dos segmentos em que atua, uma vez que é uma produtora integrada de celulose e papel e muitas das funções de sua estrutura operacional, tais como áreas de compras, tecnologia da informação, logística, finanças, administração e recursos humanos são compartilhados por ambos os segmentos, não sendo possível a alocação das despesas associadas com tais atividades. O mesmo ocorre com algumas contas da demonstração de resultados, como despesas e receitas financeiras e imposto de renda e contribuição social, que são calculadas de forma consolidada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Produtos e serviços dos segmentos operacionais divulgados no item 7.2:

a) Características do processo de produção

As características do processo de produção se referem às atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A, conforme explicado abaixo.

Processo de Produção de Celulose e de Papel

O processo de produção de papel compreende três etapas: (i) a formação das florestas e seu corte; (ii) a produção da celulose; e (iii) a produção do papel. Em linha com a estratégia da Controlada de conduzir seus negócios de acordo com os mais altos padrões ambientais, a Controlada utiliza técnicas de plantio e colheita que sejam menos agressivas e que exijam menos ao meio ambiente, tais como cultivo mínimo e técnicas de preparo do solo, o que evita erosão e mantém o solo mais úmido proporcionando elevados níveis de eficiência e produtividade.

Formação de Florestas e seu Corte

A formação de florestas começa nos viveiros da Controlada, localizados nos estados da Bahia e São Paulo, onde a Controlada utiliza técnicas disponíveis de clonagem, e em viveiros terceirizados que utilizam material genético desenvolvido pela Controlada. As mudas produzidas nos viveiros da Controlada são variedades de eucalipto de alta produtividade florestal e que melhor se adaptam ao clima e demais características das respectivas microrregiões onde serão plantadas. A Controlada utiliza colheitadeiras mecânicas (*harvesters*) que cortam as árvores em altura próxima ao solo, descascam e cortam o tronco em toretes. Parte da casca, galhos e folhas permanecem na floresta. Os toretes são transportados para a beira dos talhões de plantio por equipamentos específicos (*forwarder* e auto carregável) e dali são transportados em caminhões para a fábrica.

A gestão de nossas florestas é a base de sustentação dos negócios da Controlada, baseada no plantio e manejo de florestas renováveis e visa o abastecimento competitivo de madeira, por meio do planejamento de longo prazo, do desenvolvimento e a aplicação de melhoramento genético. Em 31 de dezembro de 2014, a Controlada possuía 1,06 milhão de hectares de terras, dos quais 520 mil hectares eram ocupados por plantios de eucalipto, 460 mil hectares destinados à preservação ambiental, garantindo o atendimento à legislação que determina o percentual de área para as reservas legais e de preservação permanente localizadas principalmente às margens dos rios. As unidades de produção estão em cumprimento ou excedem os padrões ambientais tanto brasileiros quanto internacionais relativos à produção de papel e celulose.

Dado o elevado grau de integração entre a produção de celulose e papel, a Controlada detém baixo custo de conversão de celulose para papel.

Muitos fatores contribuem para nossa vantagem competitiva em relação ao custo da madeira para a produção de celulose: (i) topografia favorável, materiais genéticos adequados às condições de clima e solo nas regiões do Brasil onde operamos; (ii) programa de melhoramento genético e desenvolvimento operacional na silvicultura e colheita; (iii) baixa distância média entre as nossas florestas plantadas e fábricas, que estão entre as menores do Brasil; (iv) nosso sistema de seleção de clones, que visa melhorar o rendimento de nossas florestas e desempenho industrial, integrando nossas atividades florestais e industriais; e (v) nossas técnicas sustentáveis de manejo florestal, tais como plantação de mosaico e técnica de cultivo de mínimo. Juntos, esses fatores nos permitem desfrutar de: (i) um elevado aumento de volume médio de madeira por hectare plantado; (ii) uma maior concentração de fibras por tonelada de madeira colhida; (iii) desenvolvimento sustentável de nossas operações; e (iv) rotações de colheita de árvores de eucalipto de aproximadamente sete anos, um dos períodos mais curtos do que de outras regiões do mundo.

Produção de Celulose

- O Processo Kraft de Cozimento

Os toretes recebidos nas fábricas de celulose são, se necessário, descascados e posteriormente picados em cavacos. Os cavacos são, então, transferidos por esteira transportadora aos digestores, onde passam por um processo de cozimento com adição de sulfato de sódio e soda cáustica. Este processo de cozimento, designado Processo Kraft, minimiza os danos às fibras da celulose, de forma a preservar sua uniformidade e resistência. Durante o cozimento, as fibras de celulose são separadas da lignina e resinas, quando então é obtida a celulose não branqueada. Numa fase de pré-branqueamento, a celulose é então lavada e submetida a um processo de deslignificação por oxigênio que, combinado com o Processo Kraft, remove aproximadamente 95% da lignina. A esta altura do processo, uma pequena parcela da fibra de celulose produzida é utilizada na produção de alguns tipos de papelcartão. A lignina e os produtos resultantes do Processo Kraft compõem o chamado "licor negro", que é separado e enviado para evaporadores para elevar a concentração de sólidos e em seguida para uma caldeira de recuperação. Neste equipamento, o licor negro é utilizado como combustível para a produção de vapor e

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

energia elétrica e, recupera-se, aproximadamente, 99% das substâncias químicas utilizadas no Processo Kraft.

- Branqueamento

A próxima etapa do processo de produção de celulose é o processo de branqueamento químico. Os atuais complexos branqueadores da Controlada consistem em uma série de torres de branqueamento de média densidade através das quais passa a celulose deslignificada. Cada torre de branqueamento contém uma mistura diferente de agentes branqueadores. As sequências mais evoluídas do processo de branqueamento são do tipo “Elemental Chlorine Free”, ou ECF e são as empregadas por todas as unidades industriais da Controlada. Essas sequências utilizam químicos como Oxigênio – O₂, Peróxido de Hidrogênio – H₂O₂ e o Dióxido de Cloro – ClO₂, que são tratados via estação de tratamento de efluentes em harmonia com o meio ambiente. Ao final desta etapa a celulose branqueada é transferida para torres de armazenagem. A partir deste ponto, ela pode ser destinada diretamente para as máquinas de papéis nas Unidades Mucuri, Limeira (antigo Conpacel) e Suzano, transferida para as Unidades de Embu e Rio Verde ou, ainda, no caso da celulose de mercado, para secadoras onde a celulose é então seca, moldada em folhas e cortada e, em seguida, embalada para o cliente.

Produção de Papel

A Controlada produz papel para imprimir e escrever do tipo não revestido nas Unidades de Limeira, Suzano, Mucuri, e Rio Verde. Produz papel para imprimir e escrever revestido nas Unidades de Suzano e Limeira e papelcartão nas Unidades de Suzano e Embu. A Controlada inicia a produção de papel encaminhando a celulose para refinadores, que aumentam o nível de resistência das fibras. Após o refino, a máquina de papel é alimentada com a solução de celulose que é misturada a outros materiais e aditivos de forma a fornecer as propriedades demandadas pelos consumidores finais. Estes aditivos incluem cola sintética, carbonato de cálcio precipitado (processo alcalino), alvejantes ópticos e outros. Durante o processo de produção de papel e papelcartão, a folha é formada, prensada e seca. Na etapa final do processo, rolos de papel de grande dimensão são convertidos em bobinas, papel formato fôlio e papel cut-size. No caso do papel revestido, o papel passa por tratamentos adicionais, com aplicações de tinta de revestimento nas duas faces do papel, antes de ser cortado conforme as especificações do cliente ou do convertedor.

A Controlada monitora a produção por um sistema computadorizado que controla cada etapa do processo de produção. A programação e o controle da produção de papel são feitos com estreita coordenação entre as áreas de marketing, vendas e produção. Desta forma, a Controlada é capaz de planejar, otimizar e customizar a programação de produção, bem como de antecipar e responder com flexibilidade às variações sazonais e preferências dos consumidores.

Turnos da Produção de Papel e Celulose

As fábricas integradas de papel e celulose da Controlada operam em três turnos, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, com exceção das paradas programadas de manutenção. As datas das paradas são flexíveis e podem ser alteradas em função de fatores relacionados à produção, mercado e fornecedores.

A Controlada mantém um estoque de determinadas peças sobressalentes consideradas críticas devido à sua função no processo de produção ou devido à dificuldade de encontrar substitutos. A Controlada também desenvolve um relacionamento estreito com seus fornecedores de forma a assegurar seu acesso a peças sobressalentes.

b) Características do processo de distribuição

A Controlada Suzano Papel e Celulose conta com equipes de vendas próprias nas unidades de negócio de celulose e papel com atuação nacional e internacional, responsáveis pela comercialização dos seus produtos diretamente aos usuários finais ou intermediários distribuidores.

Celulose

A Unidade de Negócio Celulose possui uma estratégia comercial lastreada em 3 pilares: relacionamento, parceria de longo prazo e serviços diferenciados.

A partir da equipe brasileira (que atende o mercado da América Latina) e dos escritórios internacionais, localizados na Europa (Suíça), América do Norte (EUA) e Ásia (China), a empresa garante proximidade com seus clientes, oferecendo pacotes de soluções comerciais e técnicas em linha com suas necessidades. Para garantir serviços diferenciados, as gerências de assistência técnica do Brasil e de cada escritório internacional atuam intensivamente no apoio às necessidades dos clientes, com o objetivo de propor soluções técnicas inteligentes que incentivem o uso e a migração das demais fibras para a celulose de fibra de Eucalipto – Suzano Pulp.

Periodicamente, a Controlada realiza workshops técnicos no Brasil e em cada um dos continentes em que atua, para dividir com os

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

escritórios e clientes as iniciativas em inovação, técnicas em desenvolvimento e alinhamento estratégico e mercadológico.

Papel

Em 2014, aproximadamente 71% das vendas de papel da Controlada foram feitas no Brasil. Para melhor atender este mercado, a Controlada o dividiu em sete grandes segmentos. Como as necessidades destes subsegmentos são diferentes, a Controlada estruturou suas ações de marketing, comerciais e estratégicas de acordo com o mercado, com áreas focadas nos diferentes subsegmentos, são eles:

- Embalagem: Principal destino das vendas de papelcartão, como o próprio nome sugere, é responsável pela produção de embalagens para as indústrias farmacêutica, cosmética, tabaco, brinquedos, vestuário e calçados, alimentos e bebidas, e higiene e limpeza.
- Promocional: comercializa principalmente papéis revestidos, produz, entre outros, encartes promocionais, catálogos, displays e cartazes.
- Editorial: Caracterizado pela produção de livros, revistas e jornais, consome todos os tipos de papéis produzidos pela Companhia: não-revestido, revestido e papelcartão.
- Cadernos: Atendendo ao mercado doméstico e exportações, este segmento é responsável pela produção de cadernos e agendas e consome os papéis não-revestidos e papelcartão.
- Mailing: predominantemente utiliza-se a linha de papéis não-revestidos para a produção de formulários, faturas e envelopes.
- Office: abrange os sub-segmentos copistas, concorrências e corporativo, comercializa apenas papéis não-revestidos no formato cut-size (papel cortado), com predominância do formato A4.
- Varejo: Assim como o subsegmento Office, este segmento comercializa apenas papéis não-revestidos no formato cut-size (papel cortado), com predominância do formato A4, porém com foco de atuação em papelarias, auto-serviços e conveniência.

Para os cinco primeiros segmentos, a Controlada combina diferentes canais de venda: grandes volumes de papel são vendidos diretamente às gráficas e convertedores, e volumes menores são atendidos pelos chamados distribuidores gráficos.

No Office e no Varejo, o atendimento é feito predominantemente de maneira indireta, isto é, via distribuidores de papel.

A Controlada possui distribuidoras próprias de papéis e produtos gráficos, sendo uma operação no Brasil e uma operação na Argentina, a Stenfar S.A.I.C. Importadora y Exportadora ("Stenfar").

Para distribuição de papel no Brasil, a Controlada conta com quatro Centros de Distribuição Regionais (CDRs), sendo dois em São Paulo, um em Serra (ES) e um em São José dos Pinhais (PR), além de 16 Centros de Distribuição Locais (CDLs), localizados em Belém (PA), Belo Horizonte (BH), Brasília (DF), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Londrina (PR), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Uberlândia (MG).

Além da sua própria linha de papelcartão e papéis para imprimir e escrever, a Controlada também distribui outras 23 linhas de produtos, atendendo aos segmentos gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos.

A Stenfar, distribuidora própria de papéis e suprimentos de informática, em operação na Argentina, conta com 57 anos de existência, e possui uma presença ativa e importante participação no mercado. A distribuidora possui três filiais: Buenos Aires, Córdoba e Mar del Plata. Esta operação atende aos segmentos gráfico, editorial, de consumo, convertedor e aos órgãos públicos, trabalhando com papéis para imprimir e escrever, papel cartão e suprimentos de informática. Acredita-se, com base em estimativas do mercado realizadas para o setor de distribuição de papéis e suprimentos de informática, que a Stenfar é uma das maiores distribuidoras locais atuantes nesse setor.

As operações de distribuição no Brasil e da Stenfar reforçam o compromisso da Controlada com o fortalecimento do seu canal de distribuição, ampliando a sua capilaridade e beneficiando diretamente os seus clientes, pela maior proximidade e agilidade no atendimento a clientes, além da oferta de portfólio mais completo de produtos e serviços.

c) Características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

As características dos mercados de atuação se referem a controlada Suzano Papel e Celulose S.A., conforme demonstramos abaixo.

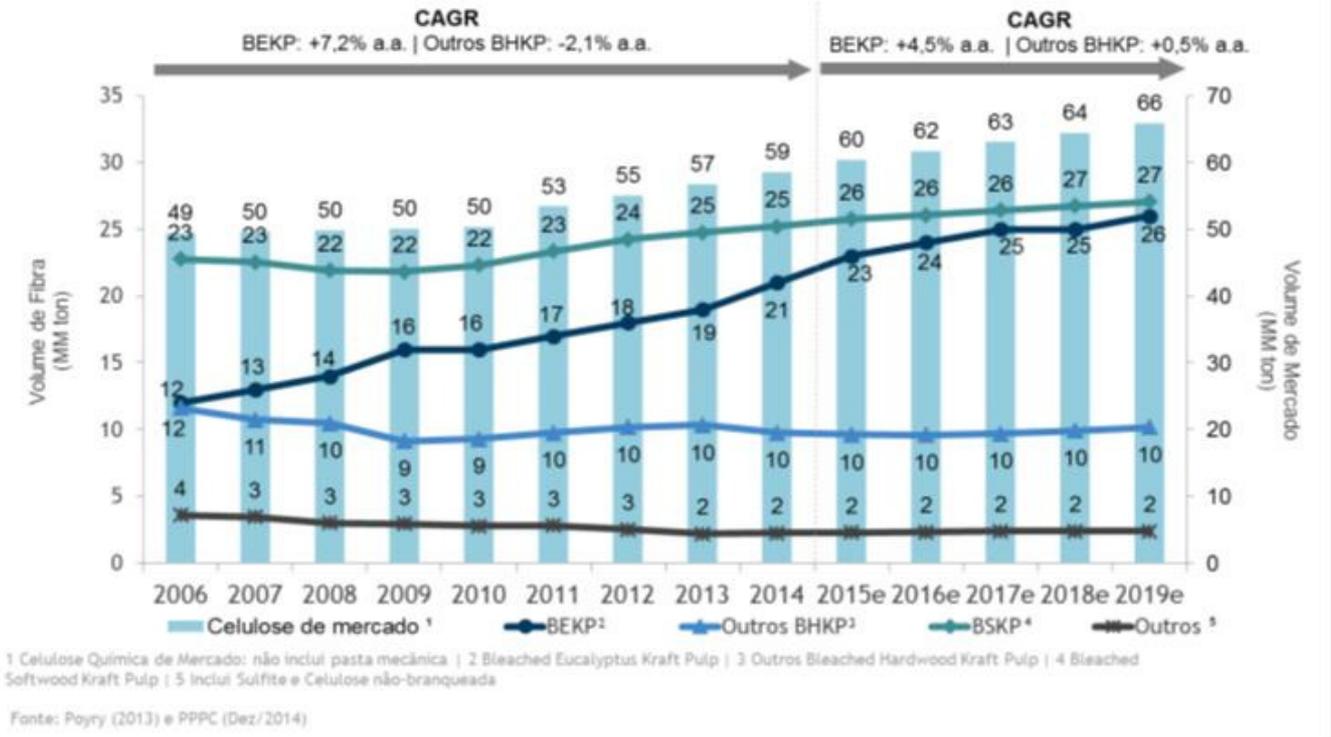
Celulose

De acordo com Hawkins Wright, o total da capacidade de celulose de eucalipto no mundo em 2014 foi de 19,4 milhões de toneladas, sendo

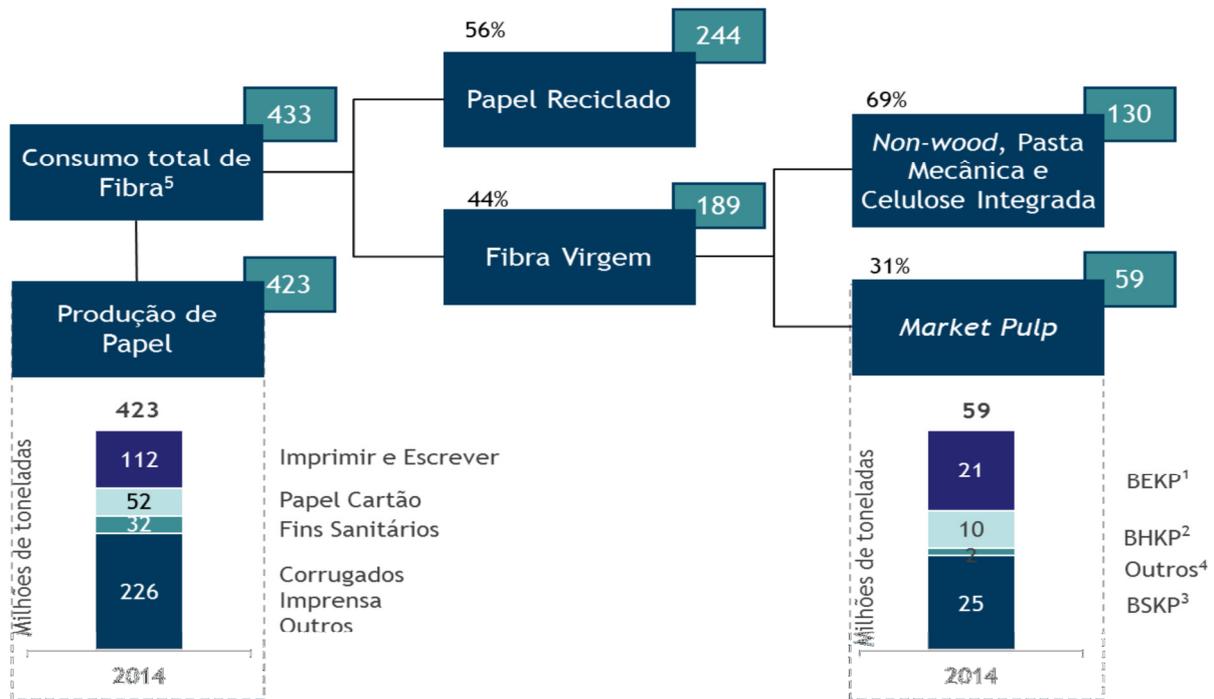
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

predominantemente produzida na América Latina com 16,7 milhões de toneladas. O Brasil é o maior produtor do mundo de celulose de eucalipto com 12,4 milhões de toneladas de capacidade em 2014, seguido do Chile com 2,5 milhões de toneladas. Outros tipos de fibra curta são produzidos em outras regiões, como, por exemplo, a Ásia. A produção de fibra longa concentra-se principalmente no hemisfério norte, sendo que Canadá e Estados Unidos são responsáveis por 51% do total produzido de fibra longa no mundo.

Conforme demonstrado no gráfico abaixo, a competitividade da fibra de eucalipto leva à substituição de fibras:



Globalmente, conforme demonstrado no gráfico abaixo contemplando pesquisa realizada pela Pöyry e PPPC, o mercado de celulose representou 14% do consumo de fibra para a produção de papel:



¹ Bleached Eucalyptus Kraft Pulp | ² Bleached Hardwood Kraft Pulp | ³ Bleached Softwood Kraft Pulp | ⁴ Inclui celulose química não-branqueada e sulfito | ⁵ Não inclui Fluff e Celulose Solúvel

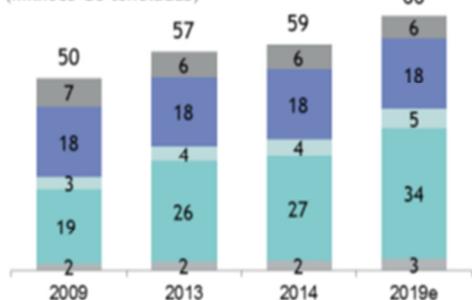
Fonte: Pöyry (2013) e PPPC (set/2014)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O crescimento da demanda por celulose de mercado é impulsionado pelo consumo da fibra na Ásia, que tem investido em fábricas de papel não integradas. O crescimento da oferta acontece na América Latina, região mais competitiva para produção de celulose.

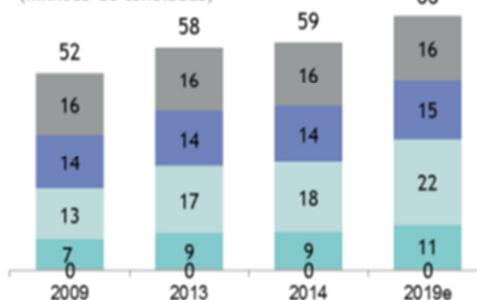
Demanda Global de Celulose de Mercado

(milhões de toneladas)



Oferta Global de Celulose de Mercado

(milhões de toneladas)



América do Norte
Europa
América Latina
Ásia
Outros*

CAGR Demanda	2009 - 2013	2014 - 2019e
América do Norte	-3,8%	-1,7%
Europa	-0,3%	+0,2%
Ásia	+7,8%	+4,4%
América Latina	+5,5%	+3,3%
Outros*	+6,3%	+3,5%
Total	+3,2%	+2,4%

CAGR Oferta	2009 - 2013	2014 - 2019e
América do Norte	+0,4%	+0,1%
Europa	+1,3%	+1,0%
Ásia	+4,5%	+4,2%
América Latina	+6,9%	+3,9%
Outros*	+1,7%	+0,1%
Total	+2,9%	+2,2%

Nota: *Outros inclui Oriente Médio e África
Fonte: Poyry (2013)

A demanda global por celulose branqueada de mercado em 2014 somou 53,1 milhões de toneladas, segundo dados da Hawkins Wright (consultoria especializada na indústria de celulose de mercado), sendo deste total 55% de fibra curta, 45% de fibra longa e menos de 1% de outros tipos de fibras (Sulfito). Do volume total de fibra curta, 62% são de fibra de eucalipto, segmento de mercado da Controlada.

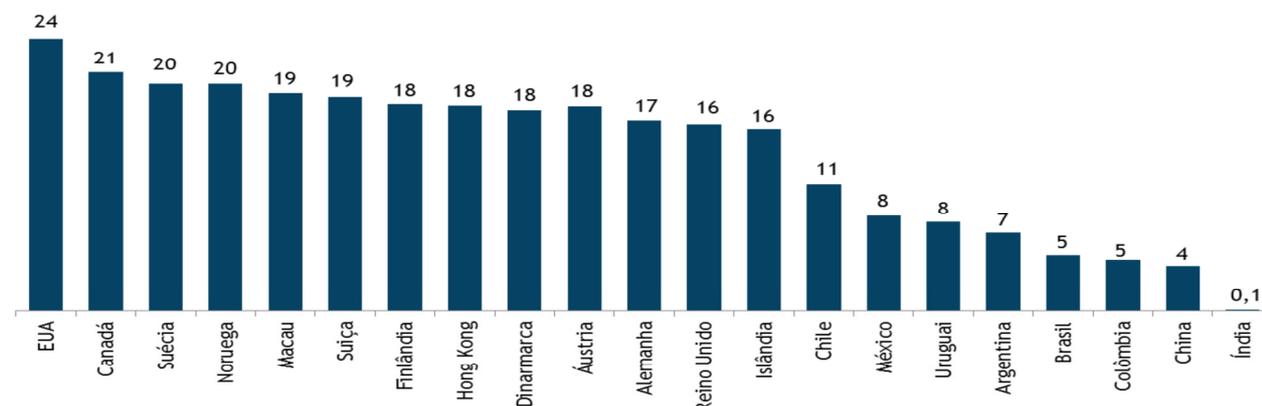
Nos últimos onze anos, segundo dados da Hawkins Wright, a demanda por celulose de eucalipto cresceu a uma taxa anual de 7,4%, enquanto a demanda por outros tipos de fibra curta retraiu 0,1% a.a. e de fibra longa cresceu a uma taxa anual de 1,7%.

Os principais segmentos de papéis que consumiram celulose de mercado, em 2012, foram: imprimir e escrever (34%), papéis sanitários (32%), especialidades (16%), fluff (10%), e outros (8%) (fonte: End Use Survey – Aug/13, Hawkins Wright). Vale destacar que os três primeiros segmentos, que totalizam 82% do mercado, representaram 88% do uso final dado à celulose comercializada pela Controlada no ano de 2014

A demanda por papéis para fins sanitários é impactada pela cultura, pelo crescimento econômico (PIB) e pelo desenvolvimento do país (urbanização). A participação desse segmento na demanda total por papéis deve crescer em função da maior demanda nos países em desenvolvimento, conforme gráfico abaixo:

Consumo per capita de Papéis para Fins Sanitários

(Kg/habitante/ano)



Fonte: World Tissue Business Outlook - RISI (2013)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O mercado de celulose é conhecido pelo alto grau de fragmentação tornando-se um mercado de grande competitividade entre os produtores de celulose nas diferentes regiões. Essa característica do mercado dificulta a mensuração do *market share* dos concorrentes em cada região. De acordo com Hawkins Wright, considerando a produção mundial de celulose, a Controlada está na quarta posição com 6,4% do *market share*, sendo que o produtor líder de mercado detém somente 10,0% da produção mundial. Ao considerar apenas a produção mundial de celulose de fibra curta, a Controlada encontra-se na segunda posição com 11,7% do *market share*.

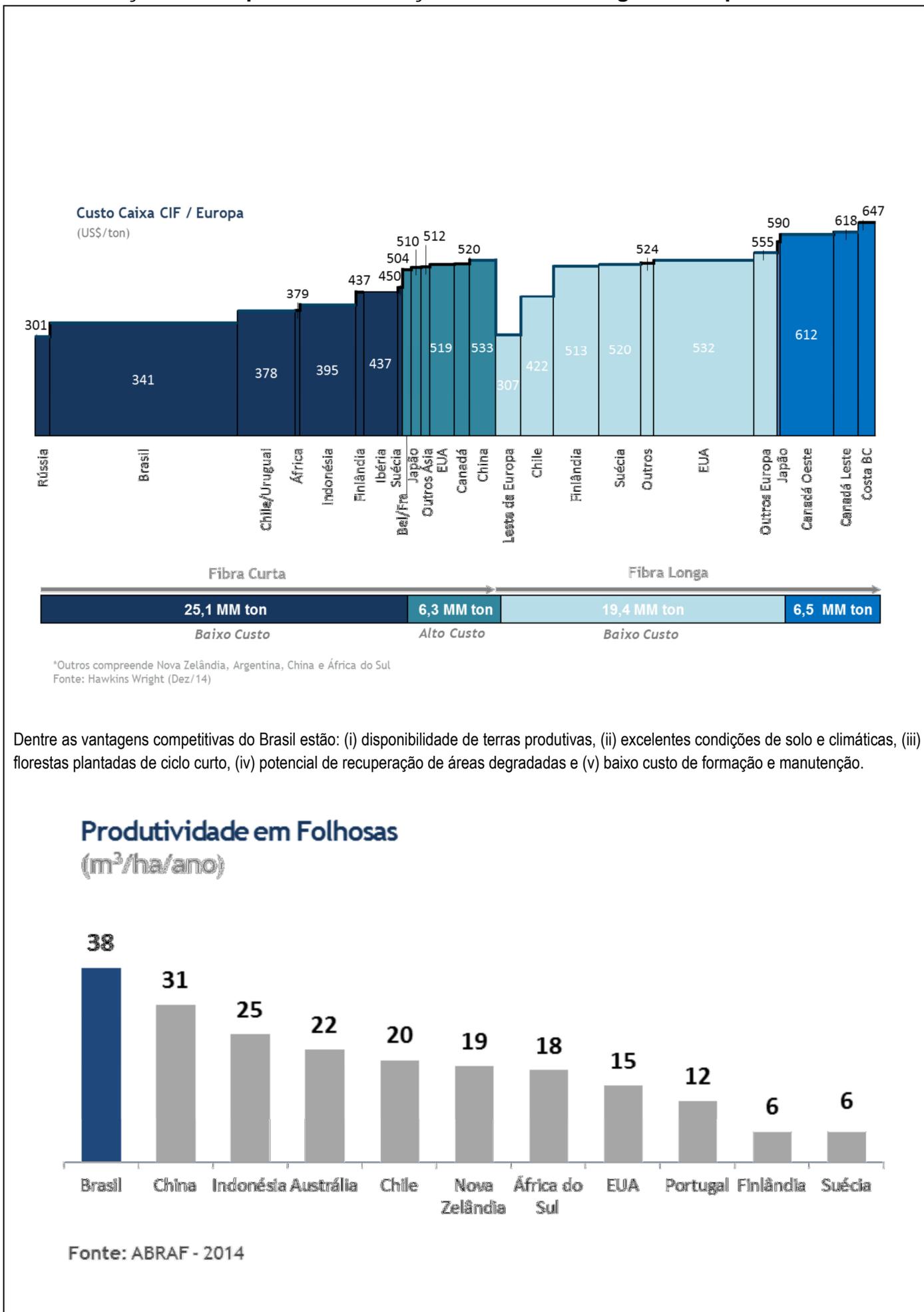
Maiores Produtores de Celulose de Mercado do Mundo			
Posição	Companhia	País / Região	Capacidade (mil toneladas/ano)
1	Fibria	Brasil	5.300
2	April	Indonésia, China	3.920
3	Arauco	Chile / Argentina	3.840
4	Suzano	Brasil	3.420
5	CMPC	Chile	2.530
6	UPM-Kymmene	Finlândia / Uruguai	2.370
7	Stora Enso	Europa / Brasil	2.320
8	Georgia Pacific	EUA	2.310
9	Paper Excellence	Canadá e Europa	2.155
10	Metsa Group	Finlândia / Suécia	2.110
11	Ilim	Rússia	1.990
12	Weyerhaeuser	EUA / Canadá	1.785
13	Eldorado	Brasil	1.700
14	Mercer	Canadá / Alemanha	1.555
15	Domtar	EUA / Canadá	1.525
16	IP	EUA / Rússia / França	1.520
17	Sodra	Suécia / Noruega	1.415
18	Resolute Forest Products	Canadá	1.385
19	Canfor Corporation	Canadá	1.285
20	ENCE	Espanha	920
20 maiores produtores			45.355

Fonte: Outlook for Market Pulp – Dez/14, Hawkins Wright

A participação de mercado da Controlada varia em cada uma das regiões que atua. Na América Latina o *market share* da Controlada no mercado de celulose foi de 15,7% do total da demanda da região em 2014, seguido da China com *market share* de 7,7%, Europa com 5,0%, América do Norte com 4,2%, além de outras regiões com menor participação.

O Brasil apresenta custos de produção entre os mais baixos do mundo. O gráfico abaixo apresenta o custo-caixa (CIF Europa) de celulose de mercado, que compreende os custos totais de produção com exclusão da depreciação e exaustão. Os dados foram apurados pela Hawkins Wright em dezembro de 2014, e os valores foram expressos em dólares por tonelada:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Rendimento em Celulose da Suzano



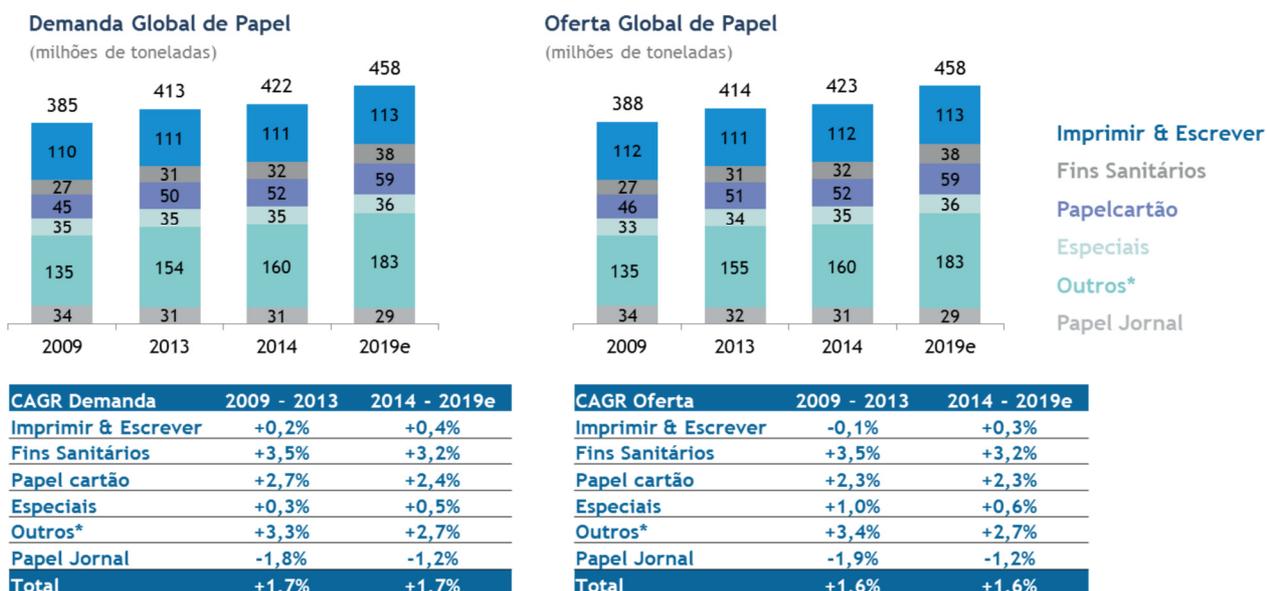
- Mais madeira / hectare
- Mais celulose / m³
- Qualidade superior
- Menor área
- Custos decrescentes / m³

O volume de celulose exportado pela Controlada em 2014 representou 83% do total de vendas, aumento de 5,1 p.p. em relação a 2013. Ao longo de 2014, a Controlada exportou 2,4 milhões de toneladas. A Ásia representou 41% das vendas da Controlada em 2014, e foi o principal destino das vendas da Controlada -, seguida pela Europa com 30%, Brasil com 17%, América do Norte com 11% e América do Sul/Central com 1%.

Papel

O mercado de papel é composto basicamente por 4 (quatro) segmentos: papéis para imprimir e escrever, papéis para embalagem, papéis especiais e papéis para fins sanitários. A Controlada atua nos segmentos de papéis para imprimir e escrever, papéis para embalagem e papéis especiais. Os papéis de imprimir e escrever são usados em livros, revistas, catálogos, impressão comercial, formulários, dados variáveis, cópias e jornais. Os papéis para embalagem são utilizados em embalagens primárias e secundárias, nos mercados de alimentos, farmacêutico, cosmético, eletrônicos, limpeza, higiene pessoal, brinquedos e calçados. Os papéis especiais englobam papéis sem carbono, reciclados, papéis decorativos, papéis de segurança, auto-adesivos e papel para cigarros. Em 2014, 26% da demanda total de papel foi destinada a papéis para imprimir e escrever, 50% para papéis para embalagem, 8% papéis para fins sanitários e 16% outros papéis, segundo a Pöyry Management Consulting.

De acordo com a Pöyry, o crescimento da demanda global de papel de 2014 a 2019 é estimado em 1,7% ao ano, impulsionado pelos países emergentes, enquanto o crescimento estimado da oferta é de 1,6% ao ano, nesse período. Abaixo dois gráficos demonstrando a demanda e oferta global de papel em cada região, considerando o tipo de papel:



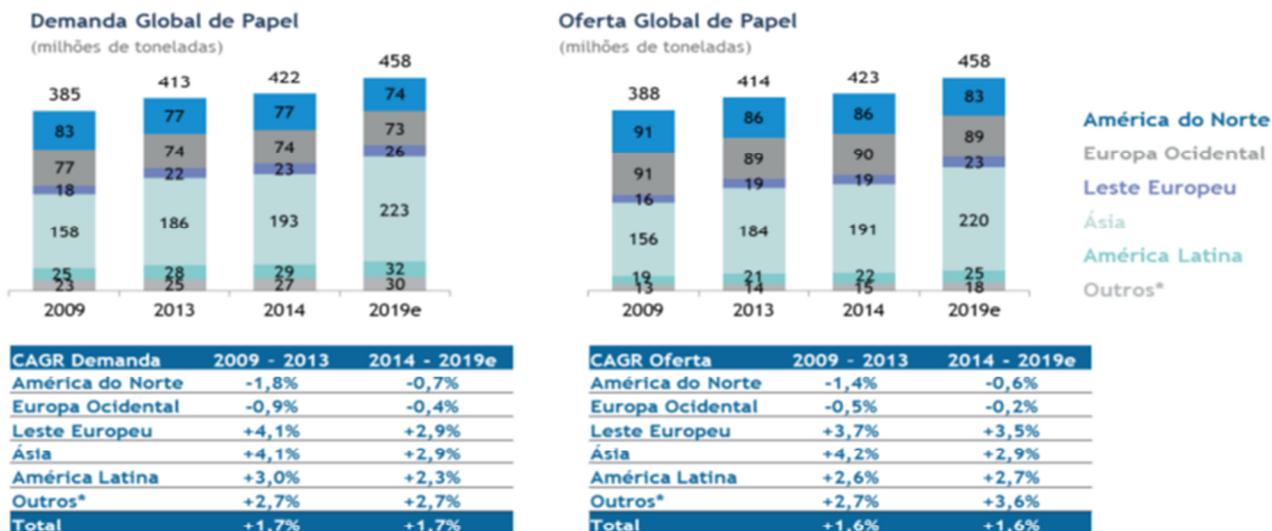
Nota: *Outros inclui corrugados e sacos, ou seja, produtos com pouco ou nenhum consumo de fibra virgem
 Fonte: Poyry (2013)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Diferentes fatores influenciaram e influenciam o crescimento da demanda mundial por papéis, tais como: (i) crescimento do PIB; (ii) crescimento populacional; e (iii) elevação do consumo per capita.

Já nos mercados considerados “maduros”, como Japão, Oeste Europeu e América do Norte, o crescimento no consumo de papel e papelcartão vem ocorrendo em um ritmo mais lento, devido: (i) à queda nas taxas de crescimento da população; (ii) ao avanço nas formas e facilitação de acesso às mídias eletrônicas e TV a cabo; e (iii) à redução de gramaturas dos papéis.

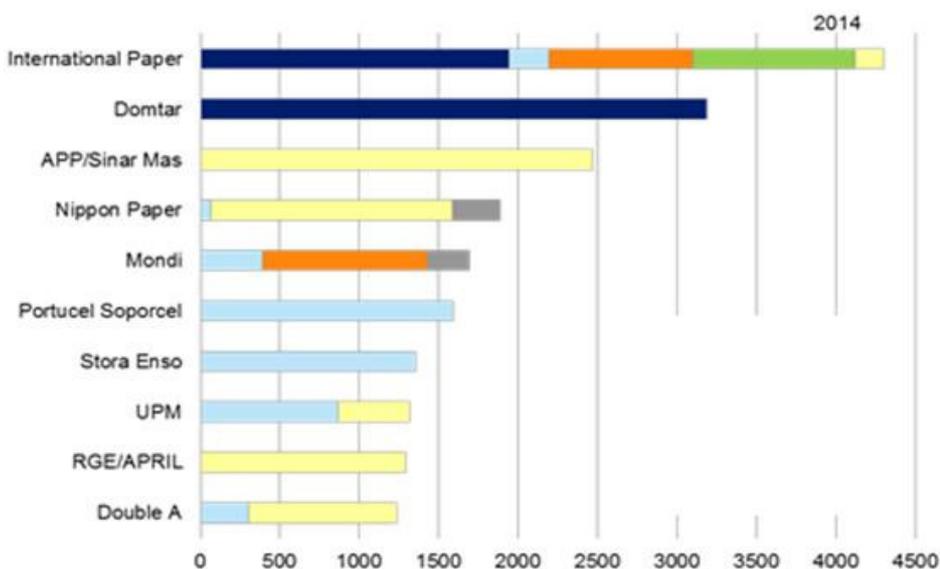
Abaixo, gráficos que ilustram a oferta e demanda global de papel:



Nota: *Outros inclui Oriente Médio e África
Fonte: Poyry (2013)

O mercado mundial de papel possui diferentes produtores e concentrações de acordo com o tipo de segmento, conforme dados divulgados pela Pöyry Management Consulting. A seguir são apresentados os principais produtores dos mercados que a Controlada participa.

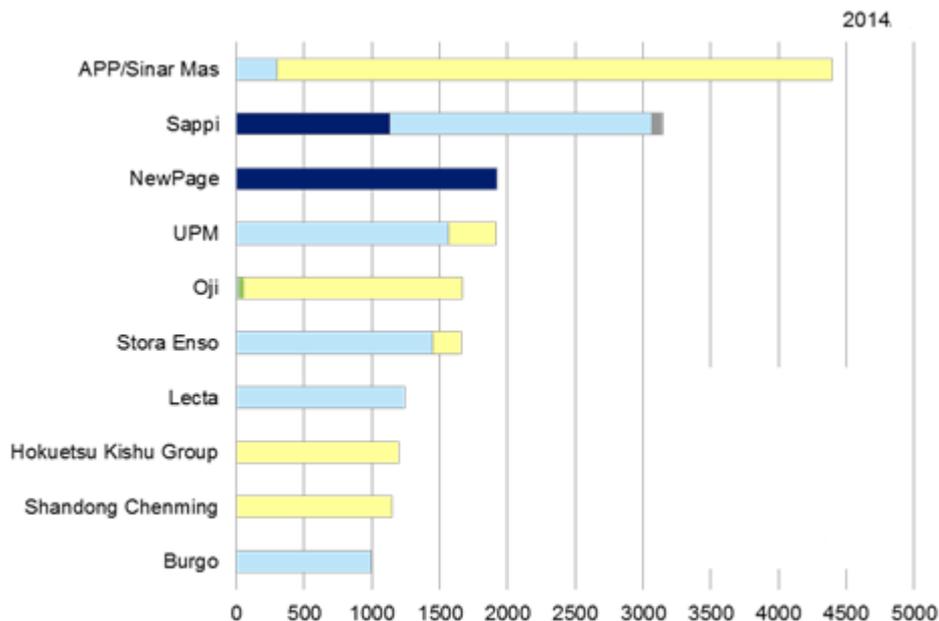
10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Não Revestidos – 2014 (mil toneladas)



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

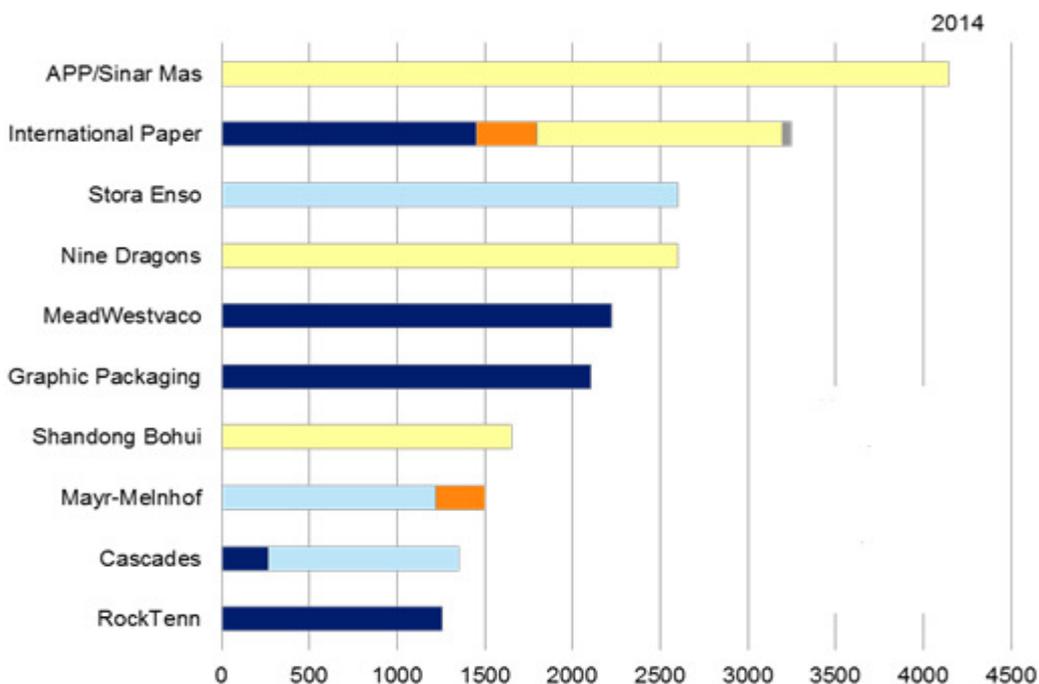
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

10 maiores produtores mundiais de Papéis para Imprimir e Escrever Revestidos – 2014 (mil toneladas)



Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

10 maiores produtores mundiais de Papéis para Embalagem – 2014 (mil toneladas)



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: Poyry Consulting (World Paper Markets up to 2030)

Nos segmentos em que atua, a Controlada possui 0,8% de participação no mercado mundial, sendo 1,0% no mercado de imprimir e escrever e 0,5% do mercado de papéis para embalagem.

A Controlada comercializa cerca de 85% das vendas de papel na América do Sul e Central, região foco de sua atuação. A participação de mercado da Controlada varia em cada uma das regiões que atua.

No Brasil, onde sua presença é mais significativa, seu *market share* nos papéis de imprimir e escrever, mercado no qual a Controlada é líder, foi de 35,7%, 36,6% e 38,3% e no papelcartão 25,8%, 27,9% e 29,5%, nos anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente, conforme dados divulgados pela Indústria Brasileira da Árvores (Ibá).

No exterior, as vendas para países da América Latina representaram, respectivamente, 48,1%, 40,3% e 46,5% do total de exportações de papel em 2012, 2013 e 2014. As vendas para a Europa representaram 16,0%, 15,7% e 13,0% do total de exportações, enquanto para a América do Norte as exportações representaram 25,8%, 39,1% e 37,0% nestes mesmos períodos.

Os preços de papel tendem a ser menos voláteis em relação aos preços da celulose. No entanto, sendo a celulose um insumo relevante em termos de custos na produção de papel, aumentos no preço desse insumo tendem a influenciar os preços mundiais de papel. Em 2014, o preço médio da celulose de eucalipto comercializada pela Controlada foi de R\$ 1.351/ tonelada enquanto que o preço líquido médio do papel foi de R\$ 2.581/tonelada.

d) Eventual sazonalidade

Os produtos florestais, como celulose e papel, são tipicamente cíclicos. Oscilações nos estoques são frequentemente importantes na determinação dos preços. Ademais, a demanda por papel depende muito das condições econômicas gerais e, tendo em vista que a capacidade de produção se ajusta lentamente às mudanças na demanda, estas também contribuem para a natureza cíclica da indústria.

Especificamente no Brasil, a demanda por papéis apresenta-se mais aquecida no segundo semestre de cada ano, principalmente, em função de fatores como programas governamentais, a exemplo do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e a produção de livros e cadernos para a volta às aulas. Mudanças na capacidade de produção também podem influenciar os preços.

Em comparação ao mercado de celulose, o mercado de papel apresenta um número maior de produtores e consumidores e maior diferenciação por produto. Apesar do preço do papel ser cíclico e estar historicamente atrelado ao preço da celulose, com uma ligeira diferença temporal, ele é, em geral, considerado menos volátil do que o preço da celulose. Os principais fatores que afetam o preço do papel são a atividade econômica, a capacidade de expansão da produção e a flutuação nas taxas de câmbio.

Não obstante, os impactos da sazonalidade dos negócios da Controlada não provocaram impactos significativos nos trimestres e na apuração dos resultados anuais nos três últimos exercícios. Por essa razão, a Controlada não mensurou impactos da sazonalidade nos seus resultados.

e) Principais insumos e matérias primas, informando: (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços

Os principais insumos e matérias primas utilizados pela Controlada Suzano Papel e Celulose em seu processo produtivo são: madeira, energia, produtos químicos e água.

Matérias Primas

As principais matérias-primas utilizadas na produção de papel e celulose estão descritas abaixo:

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

A Controlada utiliza três fontes de fibras na produção de seus papéis (i) celulose que a própria Controlada produz; (ii) papéis reciclados; e (iii) pastas mecânicas. O papel reciclado pré e pós consumo e as pastas mecânicas são usados nas camadas interiores de alguns tipos de papelcartão. O papel reciclado serve também de matéria-prima para a produção do papel Reciclato da Controlada (o primeiro papel reciclado para imprimir e escrever não revestido produzido em escala industrial no Brasil, cuja produção foi iniciada em 2001). A

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Controlada utiliza o eucalipto para a produção de toda sua celulose.

- Energia

A Controlada utiliza diversas fontes de energia. A principal delas, produzida no próprio processo de fabricação da celulose, é resultante da queima do licor negro na caldeira de recuperação. O vapor produzido nesta queima é empregado na geração de energia elétrica e em diversos outros usos no processo produtivo da Controlada. Uma segunda fonte de energia, também associada ao processo de produção, consiste na queima de resíduos florestais (cascas e galhos de eucalipto) em uma caldeira auxiliar, onde também podem ser utilizados gás natural e óleo combustível.

A Controlada trabalha em direção à redução do consumo de energia e à autossuficiência. Na unidade

Mucuri, por exemplo, são produzidos internamente 100% da energia consumida, em sua maior parte a partir de fontes renováveis, com aplicação do reuso dos resíduos da madeira. Isso é possível graças ao processo de recuperação química utilizado nas indústrias. O processo Kraft possibilita à Controlada recuperar os químicos utilizados na polpação e, ao mesmo tempo, permite o uso dos resíduos do cozimento da madeira para gerar energia. Depois dessa etapa, o processo de recuperação química é completado com a cal virgem, que, juntamente com o sulfato de sódio e a soda, irão compor o licor verde e o licor branco, que retornarão ao início do processo para novo cozimento de madeira, com o mínimo de reposição. Isso permite ganhos ambientais diretos com a redução de resíduos e a geração de energia.

Em 2014, a Controlada iniciou a produção de energia para exportação na unidade de Mucuri através da otimização da geração de vapor nas caldeiras. Esse volume adicional somado à energia excedente gerada na Unidade Maranhão equaciona a demanda de energia da Companhia para suas fábricas de papéis.

- Produtos Químicos

O processo produtivo de papel e celulose da Controlada utiliza diversos produtos químicos desde o cozimento da madeira até a aplicação de revestimento do papel, incluindo sulfato de sódio, hidróxido de sódio (soda cáustica), clorato de sódio, cloro, peróxido de hidrogênio e oxigênio. Na produção de papel de imprimir e escrever revestido, a Controlada utiliza diversos aditivos, incluindo, principalmente, caulim, carbonato de cálcio, látex, amidos, alvejantes e cola.

Todos os resíduos são tratados de forma a se adequar às práticas e padrões mais atuais da indústria mundial de papel e celulose. Os produtos químicos utilizados na indústria de papel e celulose são comumente utilizados em várias outras atividades industriais e não apresentam uma condição particularmente perigosa. Todas as regras de segurança relativas a transporte, armazenagem e produção são estritamente cumpridas pela Controlada. Além disso, a Controlada mantém uma apólice de seguro que cobre a responsabilidade oriunda de acidente no transporte, armazenagem ou produção de produtos químicos.

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável;

Fornecedores e Relacionamento

Em 2014, a Controlada teve cerca de 3,5 mil fornecedores ativos, aos quais a Controlada procura permanentemente disseminar seus valores e práticas direcionados à gestão sustentável dos negócios. A Controlada mantém com os fornecedores um relacionamento transparente e pautado pela valorização.

Para selecioná-los, analisa-se a qualidade do produto e/ou serviço, a disponibilidade e as condições comerciais. Ademais, seguem-se critérios rigorosos na fase de qualificação, em que são cheçadas questões socioambientais, de saúde e segurança ocupacional e econômico-financeiras, assim como a adequação à legislação e a conformidade com as licenças ambientais. Caso o insumo demandado pela Controlada tenha grande impacto no produto final, seu fornecedor passa ainda por testes industriais. As relações da Controlada com os seus fornecedores não estão diretamente sujeitas a nenhum controle ou regulamentação governamental.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores;

A Controlada possui uma ampla e diversificada base de fornecedores, o que possibilita o atendimento satisfatório de suas necessidades de insumos, materiais e serviços e a mitigação dos riscos de concentração de fornecimento, sem prejuízo, no entanto, do estabelecimento de relações de parcerias, e sem que isso implique compromissos de exclusividade. Embora a Controlada entenda que não exista dependência significativa em relação a fornecedores, alguns insumos podem possuir menor número de fornecedores capacitados ou

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

habilitados no mercado doméstico, de acordo com o grau de especificidade.

Entretanto, a Controlada sempre avalia todas as opções disponíveis no mercado nacional, assim como de importação.

Fornecedores de Matérias Primas

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Da demanda de madeira da Controlada em 2014, a maior parte teve origem em seus plantios, e o restante foi suprido por fornecedores de madeira de mercado e produtores rurais incluídos no programa de fomento da Controlada. Estes produtores rurais fomentados vendem sua madeira em grande parte para a Controlada, a qual lhes fornece assistência técnica, mudas de eucalipto e insumos necessários para o processo de cultivo do eucalipto.

- Produtos Químicos

Há produtos químicos fornecidos por um reduzido número de fornecedores. Para itens de maior complexidade técnica, menor disponibilidade ou com poucas fontes de fornecimento disponíveis são estabelecidos contratos comerciais de longo prazo. Para minimizar ou eliminar a dependência de suprimentos, o mercado fornecedor é mapeado considerando-se oferta de produtos, concentração de mercado e complexidade técnica de substituição visando estabelecer contratação por item.

(iii) eventual volatilidade em seus preços.

- Madeira, Papel Reciclado e Pastas Mecânicas

Os contratos de compra de madeira são normalmente firmados pelo prazo médio de 7 anos, correspondente a um ciclo de corte, com condições de volume e preço pré-estabelecidas e reajuste anual pelo índice de inflação medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A madeira respondeu por 29,7% dos custos totais de produção da Controlada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A pasta mecânica e o papel reciclado acompanham o preço de mercado.

- Produtos Químicos

Os preços dos produtos químicos no Brasil geralmente sofrem flutuação relacionada aos preços internacionais e à taxa de câmbio vigente. Relacionamento de longo prazo entre a Controlada e seus fornecedores locais têm sido um fator importante na estabilização dos preços e na regularidade de fornecimento. Quando necessário, a Controlada pode importar produtos químicos de forma a equilibrar a volatilidade nos preços locais.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, produtos químicos, que incluem insumos, matriz energética, vestimentas e acondicionamento, responderam por 38,8% dos custos de produção da Controlada.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia), de acordo com as últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social, informando (a) o montante total de receitas provenientes do cliente; e (b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

A controlada Suzano Papel e Celulose S.A., principal responsável pelas receitas da Companhia não possui nenhum cliente que seja responsável por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A necessidade de autorizações governamentais se referem ao exercício das atividades da controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e estão descritas abaixo:

A Controlada mantém relações de qualidade com a administração pública em todos os níveis – em âmbito nacional, estadual e nos municípios em que atua.

Como uma empresa de base florestal e produtora de papel e celulose, a Controlada segue as legislações e regulamentos referentes às suas atividades e linhas de negócio, relacionados a emissões atmosféricas, descarga de efluentes, resíduos sólidos, odores e reflorestamento. Exemplos de tais regulações e legislações são: o Código Florestal, a Lei da Mata Atlântica, CONAMA 357, Portaria 518 do Ministério da Saúde, Decreto nº. 4.887/2003 e a Lei de Biossegurança nº 11.105, entre outros.

Historicamente, a Controlada acredita manter um bom relacionamento com todas as autoridades reguladoras, tendo cumprido as condicionantes aplicáveis a cada licença obtida para o atual estágio de seus negócios, assim como satisfaz eventuais pedidos de esclarecimentos realizados por tais autoridades.

Além disso, a Controlada está adequada à Política Nacional do Meio Ambiente, a qual determina o licenciamento ambiental prévio para atividades que utilizam recursos naturais. Dessa forma, realiza todos os trâmites legais e técnicos necessários para obtenção de licenças junto aos órgãos reguladores, tanto para a formação de suas bases florestais quanto para a implantação de suas unidades industriais. Vale ressaltar, que a Controlada possui as autorizações necessárias para a aquisição e utilização de produtos químicos controlados pela polícia federal ou outros órgãos.

As unidades industriais da Controlada e as áreas de plantio possuem as autorizações e licenças exigidas pelos órgãos governamentais.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A política ambiental das atividades se refere à controlada Suzano Papel e Celulose S.A. e são descritas abaixo.

A política ambiental da Controlada estabelece um compromisso com relação à preservação do meio ambiente, por meio da redução do consumo dos recursos naturais e da mitigação dos impactos de suas atividades. Nesse sentido, foram investidos, no ano de 2014, cerca de R\$ 20 milhões em melhorias na operação industrial para minimizar os impactos de nossas atividades. Já na Unidade de Negócio Florestal, investimos cerca de R\$ 8 milhões em monitoramento e conservação dos recursos naturais, restauração e projetos de educação ambiental, entre outros.

A política ambiental da Controlada tem como diretrizes:

(i) contribuir para o desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental por meio de processos de gestão inovadores e pioneiros, mantendo-se como referência de empresa ambientalmente responsável;

(ii) assumir atitude de prevenção da poluição desde a pesquisa e cobrindo o projeto, a instalação, a operação, a comercialização e o uso de seus produtos;

(iii) desenvolver e estimular ações de educação ambiental por meio de uma abordagem sistêmica e participativa, que promova uma atitude consciente e responsável entre seus colaboradores, parceiros e comunidade;

(iv) empreender ações, buscando a sustentabilidade dos recursos hídricos, da atmosfera, do solo e da biodiversidade nas áreas sob influência da Controlada; e

(v) compartilhar, com os segmentos organizados da sociedade, o uso e o desenvolvimento de programas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais.

A Política Ambiental e o sistema de gestão ambiental da Controlada estão alinhados aos padrões internacionais mais avançados. Temos a certificação ISO 14001, que atesta nosso sistema de gestão ambiental, em todas as nossas Unidades, sendo que a Unidade Mucuri foi

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a primeira do setor a conquistar essa certificação em 1996. Também detemos o selo internacional FSC (*Forest Stewardship Council*), que atesta que o nosso manejo florestal é ambientalmente correto e socialmente justo. Este selo, elaborado por diversas organizações internacionais, tem forte reconhecimento mundial e está presente em diversos produtos da Controlada e de nossos clientes que utilizam nossa celulose e nosso papel.

A sustentabilidade pauta todas as ações e intenções da empresa, entendida como a capacidade de permitir que os ciclos de crescimento se renovem, o que implica em construir bases para uma expansão que integre operações competitivas, responsabilidade socioambiental e relacionamentos de qualidade.

Gestão ambiental e certificações

O alinhamento das práticas a esse entendimento se traduz, entre outras conquistas, na manutenção de aproximadamente 440 mil hectares de áreas certificadas pelo Forest Stewardship Council (FSC), no fato de ter sido a primeira empresa do setor no mundo a calcular a pegada de carbono de seus produtos e na detenção de amplo escopo de certificações: além do FSC, a ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001 e Cerflor. Atuamos, portanto, sob o rígido cumprimento de leis e regulamentos ambientais.

Água

A gestão do uso da água e sua reutilização são preocupações na Controlada, tanto em nossas plantações quanto em nossas fábricas, voltando-se em todas as unidades para o volume total captado, o consumo de água (total e subterrânea), a porcentagem de água retirada dos recursos hídricos, a vazão da fonte hídrica afetada pela retirada da água, entre outros controles internos observados e importantes para nossas operações. Com relação à reutilização de água, redução de custos, escassez de recursos e mesmo a própria legislação ambiental são considerados fatores motivadores; a Controlada reutiliza água tanto na indústria quanto nos viveiros de mudas.

Resíduos e efluentes

Na Controlada, a gestão de efluentes e resíduos se faz presente em nossos processos e operações, tanto industriais quanto florestais. O tratamento de efluentes em todos os sites industriais acontece em ETEs próprias, e contempla o tratamento primário (físico) e tratamento secundário (biológico), etapa em que é adicionado oxigênio e nutrientes, além do controle de pH. Nas unidades Limeira e Maranhão é utilizado para tratamento secundário a tecnologia de lodo ativado, e para as unidades de Suzano e Mucuri as lagoas aeradas. Temos unidades de compostagem nas unidades de Limeira, Embu, Suzano e Rio Verde. Além disso, como associados da Ibá e do Compromisso Empresarial pela reciclagem (Cempre), participamos das discussões acerca dos planos setoriais do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, instituído pelo governo federal.

Biodiversidade

A Controlada destina aproximadamente 43% de suas áreas à conservação, o que representa aproximadamente 460 mil hectares distribuídos pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, considerando áreas de reserva legal, de preservação permanente e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), entre outras.

Em 2014, a Controlada deu continuidade à parceria com a organização não governamental The Nature Conservancy - TNC para a elaboração de Planos de Conservação da Biodiversidade, que abrangerão os remanescentes florestais nos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, resultando no Plano de Conservação de Áreas (PCA), com estratégias de preservação da biodiversidade. O objetivo é estender o planejamento às demais áreas florestais. Em 2014, a Controlada também aderiu ao clube corporativo do WWF-Brasil, onde diversas empresas de diferentes setores trocam ideias e ferramentas sobre como melhorar sua gestão socioambiental.

Mudanças Climáticas

Já o tema das mudanças climáticas incorpora a contínua busca da Controlada pela adoção de melhores práticas na gestão de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), o que compreende os pilares de quantificação, redução e compensação. No pilar quantificação, a Controlada é referência por ter sido a primeira empresa da América Latina e do setor de celulose e papel a calcular a pegada de carbono conquistando a certificação *Carbon Reduction Label*, concedida pelo *Carbon Trust*. Neste processo, iniciado em 2010, quantificamos a emissão de GEE emitidos durante o ciclo de vida da celulose produzida em Mucuri e do papel *Report*. No final de 2013 obtivemos a recertificação da pegada de carbono da celulose Mucuri.

Desde 2006 a Controlada elabora anualmente o Inventário Corporativo de Emissões de GEE para mensurar as emissões do processo produtivo considerando as emissões diretas provenientes das atividades de controle operacional da empresa (escopo 1), emissões

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

indiretas oriundas do consumo de energia elétrica (escopo 2) e atividades associadas a sua cadeia de produção, porém não controladas pela empresa (escopo 3). Esta ferramenta é elaborada de acordo com o a metodologia *GHG Protocol do World Resources Institute (WRI)*.

O inventário de 2014 publicado no registro público de emissões do programa brasileiro GHG Protocol, site <http://www.registropublicodeemissoes.com.br/>, aponta entre outros ganhos, a redução aproximada 9% de emissão de GEE referente ao escopo 1. Esta redução demonstra que o investimento em inovação e tecnologias de baixo impacto estão alinhados ao tema de Mudanças Climáticas indo ao encontro das demandas de clientes, investidores e consumidores.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

As atividades da Controlada de pesquisa e desenvolvimento estão principalmente direcionadas ao incremento da produtividade da madeira de eucalipto e à otimização dos processos industriais, fazendo com que a produção seja mais eficiente e sejam desenvolvidos novos produtos por intermédio de: (i) melhoria no uso da fibra de eucalipto na produção de celulose e papel; (ii) desenvolvimento e implementação de tecnologia mais eficiente para o processo produtivo e para a reciclagem de sobras e aparas de papel; e (iii) condução de pesquisa ambiental.

Adicionalmente, a Controlada participa de projetos de pesquisa para o mapeamento do genoma do eucalipto, com vistas à possibilidade de futura utilização desta tecnologia, desenvolve pesquisas em biotecnologia em laboratórios para cultura de tecidos e mapeamento dos marcadores moleculares, e mantém relacionamento próximo com várias universidades e institutos particulares de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior.

A Controlada atua no mercado mundial, oferecendo celulose e uma completa gama de papéis, representadas por suas marcas registradas – ou em processo de registro – na América Latina, América do Norte, União Europeia e Ásia. No Brasil, a Controlada possui diversas marcas registradas perante o INPI, incluindo, dentre as mais relevantes: Report, Pólen, Paperfect, Alta Alvura, Reciclato, papelcartão Supremo, TP White, Super 6, Couché Suzano, SUZANO PULP e Eucafluff.

Apesar das atividades de pesquisa e desenvolvimento e dos investimentos feitos em suas marcas, a Controlada não é dependente de quaisquer patentes, marcas, licenças, contratos de royalties ou industriais ou novos processos produtivos em específico que sejam de importância fundamental para seus negócios ou resultados.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual da Controlada, ver item 9 deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior**7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:**

As informações se referem às receitas obtidas de sua principal controlada, Suzano Papel e Celulose S.A.:

a) Receitas provenientes dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

CELULOSE - BRASIL		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2014	609.396	8,4
31/12/2013	523.206	9,2
31/12/2012	457.633	8,8

PAPEL - BRASIL		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2014	2.440.944	33,6
31/12/2013	2.185.989	38,4
31/12/2012	2.068.146	39,8

b) Receitas provenientes dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

CELULOSE	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2012	
Região	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹
Ásia ²	1.570.698	21,6	940.401	16,5	776.396	15,0
Europa ³	1.169.069	16,1	785.353	13,8	718.812	13,8
América Do Norte	461.334	6,4	289.926	5,1	190.827	3,7
América do Sul e Central ⁴	40.806	0,6	38.402	0,7	45.063	0,9
Total	3.241.907	44,6	2.054.082	36,1	1.731.098	33,3

¹ % Calculado sobre receitas líquidas totais

² Os países mais relevantes são: China, Hong Kong, Coreia do Sul e Japão

³ Os países mais relevantes são: Itália, França, Áustria, Alemanha, Reino Unido e Espanha

⁴ Os países mais relevantes são: Argentina, Colômbia e Equador

PAPEL	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2012	
Região	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹	Receita (R\$ mil)	% ¹
Ásia ²	12.501	0,2	30.226	0,5	53.808	1,0
Europa ³	118.007	1,6	139.822	2,5	149.632	2,9
América Do Norte	363.529	5,0	361.359	6,4	289.635	5,6
América do Sul e Central ⁴	465.403	6,4	389.362	6,8	437.919	8,4
Outros	12.912	0,2	4.579	0,1	4.421	0,1
Total	972.352	13,4	925.348	16,3	935.415	18,0

¹ % Calculado sobre receitas líquidas totais

² Os países mais relevantes são: Egito, Irã, Arábia Saudita e Líbano

³ Os países mais relevantes são: Reino Unido, Itália, França, Bélgica e Espanha

⁴ Os países mais relevantes são: Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia, Venezuela e Equador

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

c)	Receita total proveniente dos países estrangeiros e sua participação da receita líquida total do emissor
----	--

CELULOSE - EXTERIOR		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2014	3.241.907	44,6
31/12/2013	2.054.082	36,1
31/12/2012	1.731.098	33,3

PAPEL - EXTERIOR		
Exercício findo em:	Receita (R\$ mil)	% sobre receita líquida total
31/12/2014	972.352	13,4
31/12/2013	925.348	16,3
31/12/2012	935.415	18,0

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

A Controlada Suzano Papel e Celulose S.A. exporta seus produtos para cerca de 80 países e está sujeita, assim como suas subsidiárias, à regulação usual de mercado nessas localidades, em especial nos campos comercial e tributário. As exigências e normas regulatórias destes países podem ser alteradas sem prévio aviso, devendo a Controlada observá-las. A observância de tais exigências e normas pode eventualmente exigir da Controlada dispêndios financeiros adicionais.

Além disso, a competitividade das companhias exportadoras brasileiras no mercado estrangeiro já levou alguns países a estabelecerem barreiras comerciais para limitar o acesso de companhias brasileiras aos seus mercados ou mesmo subsidiar os produtores locais. Alguns países impõem quotas de importação de produtos vindos do Brasil. Caso essas restrições sejam adotadas para os produtos exportados pela Controlada, as exportações da Controlada poderão ser afetadas adversamente.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis, normas e regulamentos existentes, a Controlada monitora toda e qualquer alteração das demandas de seus principais mercados, utilizando os seus escritórios locais. Dessa forma, a Controlada cumpre com todas as exigências regulatórias relevantes aplicáveis aos mercados em que os seus produtos estão presentes.

Os principais países para os quais a Controlada exporta seus produtos estão mencionados no item 7.6 deste Formulário de Referência.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia:

Todas as relações de longo prazo relevantes da Companhia foram descritas ao longo desse formulário.

Em atendimento ao Comunicado Externo BM&FBovespa 017/2011-DP, a Companhia informa que não publica Relatório de Sustentabilidade, tendo em vista que se trata de uma “holding pura”, sem qualquer atividade operacional. Ressaltamos que a Suzano Papel e Celulose S.A., controlada pela Companhia, publica Relatório de Sustentabilidade que pode ser acessado no website <http://ri.suzano.com.br/ptb/s-4-ptb.html>

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia

a) Controladores diretos e indiretos do emissor

Nosso capital social é dividido em ações ordinárias, preferenciais classe "A" e preferenciais classe "B". A tabela abaixo indica nossos acionistas controladores.

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL	
	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)
David Feffer	12.833.469	18,125	12.249.431	17,863	5.312.663	18,119	30.395.563	18,018
Daniel Feffer	12.833.469	18,125	12.181.059	17,764	5.312.663	18,119	30.327.191	17,977
Jorge Feffer	12.833.469	18,125	12.087.374	17,627	5.312.663	18,119	30.233.506	17,922
Ruben Feffer	12.833.469	18,125	11.988.727	17,483	5.312.663	18,119	30.134.859	17,863
Fanny Feffer	9.775.358	13,806	3	0,000	3	0,000	9.775.364	5,795
Janet Guper	2.424.028	3,424	4.954.809	7,226	2.017.418	6,881	9.396.255	5,570
Lisabeth S. Sander	2.424.028	3,424	3.289.701	4,797	2.017.418	6,881	7.731.147	4,583
André Guper	2.424.028	3,424	4.835.528	7,052	2.017.418	6,881	9.276.974	5,499
Pedro Noah H. Guper	1.212.014	1,712	2.537.169	3,700	1.008.709	3,440	4.757.892	2,820
Ian Baruch H. Guper	1.212.014	1,712	2.537.169	3,700	1.008.709	3,440	4.757.892	2,820
Outros*	0	0,000	1.911.807	2,788	3	0,000	1.911.810	1,133
TOTAL	70.805.346	100	68.572.777	100	29.320.330	100	168.698.453	100

* Considera-se "Outros" os acionistas ligados aos acionistas controladores, titulares de ações preferenciais e, portanto, não integrantes do bloco de controle da Companhia.

b) e c) Controladas e coligadas e participações do emissor em sociedades do grupo

As tabelas abaixo indicam as nossas participações em sociedades pertencentes ao grupo:

(i) Suzano Papel e Celulose

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				TOTAL	
	ações	(%)	PNA		PNB		ações	(%)
			ações	(%)	ações	(%)		
Suzano Holding S.A.	354.349.459	95,474	3.245.077	0,442	17.698	0,912	357.612.234	32,283

(ii) Premesa S.A.

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	20.970	99,172

(iii) Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.

QUOTISTA	QUOTAS	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	136.911	83,335

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**(iv) Polpar S.A.**

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	Quantidade	(%)
Suzano Holding S.A.	102	0,138

d) Participações de sociedades do grupo no emissor

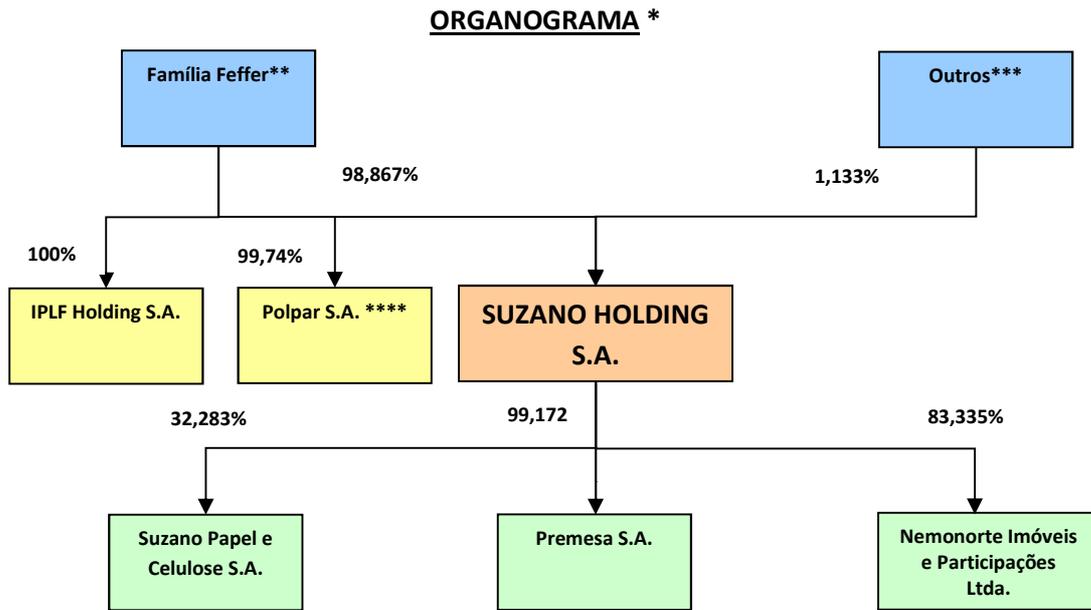
ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS CLASSE "A"		PREFERENCIAIS CLASSE "B"		TOTAL	
	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)	ações	(%)
Polpar S.A.	-	-	267.786	0,391	-	-	267.786	0,159
IPLF Holding S.A.	-	-	3.909	0,006	-	-	3.909	0,002
TOTAL	-	-	271.695	0,397	-	-	271.695	0,161

e) Sociedades sob controle comum

A IPLF Holding S.A. e a Polpar S.A. são sociedades controladas pelos acionistas controladores da Companhia. As sociedades indicadas nos itens "b" e "c" acima são controladas pela Companhia.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia:



* Participações no capital social total

** Considera-se "Família Feffer" todos os acionistas controladores indicados no item 8.1 (a) acima.

*** Considera-se "Outros" acionistas ligados aos acionistas controladores, titulares de ações preferenciais.

**** O organograma acima não contempla as participações da Companhia e da IPLF Holding S.A. na Polpar S.A., respectivamente de 0,138% e 0,118% do capital social total da Polpar S.A.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	30/09/2014
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação da Vale Florestar S.A. pela Companhia Suzano de Papel e Celulose, conforme descrito no item 6.5 deste Formulário.

Data da operação	30/09/2014
Evento societário	Incorporação
Descrição da operação	Incorporação da Suzano Energia Renovável Ltda. pela Suzano Papel e Celulose S.A., conforme descrito no item 6.5 deste Formulário.

Data da operação	28/05/2013
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Alienação de ativos importantes
Descrição da operação	A Suzano Papel e Celulose S.A. concluiu o processo de alienação da participação de que era titular, por intermédio de subsidiária, no Consórcio Capim Branco Energia, conforme descrito no item 6.5 deste Formulário.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens 8.1 a 8.3 acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia, referente às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social:

a) Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

b) Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Devido à natureza de suas operações (holding com participação em outras sociedades), a Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia relevantes para o desenvolvimento das suas atividades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Conservação e administração de imóveis, especialmente próprios e de seus sócios, excluídas as atividades reservadas pela lei nº 6.350 de 12/05/1978.	83,330000
				Valor mercado				
31/12/2014	4,140000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	2.415.000,00		
31/12/2013	5,070000	0,000000	0,00					
31/12/2012	54,080000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Nemopar S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai		Montevideo	Participação, constituição ou aquisição de empresas.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2014	13,390000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2014	424.992.000,00		
31/12/2013	14,640000	0,000000	0,00					
31/12/2012	8,940000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Locação, incorporação e compra e venda de imóveis, e participação em outras sociedades.	99,170000
				Valor mercado				
31/12/2014	7,210000	0,000000	148.000,00	Valor contábil	31/12/2014	9.268.000,00		
31/12/2013	15,330000	0,000000	971.000,00					
31/12/2012	-3,180000	0,000000	5.169.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atividade principal da Companhia								
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	1398-6	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fabricação e a comercialização, no País e no exterior, de celulose e fibra curta de eucalipto e papel, além da formação e exploração de florestas de eucalipto para uso próprio e venda a terceiros.	32,910000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado	31/12/2014	4.023.138.000,00		
31/12/2014	-2,450000	21,750000	37.746.000,00	Valor contábil	31/12/2014	3.394.833.000,00		
31/12/2013	-1,940000	31,620000	30.941.000,00					
31/12/2012	-1,110000	37,470000	28.050.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Atividade principal da Companhia.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes:

Todas as informações relevantes da Companhia foram descritas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1. OS COMENTÁRIOS A SEGUIR REFEREM-SE ÀS 3 ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2014, 2013 e 2012 a Companhia registrou, respectivamente, prejuízo de R\$ 56,2 milhões, prejuízo de R\$ 61,1 milhões e prejuízo de R\$ 43,1 milhões. A geração de caixa operacional consolidada, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 2.420,6 milhões, R\$ 1.834,1 milhões e R\$ 1.230,9 milhões, nos mesmos períodos, demonstrando a consistência dos resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentadas no item "10.1.b" abaixo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 3.616,5 milhões, representando um decréscimo de 2,57%, ou R\$ (95,4) milhões, em relação a 31 de dezembro de 2013, e acréscimo de 28,07%, ou R\$ 792,6 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2012. Os prejuízos apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 foram de R\$ (56,2) milhões, R\$ (61,1) milhões e R\$ (43,1) milhões, respectivamente, e foram distribuídos dividendos aos acionistas, debitados do saldo da reserva de lucros no montante de R\$ 33,9 milhões em 2014.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações e não existe, no curto prazo, previsão ou intenção da administração da Companhia de propor a realização de tal evento.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em suas receitas de dividendos, e de remuneração de avais e fianças concedidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas controladas, além de aportes de acionistas, aplicações financeiras e novos negócios.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma geração de caixa consistente pelo recebimento de dividendos, juros sobre capital próprio, receita pela concessão de avais e fianças, e eventuais aportes de capital, com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

As fontes de financiamento utilizadas em 31 de dezembro de 2014 pela Companhia para investimentos de curto e longo prazo estão indicadas nos itens "10.1.d." e "10.1. f."

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia possuía contrato de empréstimo junto ao BNDESPAR, no valor de R\$25,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$ 38,3 em 31 de dezembro de 2013, e R\$ 51,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, com taxa média de juros de TJLP + 4,5% ao ano e vencimento da última parcela em julho de 2018, além de um contrato de mútuo com sua controlada Nemopar S.A., sediada no Uruguai, com saldo no valor de US\$ 160 milhões em 31 de dezembro de 2014, 2013, e 2012, e vencimento em setembro de 2020.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

NÃO APLICÁVEL.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

No exercício de 2014 a Companhia distribuiu dividendos, debitados do saldo de reservas de lucros, no montante de R\$ 33,9 milhões.

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

Em abril de 2013, a Companhia realizou a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde foi aprovado o aumento do capital social, de R\$ 1.018,8 milhões para R\$ 1.953,4 milhões, no montante de R\$ 934,6 milhões, com adiantamento para futuro aumento de capital, mediante emissão de 17.605 mil ações ordinárias, 17.050 mil ações preferenciais Classe A e 7.290 mil ações preferenciais Classe B, todas nominativas, sem valor nominal, com os mesmos direitos e restrições das ações já existentes.

Em agosto de 2012, ocorreu a conversão de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R\$ 446.819 mil. Contabilmente o valor foi transferido de "Créditos a receber de partes relacionadas – Realizável a longo prazo" para "Investimentos – Permanente".

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando R\$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O prejuízo da Suzano Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 56,2 milhões, em comparação ao prejuízo de R\$ 61,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, e um prejuízo de R\$ 43,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. O principal fator que contribuiu para o prejuízo de 2014, 2013 e 2012 foi o resultado da equivalência patrimonial, apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano Papel e Celulose, decorrente do prejuízo dessa controlada. Também em 2013 houve redução do resultado financeiro líquido, influenciado pela conversão das debêntures em ações da controlada Suzano Papel e Celulose, que diminuiu o valor dos juros registrado no exercício.

(em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro		
	2014	2013	2012
Equivalência patrimonial	(34.443)	(20.661)	(24.297)
Despesas operacionais, líquidas	(28.274)	(36.065)	(44.973)
Resultado financeiro líquido (1)	(9.961)	(15.108)	20.944
Imposto de renda e contribuição social	16.443	10.757	5.242
Prejuízo do exercício	<u>(56.235)</u>	<u>(61.077)</u>	<u>(43.084)</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	(85.337)	(69.797)	(55.999)
Premesa S.A. e Nemonorte Imóveis e Part. Ltda.	718	1.280	4.870
	<u>(84.619)</u>	<u>(68.517)</u>	<u>(51.129)</u>
Nemopar S.A. (1)	50.176	47.856	26.832
	<u>(34.443)</u>	<u>(20.661)</u>	<u>(24.297)</u>

(1) Ganho sobre o investimento em moeda estrangeira, compensado com a perda financeira sobre o empréstimo externo com a controlada Nemopar S.A., influenciados pela variação cambial, e registrado no resultado financeiro líquido.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, bem como seus impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em outubro de 2013, a Companhia recebeu da sua controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 15,0 milhões, referente à redução capital social, com resgate de ações preferenciais.

Em agosto de 2012, a Companhia converteu de 405.569 debêntures em ações na controlada Suzano Papel e Celulose, no montante de 110.591.272 ações ordinárias nominativas e 1.113.606 ações preferenciais classe "A", pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação convertida, totalizando R\$ 446,8 milhões.

Em junho de 2012, a Companhia subscreveu na controlada Suzano Papel e Celulose 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando R\$ 484,2 milhões. Os recursos para esta aquisição foram provenientes de créditos de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, efetuados pelos sócios.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais no período em questão.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo CPC, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas no parecer dos auditores independentes para os períodos apresentados.

No parecer dos auditores de 2013 e 2012 foi incluído um parágrafo de ênfase relacionado às demonstrações contábeis da Controladora, ressaltando que aqueles números não estavam em conformidade com as normas do IFRS, exclusivamente pela aplicação do método de equivalência patrimonial sobre os investimentos, visto que de acordo com as regras do IFRS, estes investimentos seriam avaliados pelo seu valor de custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Comentários dos Diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

Políticas contábeis críticas

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Comentários dos Diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Para auditar os resultados e a eficácia dos controles internos e práticas contábeis, a Companhia recorre a auditorias internas e externas. Desde 1º de janeiro de 2012 os serviços de auditoria independente são prestados pela KPMG Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados com aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

A área de auditoria interna, por sua vez, contribui significativamente para o aprimoramento dos processos e direcionamento das oportunidades de melhoria identificadas por meio de planos de ação tratados com prioridade pelas áreas. Além disto, tanto o plano de auditoria, como o resultado das respectivas auditorias, são apresentados para a Administração da Companhia.

Dessa forma, os Diretores acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis é satisfatório e está atenta às novas tecnologias e investimentos em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, identificaram necessidade de aprimoramento em determinados controles internos e fizeram recomendações à Administração, sendo que tais recomendações não representam deficiências que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. Comentários dos Diretores acerca dos aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.8. Descrição dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social da Companhia:**

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial, tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas Demonstrações Financeiras. Todas as suas participações em subsidiárias ou relacionamentos com as mesmas encontram-se registrados nas Demonstrações Financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável.

b) Natureza e propósito da operação

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Comentários dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Não dispomos de comitês.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo a nossa estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de nossos diretores.

Nosso Estatuto Social estabeleceu um número mínimo de 5 (cinco) e máximo de 9 (nove) membros, dos quais um será o Presidente e outro o Vice-Presidente, residentes ou não no país. Os conselheiros são eleitos em assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores.

A Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, conforme alterada, permitem a adoção do processo de voto múltiplo, que significa dar a cada ação o número de votos igual ao número de membros do Conselho de Administração, mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, os seguintes percentuais de nosso capital social votante, de acordo com o valor do nosso capital social vigente no último dia do mês anterior à data de convocação para a nossa assembleia geral que tiver por ordem do dia a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia:

Intervalo do Capital Social (R\$)	Percentual Mínimo do Capital Votante para Solicitação de Voto Múltiplo (%)
0 a 10.000.000	10
10.000.001 a 25.000.000	9
25.000.001 a 50.000.000	8
50.000.001 a 75.000.000	7
75.000.001 a 100.000.000	6
Acima de 100.000.001	5

A Lei das Sociedades por Ações permite que (i) a maioria dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 15% (quinze por cento) do capital social votante, e (ii) maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais que, individualmente ou em grupo, detenham pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total, indiquem, cada um, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração em nossa assembleia geral. Caso os detentores de ações preferenciais e acionistas minoritários com direito a voto não detenham um número mínimo de ações para eleger um membro do Conselho de Administração, a maioria desses acionistas poderá eleger um membro do nosso Conselho de Administração, caso eles detenham, juntos, pelo menos 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Nosso Conselho de Administração reúne-se sempre que necessário, mediante a convocação do seu Presidente, do seu Vice-Presidente ou do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros, sendo que qualquer deliberação deverá ser tomada mediante voto favorável da maioria dos membros presentes à reunião, entre os quais necessariamente o Presidente ou o Vice-Presidente, cabendo ao Presidente o voto de qualidade. Será dispensada esta formalidade quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos.

O nosso Estatuto Social permite a participação em reuniões do Conselho de Administração por telefone, videoconferência ou outro meio de comunicação, hipótese em que o conselheiro deverá entregar na sede social ou enviar por fax no prazo de até 3 (três) dias seguintes à reunião, documentos por ele subscritos confirmando a sua

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

participação e o teor de seus votos, dispensando-se tal providência quando da assinatura por ele da ata da respectiva reunião (da qual deverá constar a sua forma de participação). Igualmente, nos termos de nosso Estatuto Social, são admitidos os votos proferidos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, quando recebidos, pelo Presidente do Conselho de Administração ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião, com a faculdade de indicar ou não o teor de seu voto.

O nosso Conselho de Administração é formado por 5 (cinco) membros, eleitos na assembleia geral ordinária realizada em 28 de abril de 2016, com mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação dos negócios sociais, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe especialmente: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (b) eleger e destituir os Diretores; (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (e) escolher e destituir os auditores independentes, ressalvado o direito de veto previsto em lei; (f) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação; (g) deliberar sobre a emissão de valores mobiliários, inclusive notas promissórias, para distribuição pública ou privada, no país e/ ou no exterior, de acordo com a respectiva legislação; (h) deliberar sobre a concessão, ou não, do direito de preferência aos antigos acionistas, ou mesmo reduzir o prazo desse direito, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das modalidades previstas no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações; (i) deliberar sobre os recursos que, eventualmente, sejam interpostos na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 24 do Estatuto Social; e (j) designar o Diretor de Relações com Investidores.

Diretoria

Além dos poderes necessários à realização dos fins sociais e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria está investida de poderes para (a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; (b) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista; (c) prestar fianças e/ ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos dos quais a Companhia seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; (d) transigir, renunciar, desistir e firmar compromissos; e (e) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, em atos e operações que constituam obrigações para ela ou exonerem terceiros de obrigações para com ela, respeitadas as condições estabelecidas no artigo 26 do Estatuto Social.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é órgão não permanente e, quando instalado, será constituído por 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número. O prazo de mandato do Conselho Fiscal será aquele determinado pela Assembleia Geral de Acionistas que o eleger.

Nos termos da Lei 6.404 de 15.12.1976, compete ao Conselho Fiscal da Companhia:

- (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;
- (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> (v) convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; e (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. |
|---|

b) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2016, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2017.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não realiza avaliação de desempenho dos seus órgãos de administração e não dispõe de comitês.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A nossa Diretoria é composta por 1 (um) diretor presidente (“Diretor Presidente”) e até 5 (cinco) diretores vice-presidentes, executivos (“Diretores Vice-Presidentes Executivos”) ou Corporativos (“Diretores Vice-Presidentes Corporativos”), acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo permitida a cumulação de cargos, notadamente a função de Diretor de Relações com Investidores (“Diretores”). O mandato dos Diretores é de 1 (um) ano, admitida a reeleição. Os Diretores deverão permanecer em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Todos os membros de nossa Diretoria possuem endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 9º e 10º andares, Pinheiros, CEP 01452-919. O nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Orlando de Souza Dias, sendo seu telefone (11) 3503-9320 e fax (11) 3503-9076, e seu e-mail odias@suzano.com.br.

Nossa Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela prática de todos os atos necessários ou convenientes para tanto, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo nosso Estatuto Social atribuída competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

A Diretoria reúne-se sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, ou por dois Diretores Vice-Presidentes, com antecedência mínima de 2 (dois) dias. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da Diretoria que tratem de matéria urgente e que contarem com a presença da maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente.

As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença da maioria dos seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. Se o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente que o estiver substituindo for vencido em qualquer deliberação, a Diretoria terá a faculdade de recorrer ao Conselho de Administração, hipótese em que ficará sustada a deliberação recorrida até o pronunciamento do Conselho de Administração. O nosso Estatuto Social autoriza sejam proferidos os votos por carta, fax, telegrama ou correio eletrônico, desde que recebidos pelo Diretor Presidente ou seu substituto, até o momento da reunião e a designação, por qualquer dos conselheiros, de qualquer de seus pares para representá-lo na reunião.

As responsabilidades e atribuições individuais de nossos Diretores são definidas pelo nosso Conselho de Administração e Estatuto Social, conforme segue:

Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (a) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, podendo neste caso constituir procurador especial ou preposto; (b) presidir as reuniões da Diretoria; e (c) dirigir todas as atividades sociais com o apoio dos Diretores Vice-Presidentes.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Executivos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) sem prejuízo do disposto no artigo 26 do Estatuto Social, representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (c) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (d) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete aos Diretores Vice-Presidentes Corporativos, dentre outras atribuições que lhes sejam estabelecidas: (a) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; (b) identificar, planejar e estabelecer novas áreas para o desenvolvimento dos negócios da Companhia; e (c) definir as estratégias relacionadas aos negócios da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras atribuições que lhe sejam estabelecidas: (a) representar a Companhia perante a CVM, acionistas, investidores, bolsas de valores, Banco Central e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais; (b) planejar, coordenar e orientar a comunicação e o relacionamento entre a Companhia e seus investidores, a CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; (c) propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia; (d) observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios, na forma requerida em lei; (e) guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos assentamentos neles feitos; (f) supervisionar os serviços realizados pela instituição financeira depositária das ações relativas ao quadro acionário, tais como, sem se limitar, o pagamento de dividendos e bonificações, compra, venda e transferência de ações; e (g) zelar pelo cumprimento das regras de governança corporativa e das disposições estatutárias e legais relacionadas ao mercado de valores mobiliários.

A tabela a seguir apresenta os nomes, cargos e mandatos dos atuais membros da Diretoria:

Diretores	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
David Feffer	Diretor Presidente	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Diretor Vice-Presidente Executivo	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
Orlando de Souza Dias	Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
Gustavo Kehl Jobim	Diretor Vice-Presidente Executivo	12.05.2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017

e) Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia realiza avaliação de desempenho dos membros da Diretoria que têm dedicação permanente por meio de indicadores de desempenho que são comparados com metas previamente estabelecidas. A Companhia não pratica avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração e não dispõe de comitês.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

<p>a) Prazos de convocação</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência. Todavia, a CVM poderá requerer, em determinados casos, mediante pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, que a primeira convocação para nossa assembleia geral seja feita em até 30 (trinta) dias antes de sua realização. Será dispensada esta formalidade quando da assembleia participarem a totalidade dos acionistas da Companhia.</p>
<p>b) Competências</p> <p>Além das matérias previstas em lei e no Estatuto Social, compete, exclusivamente, à assembleia geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • reformar o Estatuto Social; • eleger ou destituir a qualquer tempo membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; • tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; • suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir as obrigações impostas por lei ou pelo Estatuto Social; • deliberar sobre a avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; • deliberar sobre a emissão de ações e bônus de subscrição; • fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; • deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; • autorizar a emissão de debêntures; e • aprovar previamente planos de outorga de opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Companhia, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedades sob seu controle.
<p>c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise</p> <p>Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar, Pinheiros, São Paulo/ SP, CEP 01452-919 e na página da CVM na rede mundial de computadores, a saber: www.cvm.gov.br.</p>
<p>d) Identificação e administração de conflitos de interesses</p> <p>A Companhia não possui um procedimento específico para identificar conflitos de interesses. A Lei nº 6.404 de 15.12.1976 dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral que puder beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.</p>
<p>e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto</p> <p>A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais.</p>
<p>f) Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico</p> <p>A Companhia admite que, desde que o representante esteja validamente constituído, este representante poderá votar em nome do acionista. A Companhia não admite a outorga de procurações por meio eletrônico.</p>

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

g) Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na Internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das assembleias gerais.

h) Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ ou áudio das assembleias gerais.

i) Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia não adotou política ou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia de suas assembleias gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2014	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	16/04/2015
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	31/03/2015
			01/04/2015
			02/04/2015
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	15/04/2015
			16/04/2015
17/04/2015			
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	11/04/2014
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	28/03/2014
			29/03/2014
			01/04/2014
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP - SP	12/04/2014
			15/04/2014
			16/04/2014
		Valor Econômico - SP	14/04/2014
			15/04/2014
			16/04/2014
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP - SP	28/05/2014
Valor Econômico - SP		28/05/2014	
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	11/04/2013
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	28/03/2013
			29/03/2013
			02/04/2013
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP - SP	13/04/2013
		DOESP e Valor Econômico - SP	16/04/2013
			17/04/2013
		Valor Econômico - SP	15/04/2013
Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	DOESP e Valor Econômico - SP	08/08/2013	

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes ou não no país, eleitos pela assembleia geral para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembleia geral indicará, entre os eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia são os seguintes:

Conselheiros	Cargo	Data de eleição	Término do mandato
Boris Tabacof	Presidente	28.04.2016	Até a AGO de 2017
Claudio Thomaz Lobo Sonder	Vice-Presidente	28.04.2016	Até a AGO de 2017
Edgar Gleich	Membro	28.04.2016	Até a AGO de 2017
Marcos Sampaio de Almeida Prado	Membro	28.04.2016	Até a AGO de 2017
Antonio de Souza Corrêa Meyer	Membro	28.04.2016	Até a AGO de 2017

a) Frequência das reuniões

O Estatuto Social da Companhia prevê, em seu artigo 19, que o Conselho de Administração da Companhia reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente, Vice-Presidente ou Diretor Presidente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias e a indicação da ordem do dia, admitida a convocação por correio eletrônico. Será dispensada esta formalidade, quando da reunião participarem 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho de Administração, entre os quais o seu Presidente ou o seu Vice-Presidente, e as deliberações, neste caso, forem tomadas por unanimidade de votos. Nos últimos três exercícios sociais, as reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram realizadas nas datas abaixo indicadas:

2012	2013	2014
27/03/2012	27/03/2013	27/03/2014
27/04/2012	30/04/2013	14/04/2014
		13/05/2014

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

NÃO APLICÁVEL. Não há acordo de acionistas.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Lei das Sociedades por Ações não permite que seja eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que: (i) ocupar cargo em sociedades consideradas nossas concorrentes; ou (ii) tiver interesse conflitante com a nossa Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configure, posteriormente, qualquer dos fatores de impedimento indicados neste parágrafo.

A Companhia não possui qualquer regra de identificação e administração de conflitos de interesse.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem, se aplicável:

NÃO APLICÁVEL.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Gustavo Kehl Jobim	50	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
075.913.208-90	Administrador de Empresas	Diretor Vice-Presidente Executivo	12/05/2016	Sim
David Feffer	59	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	Até a RCA subsequente a AGO de 2017
882.739.628-49	Empresário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	19/05/2016	Sim
ORLANDO DE SOUZA DIAS	70	Pertence apenas à Diretoria	12/05/2016	Até a RCA subsequente à AGO de 2017
046.293.378-49	Contador	Diretor Vice-Presidente Executivo	12/05/2016	Sim
Diretor de Relações com Investidores				
Edgar Gleich	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017
184.011.558-00	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	12/05/2016	Sim
Marcos Sampaio de Almeida Prado	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017
095.833.608-30	Administrador de Empresas	Membro do Conselho de Administração	12/05/2016	Sim
Antonio de Souza Corrêa Meyer	69	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017
215.425.978-20	Advogado	Membro do Conselho de Administração	12/05/2016	Sim
Boris Tabacof	87	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/04/2016	Até a AGO de 2017
000.616.035-20	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	12/05/2016	Sim
Claudio Thomaz Lobo Sonder	74	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/04/2016	CA: Até a AGO de 2017; Diretoria: Até a RCA subsequente à AGO de 2017
066.934.078-20	Engenheiro	32 - Vice Pres. C.A. e Vice Dir. Presidente	12/05/2016	Sim
Diretor Vice-Presidente Executivo - Data de eleição: 12.05.2016 Termo de Posse: 12.05.2016				
Ricardo Scalzo	64	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a AGO de 2017

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
370.933.557-49	Físico	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	12/05/2016	Sim
Eleito Presidente do Conselho Fiscal em 12.05.2016				
Marcelo Curti	54	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a AGO de 2017
036.305.588-60	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	12/05/2016	Sim
Heraldo Gilberto de Oliveira	52	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a AGO de 2017
454.094.479-72	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	12/05/2016	Sim
Guillermo Oscar Braunbeck	43	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a AGO de 2017
106.627.498-39	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	12/05/2016	Sim
Marcelo Meth	58	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a AGO de 2017
596.424.677-04	Economista	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	12/05/2016	Sim
José Carlos Garbes	57	Conselho Fiscal	28/04/2016	Até a AGO de 2017
005.994.128-60	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	12/05/2016	Sim
Eleito Vice-Presidente do Conselho Fiscal em 12.05.2016				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Gustavo Kehl Jobim - 075.913.208-90

Graduado em administração pela Universidade de São Paulo (USP) e com MBA pela The Wharton School, University of Pennsylvania, nos Estados Unidos. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde abril de 2014, é Diretor Vice-Presidente Executivo da Companhia e Diretor Vice-Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (b) desde maio de 2014, é Diretor da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (c) desde 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários; (d) desde 2015, é membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (e) desde 2014, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, e (f) desde 2014, é membro do Conselho de Administração da Brasil Supply S.A., companhia fechada cuja principal atividade é o apoio marítimo à prospecção e produção de petróleo e gás. Desde 2011, é sócio e membro do Conselho de Administração da Mais Próxima Comercial e Distribuidora S.A. De 2003 a 2011, foi sócio e Diretor de Investimentos da GPS Administradora de Recursos S.A. Antes de 2003, atuou nos escritórios da Goldman Sachs & Co. em Nova Iorque, Londres e Miami; no Banco Sul América; na Brasilpar Serviços Financeiros e na Microcomp Computadores e Sistemas. Gustavo Jobim declarou que não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

David Feffer - 882.739.628-49

Cursou Administração de Empresas e possui especialização na Columbia University (EUA), na escola de administração suíça IMD e no The Aspen Institute (USA). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2003, é Diretor Presidente da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos Diretores e planejamento estratégico geral da Companhia; (b) desde 2003, é Presidente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Gestão; e desde 2006, é membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia da Suzano Papel e Celulose, companhia aberta controlada da Companhia cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais, sendo responsável pela (i) orientação geral dos negócios sociais, (ii) coordenação das atividades de assessoria relacionadas às áreas de finanças, orçamento, controle e de novos negócios, e (iii) assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (c) de 2001 a 2014, foi Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A.; e desde 2001, é Diretor Presidente da Polpar S.A., companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela orientação geral dos negócios sociais, coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico da companhia; (d) desde 2004, é Diretor Presidente da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela coordenação dos demais Diretores e planejamento estratégico geral da companhia; (e) de 2001 a 2014, foi Diretor Vice-Presidente e desde abril de 2015, é Diretor Presidente da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia. Também é membro do Conselho Consultivo Internacional da Lafarge e membro de várias instituições sociais e culturais, dentre as quais se destacam as seguintes atuações: Presidente do Conselho Deliberativo da Escola Antonietta e Leon Feffer; Membro do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein; Membro do Conselho da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; Vice-Presidente do Conselho Diretor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro Para o Desenvolvimento Sustentável; e Presidente do Conselho Curador e Diretor Vice-Presidente da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax. David Feffer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

ORLANDO DE SOUZA DIAS - 046.293.378-49

Cursou economia na Universidade de São Paulo e graduou-se contador pela Universidade São Judas Tadeu. Iniciou suas atividades nas sociedades do grupo Suzano em 1972, tendo exercido os cargos de Chefe de Controladoria, Gerente de Controladoria Geral, Diretor Adjunto e Diretor de Planejamento Tributário, Auditoria e Controladoria. Atualmente ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2008, é Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores da Companhia, companhia aberta cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável (i) pela gestão e avaliação das áreas de auditoria e controladoria da Companhia e de suas controladas; e (ii) pela representação da Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais, (b) desde 2008, é Diretor e Diretor de Relações com Investidores da Polpar S.A., companhia aberta cuja atividade principal é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela representação da companhia perante os órgãos de controle e demais instituições do mercado de capitais; (c) desde abril de 2013, é Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia fechada cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde abril de 2015, é Diretor Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários. Orlando Dias atualmente também é (i) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF (Rio de Janeiro) e (ii) Diretor Secretário da Diretoria Executiva da Fundação Filantrópica Arymax, associação cuja atividade principal é a defesa de direitos sociais. Orlando Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Edgar Gleich - 184.011.558-00

Foi membro Suplente do Conselho de Administração de empresas do Grupo Klabin S.A., Gerente de Controladoria da Metal Leve S.A., Diretor da Falkenburg Indústria de Produtos Alimentícios Ltda., Vice-Presidente do Conselho de Administração de Dixie-Toga S.A., Membro do Conselho Deliberativo do FUNBIO, Membro do Conselho Deliberativo do Hospital Albert Einstein e membro do Conselho de Administração da Cinemark S.A. Desde abril de 2013, é (i) membro do Conselho de Administração da Companhia, e (ii) membro do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é Co-Fundador e atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto George Mark Klabin.

Edgar Gleich declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcos Sampaio de Almeida Prado - 095.833.608-30

Graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Atua há 40 anos na prestação de consultoria societária, fiscal e financeira de empresas de médio e grande porte, notadamente em companhias abertas. Nos primeiros vinte anos, atuou pela Arthur Andersen, sendo dez anos como sócio-diretor e os últimos vinte anos pela Almeida Prado, Paes, Caruso e Colauto Consultoria Empresarial. Desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades. Também é membro do Conselho Fiscal da JSL S.A.

Marcos Prado declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio de Souza Corrêa Meyer - 215.425.978-20

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo. É membro do Conselho de Administração da Companhia. É sócio fundador do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, onde trabalha até hoje. Nos últimos 5 anos, atuou como: (i) membro do Conselho de Administração da Companhia e da IPLF Holding S.A. desde 2013; (ii) membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose desde 2004; (iii) Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP; (iv) membro da Diretoria Executiva do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; e (v) membro do Conselho de Administração da ICC Brasil International Chamber of Commerce e do respectivo comitê de Arbitragem. Faz, também, parte dos Conselhos Consultivo e Curador da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (CONJUR) da FIESP e da Câmara de Mediação e Arbitragem da CIESP - FIESP e Conselheiro do Instituto de Oncologia de São Paulo, Hospital Otavio Frias de Oliveira. Foi Diretor e Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP); Conselheiro Legal e Presidente do Comitê Legislativo da American Chamber of Commerce for Brazil (entre 1987 e 1989); Diretor da Câmara Americana do Brasil e membro do Comitê Legislativo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Presidente do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (2006/2008). Exerceu as funções públicas de Secretário da Justiça e de Secretário da Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo. Condecorado com o Colar do Mérito Judiciário, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. É membro da International Bar Association; da Ordem dos Advogados do Brasil e Instituto dos Advogados de São Paulo. Não ocupou outros cargos de administração em companhias abertas.

Antonio Meyer declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Boris Tabacof - 000.616.035-20

Graduou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia. Boris Tabacof foi Secretário da Fazenda do Estado da Bahia de 1965 a 1970 (administrações de Lomanto Jr. e Luiz Vianna Filho) e professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Salvador até 1970. De 1970 a 1975, foi Diretor Superintendente do Grupo Financeiro Safra e em 1989, foi eleito Presidente do Banco do Estado de São Paulo - BANESPA. Entre 2006 e 2009, foi membro do Conselho de Administração da EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. Foi, também, chairperson do Advisory Committee on Paper and Wood Products da Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas em Roma, membro do Comitê Empresarial Permanente do Ministério de Relações Exteriores e Presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - "FIESP". Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, Boris Tabacof ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) em 1975 foi eleito pela primeira vez diretor de sociedade integrante do grupo econômico da Companhia, tendo atuado como diretor de 1975 a 1988, (b) de 1988 a 1993, exerceu o cargo de Diretor Superintendente da Companhia, na época denominada Nemofeffer S.A., (c) de 2001 a abril de 2013, atuou como Vice-Presidente do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose S.A., nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (d) de 2001 a abril 2013, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração; (e) de 2004 a abril de 2013 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A. e desde abril de 2013, é Presidente do Conselho de Administração da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (f) desde 1991, é membro do Conselho Curador da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais; (g) desde 2002, é membro do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; e (h) desde abril de 2013, é membro do Conselho de Administração da Polpar S.A. Boris Tabacof atualmente também é: (i) membro do Conselho Consultivo da IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores; (ii) membro do Conselho de Administração do SEPACO - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo; (iii) membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja atividade principal é o atendimento hospitalar; (iv) membro do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF (Rio de Janeiro); e (v) Vice-Presidente do Conselho Superior de Economia da FIESP.

Boris Tabacof declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Claudio Thomaz Lobo Sonder - 066.934.078-20

Graduou-se em Engenharia Química e em Ciências Econômicas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e cursou extensão universitária em Munique, na Alemanha, e em Boston, nos Estados Unidos. Claudio Sonder tem 40 anos de experiência profissional em empresas dos setores químico e farmacêutico. Entre 1983 e 1993, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Hoechst do Brasil Química e Farmacêutica S.A. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, ocupou e/ou ocupa os seguintes cargos: (a) desde 2010, é Diretor Vice-Presidente Executivo e, desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; (b) desde 2002 é membro do Conselho de Administração da Suzano Papel e Celulose (sendo Vice-Presidente desde 2013), nossa controlada e companhia aberta cuja principal atividade é a fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e de outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; desde 2006, é coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria da Suzano Papel e Celulose; e desde 2012, é membro do Comitê de Gestão da Suzano Papel e Celulose, sendo responsável, respectivamente, pela (i) orientação geral dos negócios sociais; (ii) coordenação da assessoria relacionada ao planejamento estratégico e de sustentabilidade da companhia; (iii) assessoria relacionada à análise das demonstrações financeiras, desenvolvimento dos controles internos e fiscalização das auditorias interna e externa da companhia; e (iv) análise referente à distribuição da remuneração anual dos administradores; (c) desde abril de 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice Presidente Executivo da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (d) desde 2010 2016 é Diretor e desde abril de 2015, é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Polpar S.A., companhia aberta controlada pelos acionistas controladores da Companhia, cuja principal atividade é a participação em outras sociedades, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (e) desde 2011, é Diretor da Alden Desenvolvimento Imobiliário Ltda.; (f) desde 2010, é membro do Conselho Diretor e do Conselho Superior do Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável; (g) desde 2010, é membro do Conselho de Administração da MDS, SGPS, S.A., companhia constituída de acordo com as leis da Portugal cuja principal atividade é a participação em outras sociedades; (h) desde abril de 2015, é Diretor da Premesa S.A., controlada da Companhia cuja principal atividade é a incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo responsável pela gestão e planejamento estratégico da companhia; (i) desde 2011, é membro do Conselho Curador e desde 2013, é membro da diretoria executiva da Fundação Arymax, associação cuja atividade principal é a promoção, apoio e desenvolvimento de atividades ligadas a interesses sociais. Claudio Sonder atualmente também é (i) desde 2013, é Vice-Presidente do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A., companhia aberta cuja principal atividade é o comércio através de lojas de departamentos e magazines; (ii) membro do Conselho de Administração do Grupo RBS S.A., companhia cuja atividade principal é a comunicação multimídia através de emissoras de televisão, rádio, jornais e portal na internet; e (iii) Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Israelita Hospital Albert Einstein, sociedade cuja principal atividade é o atendimento hospitalar. Claudio Sonder declarou que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito (a) condenação criminal, (b) condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial.

Ricardo Scalzo - 370.933.557-49

Licenciado em Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1974. Ingressou nesse mesmo ano na Arthur Andersen S&C como assistente de auditoria. Ao longo de sua carreira de cerca de 8 anos, realizou trabalhos de auditoria e prestou consultoria em empresas de ramos de atividade e portes diversificados. Em 1982, já na função de gerente de auditoria e consultoria financeira da Arthur Andersen, foi convidado a trabalhar no Banco de Investimentos Garantia S.A. com a missão de implantar e gerenciar a área de auditoria e controle corporativo. Durante todo o período em que permaneceu no Banco de Investimentos Garantia S.A esteve subordinado diretamente à presidência. Participou ativamente na consecução de diversas transações de natureza corporativa e societária, destacando-se as aquisições das Lojas Americanas S.A. e da Companhia e Cervejaria Brahma, constituição da AmBev e alienação do Banco para terceiros em 1998. Imediatamente após à alienação do Banco, foi atuar com os seus ex-sócios majoritários, na qualidade de consultor em tempo integral, trabalhando, especialmente, no gerenciamento e na administração das diversas empresas holding pertencentes aos mesmos. Permaneceu com tais atribuições até 2005. Atualmente, é consultor independente e conselheiro fiscal certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC em 2009. Atua como membro titular do conselho fiscal das seguintes empresas: Lojas Americanas S.A (desde a implantação do conselho fiscal em 1999), ALL-América Latina Logística S.A. (desde 2004); Magnesita Refratários S.A (desde 2008); Tecnisa S.A. (desde 2007); Kroton Educacional S.A (desde 2011); BHG Hóteis S.A (desde 2011); Maringá S.A. Cimento Ferro e Liga (desde 2013); e Aliance Shopping Center S/A (desde 2014). Foi, ainda, conselheiro fiscal das seguintes empresas: Companhia e Cervejaria Brahma AmBev (1992 a 2003); Contax S.A. (2005 a 2007); Hopi Hari (2000 a 2008); Companhia Energética do Maranhão – CEMAR (2007); Equatorial Energia S.A. (2007); Beneficência Médica Brasileira S.A. - Hospital São Luiz (2008 a 2012); e São Carlos Participações S.A. (2013). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015 é Presidente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades.

Ricardo Scalzo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Curti - 036.305.588-60

Economista formado pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com pós-graduação em administração de empresas também pela FAAP. É sócio-diretor da Rio Branco Consultores Associados desde julho de 2009 e da Maior Assessoria em Gestão Empresarial desde 2003. É membro do Conselho Fiscal da Duke Energy International e da Geração Parapanema S.A. desde 2009; da Hypermarcas S.A. e da Cosan S.A. – Indústria e Comércio desde 2013. Entre 1981 e 2008, foi diretor estatutário e membro dos Comitês Executivos e de Auditoria dos Bancos Safra e Banco J. Safra. Foi diretor no Shopping Vila Olímpia como representante da Brookfield Shopping Center. É diretor da empresa Taubaté Nova Fronteira Ltda. Foi membro e presidente dos conselhos de administração da BCP SP S.A. - Telecomunicações e da BSE NE S.A. – Telecomunicações entre 1998 e 2003 (Atual Claro). Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015 é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades

Marcelo Curti declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Heraldo Gilberto de Oliveira - 454.094.479-72

Formado em Administração e Ciências Contábeis e é mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA – USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade). Atualmente é (i) coordenador da área de projetos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FINECIFI desde 1997; e (ii) membro independente do Conselho de Administração e Presidente do Comitê de Auditoria do Banco Industrial e Comercial S.A. – BICBANCO desde 2009, sendo seu membro qualificado perante o Banco Central. Atua como assistente técnico pericial em questões envolvendo matérias contábil, societária e tributária, em processos administrativos, judiciais e arbitragens. Foi auditor independente entre 1984 e 1995 (Directa BDO), bem como professor da FEA – USP no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino e de cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de contabilidade, auditoria e mercado de capitais. Atuou como membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria (membro especialista em Contabilidade e Finanças) do Banco Nossa Caixa S/A entre 2007 e até a realização da operação da Nossa Caixa com o Banco do Brasil. Foi membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP entre 2009 e 2013. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde fevereiro de 2015, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; de fevereiro a abril de 2005, foi membro efetivo e desde maio de 2015, é membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades

Heraldo Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Guillermo Oscar Braunbeck - 106.627.498-39

Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e é doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA – USP. Atualmente é (i) conselheiro fiscal suplente da Via Varejo S.A. (entidade administradora de duas importantes varejistas brasileiras, Casas Bahia e Ponto Frio) desde 2014; e (ii) sócio-administrador da Laplane – Consultoria Econômica Ltda. (pessoa jurídica através da qual são desenvolvidos projetos de consultoria empresarial, fundamentalmente de emissão de notas técnicas, estudos e pareceres em temas de contabilidade e finanças) desde 2009. Foi aprovado em concurso público em 2014 para exercer o cargo de Professor Doutor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA/USP) no Departamento de Contabilidade e Atuária. É também professor e pesquisador atuante nas disciplinas de Contabilidade Empresarial, Relatórios Financeiros, Contabilidade Internacional e Governança Corporativa em curso de especialização e MBA da Fipecafi, bem como consultor em projetos de gestão, finanças e contabilidade desde 2008. Foi assistente, supervisor e gerente de auditoria da Arthur Andersen S/C entre 1994 e 2001. Atuou como Gerente de Riscos e Auditoria Interna Ombudsman (ouvidor-geral) da Votorantim Celulose e Papel S.A. (atual Fibria) de 2002 até 2005. Foi sócio-diretor atuante nas áreas de Assurance, Consultoria Contábil e Governança Corporativa do Hirashima & Associados entre 02/2005 e 01/2009. Atuou como conselheiro fiscal suplente e conselheiro especialista em finanças suplente do conselho fiscal nas funções de Audit Committee nos termos da Sarbanes-Oxley Act da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) de 2005 até 2010. Foi gerente de projetos responsável por projetos educacionais de disseminação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) no International Accounting Standards Board (IASB) entre 09/2011 e 08/2014. Com relação às sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia, desde março de 2015, é membro sup do Conselho Fiscal da Companhia; de março a abril de 2015, foi membro suplente do Conselho Fiscal da IPLF Holding S.A., e em maio de 2015, passou a ser membro efetivo do Conselho Fiscal.

Guillermo Braunbeck declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcelo Meth - 596.424.677-04

Formou-se em Economia pela Universidade Cândido Mendes em 1983, em Contabilidade pela Universidade Santa Úrsula em 1991 e em Direito pela Universidade Paulista em 2004. Fez especialização em Administração com Ênfase em Controladoria - Faculdade de Economia São Luis (SP) e atualmente faz MBA na USP, especialização em IFRS. Iniciou a carreira como trainee na Auditoria Interna da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, alcançando o cargo de controller nas holdings de algumas empresas, dentre as quais: Grupo Garantia, GP Investimentos, Ambev, Lojas Americanas, e São Carlos Empreendimentos Imobiliários, entre outros, e também foi sócio diretor da RB Capital. Atuou como sócio gerente da empresa Soldo Serviços de Contabilidade Ltda. entre 2001 e 2009, prestando consultoria nas áreas contábil, fiscal, financeira e administrativa para diversas empresas e tendo como principais clientes: São Carlos Empreendimentos Imobiliários, GP Investimentos e Holdings de investimentos nas Lojas Americanas e AmBev entre outras. Atuou como membro efetivo do Conselho Fiscal do Hopi Hari, Membro Titular do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Maranhão - Cemar S.A. (empresa do ramo de geração e distribuição de energia) e Membro Suplente do Conselho Fiscal das Lojas Americanas S.A. (empresa do ramo de varejo). Atualmente é (i) sócio diretor de empresas do Grupo RB Capital (empresa independente que desenvolve soluções inovadoras no mercado de capitais); membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia e da IPLF Holding S.A, companhia controlada pelos acionistas controladores da Companhia e cuja principal atividade é a participação em outras sociedades.

Marcelo Meth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

José Carlos Garbes - 005.994.128-60

Graduou-se em Economia pela Faculdade de Economia São Luís e ocupou diversos cargos no Grupo Suzano nas duas últimas décadas. Entre 2002 e 2006, foi Gerente de Controladoria da Suzano Papel e Celulose S.A., sendo anteriormente responsável pela Área de Relações com Investidores, companhia de capital aberto controlada pela Companhia. Entre 2006 e 2011, foi Diretor Financeiro e Administrativo da Ripasa Papel e Celulose S.A, transformada em 2009 no Conpacel, consórcio constituído pela Suzano Papel e Celulose S.A. e Votorantim Celulose e Papel S.A. sendo posteriormente adquirido pela Suzano Papel e Celulose S.A. Como Diretor do Conpacel era responsável pelas áreas de Controladoria, Contas a Pagar, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, Tecnologia da Informação, Jurídico, bem como Suprimentos e Logística. Entre 2011 e 2012, auxiliou no planejamento tributário e projetos especiais da Suzano Papel e Celulose S.A. Entre 2012 e 2013, foi Diretor Financeiro da Usinas Itamarati, responsável junto à acionista pela negociação para alienação das operações dos negócios de açúcar e álcool e terras, desenvolvimento de estratégias de reestruturação do passivo bancário e tributário e análises de viabilidade de equalização de fluxo de caixa. José Carlos Garbes é também associado na AFL Consultores Associados, empresa especializada em serviços de consultoria tributária.

José Garbes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 (cinco) anos, não esteve sujeito (a) qualquer condenação criminal, (b) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, ou (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não tem comitês.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente e acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Diretor Presidente e acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Vice-Presidente				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer Acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Daniel Feffer Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	011.769.138-08	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Daniel Feffer 011.769.138-08 Nemopar S.A.
Diretor Vice-Presidente

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Daniel Feffer 011.769.138-08 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55
membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

ObservaçãoAdministrador do emissor ou controlada

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Jorge Feffer Acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Daniel Feffer acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemopar S.A.		Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Jorge Feffer Acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Premesa S.A.	61.142.469/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Administrador do emissor ou controlada

David Feffer 882.739.628-49 Nemopar S.A. Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente

Pessoa relacionada

Ruben Feffer 157.423.548-60 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

Pessoa relacionada

David Feffer 882.739.628-49 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
Diretor Presidente e acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Jorge Feffer 013.965.718-50 Suzano Papel e Celulose S.A. 16.404.287/0001-55 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia

Pessoa relacionada

Ruben Feffer 157.423.548-60 Suzano Holding S.A. 60.651.809/0001-05
Acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

Daniel Feffer 011.769.138-08 Nemopar S.A. Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Diretor Vice-Presidente				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ruben Feffer acionista controlador	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Jorge Feffer membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	013.965.718-50	Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer acionista controlador	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Jorge Feffer acionista controlador	013.965.718-50	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Daniel Feffer	011.769.138-08	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

Cargo
acionista controlador

Observação**Administrador do emissor ou controlada**

David Feffer	882.739.628-49	Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	47.892.435/0001-51	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente				

Pessoa relacionada

Ruben Feffer	157.423.548-60	Suzano Holding S.A.	60.651.809/0001-05	
acionista controlador				

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2014Administrador do Emissor

David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
------------------------------------	----------------	----------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
--	--------------------	--	--

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e Auditoria	16.404.287/0001-55		
--	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Antonio de Souza Corrêa Meyer Membro do Conselho de Administração	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
---	--------------------	--	--

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Antonio de Souza Corrêa Meyer Membro do Conselho de Administração	215.425.978-20	Prestação de serviço	Fornecedor
Pessoa Relacionada Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados Sócio	45.762.077/0004-80		
Observação			

Administrador do Emissor David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
Observação			

Administrador do Emissor Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
ORLANDO DE SOUZA DIAS Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	046.293.378-49	Subordinação	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Comitê de Gestão	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Gustavo Kehl Jobim Diretor Vice-Presidente Executivo	075.913.208-90	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcos Sampaio de Almeida Prado	095.833.608-30	Prestação de serviço	Fornecedor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Almeida Prado, Assessoria Contábil S.S. Ltda.

03.763.697/0001-40

Sócio

Observação**Administrador do Emissor**

David Feffer

882.739.628-49

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Nemopar S.A.

Diretor Presidente

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Exercício Social 31/12/2013**Administrador do Emissor**

David Feffer

882.739.628-49

Controle

Controlada Direta

Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Suzano Papel e Celulose S.A.

16.404.287/0001-55

Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Daniel Feffer

011.769.138-08

Controle

Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia.			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia.			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente Executivo			
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e Auditoria..			
Observação			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

Administrador do Emissor			
Antonio de Souza Corrêa Meyer	215.425.978-20	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração	16.404.287/0001-55		
Observação			

Administrador do Emissor			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor Vice-Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor Presidente	61.142.469/0001-50		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Premesa S.A. Diretor	61.142.469/0001-50		
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemopar S.A. Diretor Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemopar S.A.. Diretor Vice-Presidente			
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u> Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Marcelo Feriozzi Bacci Diretor Vice-Presidente Executivo	165.903.168-05	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Comitê de Gestão	16.404.287/0001-55		
<u>Observação</u> Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

Exercício Social 31/12/2012**Administrador do Emissor**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
David Feffer Diretor Presidente	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Gestão, membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro do Comitê de Auditoria	16.404.287/0001-55		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Pessoa Relacionada			
Suzano Papel e Celulose S.A. Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia	16.404.287/0001-55		
Observação			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

Administrador do Emissor			
Claudio Thomaz Lobo Sonder Diretor Vice-Presidente Executivo	066.934.078-20	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Conselho de Administração, coordenador do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia e membro dos Comitês de Gestão e de Auditoria			
<u>Observação</u>			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Boris Tabacof	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor Vice-Presidente			
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor Presidente			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Jorge Feffer	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			

Pessoa Relacionada

Premesa S.A.	61.142.469/0001-50		
Diretor			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

David Feffer	882.739.628-49	Controle	Controlada Direta
Diretor Presidente			

Pessoa Relacionada

Nemopar S.A..			
Diretor Presidente			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

Administrador do Emissor

Daniel Feffer	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
Diretor Vice-Presidente Corporativo			

Pessoa Relacionada

Nemopar S.A..			
Diretor Vice-Presidente			

Observação

Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Daniel Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	011.769.138-08	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Presidente	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Boris Tabacof Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.616.035-20	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Jorge Feffer Diretor Vice-Presidente Corporativo	013.965.718-50	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. Diretor Executivo	47.892.435/0001-51		
<u>Observação</u>			
Além de acionista controlador indireto, mantém relação de subordinação em virtude de exercício de cargo ou função de administração.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Marcelo Feriozzi Bacci Diretor Vice-Presidente Executivo	165.903.168-05	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Suzano Papel e Celulose S.A.	16.404.287/0001-55		
Membro do Comitê de Gestão			
<u>Observação</u>			
Eleito como membro do Comitê de Gestão em 09.05.2012.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia contratou cobertura de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e ou Administradores (D&O), o qual visa garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou a nossa Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções. A apólice contratada com o Itaú Seguros S.A. está em vigor e o prêmio foi devidamente pago. A Companhia considera que a cobertura de sua apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores, no valor de R\$ 70.000.000,00, é consistente com as de outras empresas do setor e suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando suas atividades e as de suas controladas. O valor do prêmio pago pela Companhia e controladas com o seguro de D&O em 2014 foi de R\$ 165.976,39. Tal apólice está vigente no período compreendido entre 11/08/2014 e 11/08/2015.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossa política de remuneração tem por objetivo atrair e reter profissionais na Companhia que tenham alinhamento com nossos princípios e valores e com os objetivos dos acionistas.

Para tanto, pautamos nossa política pelo acompanhamento do ambiente externo e comparamos anualmente nossa grade salarial com mercados de referência, composto por empresas concorrentes nos segmentos em que atuamos, multinacionais brasileiras, empresas de capital aberto ou que possuam estratégia de remuneração similar àquela que praticamos.

Nossa estratégia de remuneração indica que queremos nos posicionar acima mediana de nosso mercado de referência na remuneração total para que, com isto, possamos atingir nossos objetivos de atração e retenção dos profissionais de alto nível que ajudarão a Companhia a entregar e superar os resultados planejados.

Praticamos também, com relação à remuneração variável, a participação nos lucros e resultados alicerçada por metas que estejam alinhadas à estratégia da Companhia e que sejam adequadas para cada parcela dos nossos colaboradores.

Para alguns colaboradores que tenham responsabilidade direta ou indireta e ativa na estratégia de longo prazo da Companhia, oferecemos ainda a possibilidade de acesso a um programa de incentivo de longo prazo atrelado à valorização das ações da Companhia, do tipo *phantom shares*.

O programa tem por objetivo estimular a expansão da Companhia e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, a partir da criação de incentivos que visem a uma maior integração de nossos executivos, administradores e colaboradores, na qualidade de acionistas da Companhia.

b) Composição da remuneração, indicando: (i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles; (ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total; (iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração; e (iv) razões que justificam a composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deste elementos

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente à remuneração fixa, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa recompensar, atrair e reter Conselheiros que agreguem valor aos resultados da empresa.

Nenhum membro do Conselho de Administração participa dos programas de incentivo de longo prazo em *phantom Shares*.

Diretoria

Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável.

Para a remuneração variável há o incentivo de curto prazo, como forma de recompensa pelo atingimento de metas que sustentem a estratégia de curto prazo da Companhia.

Há ainda o incentivo de longo prazo que, por meio de mecanismo de *phantom shares*, recompensa os executivos pelo atingimento de metas que dão sustentação aos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia.

Ambas parcelas da remuneração variável atuam no alinhamento dos executivos com os objetivos dos acionistas e com a sustentabilidade da Companhia.

Tanto a remuneração fixa quanto a variável dos membros da Diretoria são estabelecidas conforme padrões de mercado por meio de pesquisas conduzidas por renomadas consultorias especializadas no tema.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal receberão remuneração correspondente, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor da Companhia, excluídos os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros atribuídos aos diretores, na forma do §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Para o Conselho de Administração, 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Diretoria

Na Diretoria, a parcela da remuneração fixa (salários / pró-labores, benefícios diretos e indiretos e pós emprego) na remuneração total corresponde a 46%, a remuneração variável de curto prazo (bônus e participação nos resultados) corresponde a 51% e a remuneração variável de longo prazo (baseada em ações) corresponde a 2%.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

Conselho Fiscal

Para o Conselho Fiscal 100% de sua remuneração total é paga no modelo de remuneração fixa.

Esses percentuais podem variar em função do resultado dos indicadores que direcionam a remuneração variável.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores da remuneração pagos pela Companhia aos membros da Diretoria e Conselho de Administração são periodicamente comparados com os valores pagos pelo mercado, conforme diretrizes estabelecidas pela estratégia de remuneração, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas renomadas e especializadas no tema, de modo a apurar o grau de competitividade e, se necessário, avaliar a necessidade de se propor ajustes em algum componente da remuneração que esteja desalinhado.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Buscamos alinhar a composição de nossa remuneração às proporções praticadas pelo mercado e estas são também dimensionadas de modo a atingir o objetivo da estratégia de remuneração quanto ao posicionamento da remuneração total acima da mediana deste mercado selecionado.

Os valores de remuneração pagos pela Companhia ao Conselho Fiscal observam o disposto no §3º do Art. 162 da Lei 6.404/76.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas de mercado e o posicionamento relativo da remuneração frente a este mercado.

Para as parcelas variáveis são definidos indicadores que demonstrem o suporte à estratégia da Companhia.

Um exemplo de metas definidas no período são o EBITDA de empresas controladas.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela fixa da remuneração é estruturada para um posicionamento na mediana do mercado selecionado, tendo como base pesquisas conduzidas por consultorias especializadas no tema.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A remuneração variável é estruturada de modo que somente quando atingidos níveis mínimos das metas definidas seja reconhecida remuneração variável.

Adicionalmente, a Companhia tem um programa estruturado de avaliação do alinhamento do comportamento dos membros da Diretoria, de modo a garantir o alinhamento destes aos valores e princípios éticos da empresa e esta avaliação também tem reflexo em uma parcela da remuneração variável.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Companhia busca o alinhamento das práticas de remuneração com os interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor ao seu negócio.

Para isso aplica alinhamento da remuneração fixa com um mercado selecionado.

Ainda no alinhamento de curto prazo, a Companhia monitora e reconhece, por meio da remuneração variável de curto prazo, indicadores de desempenho dos negócios em base anual.

Alguns destes indicadores também atuam no alinhamento dos interesses de médio prazo.

Os programas de incentivo de longo prazo atuam no alinhamento dos interesses de longo prazo da Companhia.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração

Não há.

Diretoria

Há membros da Diretoria com remuneração suportada por empresas controladas direta ou indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia, recebida a título de honorários pela participação em Conselho de Administração e Comitês.

Conselho Fiscal

Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 27 de fevereiro de 2015. A remuneração de seus membros é suportada integralmente pela Companhia.

Comitês

Não há Comitês na Companhia.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação de controle acionário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinados eventos societários.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	462.000,00	6.243.478,95	351.477,00	7.056.955,95
Benefícios direto e indireto	0,00	672.597,97	0,00	672.597,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	92.400,00	1.248.695,79	70.295,40	1.411.391,19
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.489.094,00	0,00	1.489.094,00
Participação de resultados	0,00	6.667.162,00	0,00	6.667.162,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	297.818,80	0,00	297.818,80
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Pós-emprego	0,00	58.792,80	0,00	58.792,80
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	688.661,44	0,00	688.661,44
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	
Total da remuneração	554.400,00	17.366.301,75	421.772,40	18.342.474,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	5,33	0,00	10,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	420.000,00	7.681.015,95	0,00	8.101.015,95
Benefícios direto e indireto	0,00	611.452,70	0,00	611.452,70
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	84.000,00	1.532.664,84	0,00	1.616.664,84

Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	4.770.090,25	0,00	4.770.090,25
Participação de resultados	0,00	5.225.110,08	0,00	5.225.110,08
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	954.018,05	0,00	954.018,05
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Pós-emprego	0,00	53.448,00	0,00	53.448,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	489.910,31	0,00	489.910,31
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal.	
Total da remuneração	504.000,00	21.317.710,18	0,00	21.821.710,18

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.188.747,92	8.213.725,46	0,00	9.402.473,38
Benefícios direto e indireto	0,00	360.975,89	0,00	360.975,89
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	237.749,56	1.639.344,15	0,00	1.877.093,71
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.030.000,00	0,00	7.030.000,00
Participação de resultados	0,00	5.871.320,00	0,00	5.871.320,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.406.000,00	0,00	1.406.000,00

Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus).		
Pós-emprego	0,00	52.847,28	0,00	52.847,28
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	984.876,99	0,00	984.876,99
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	O número de membros da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente.	Não há Conselho Fiscal.	
Total da remuneração	1.426.497,48	25.559.089,77	0,00	26.985.587,25

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.726.244,00	7.879.485,00	0,00	10.605.729,00
Benefícios direto e indireto	0,00	532.894,00	0,00	532.894,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	545.249,00	1.733.608,00	0,00	2.278.857,00
Descrição de outras remunerações fixas	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual	INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração fixa anual		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.863.755,00	0,00	5.863.755,00
Participação de resultados	0,00	4.573.280,00	0,00	4.573.280,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.172.751,00	0,00	1.172.751,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS (ônus do empregador) incidente sobre remuneração variável (bônus)		
Pós-emprego	0,00	49.771,00	0,00	49.771,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	722.388,00	0,00	722.388,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	O número de membro da Diretoria Estatutária foi calculado considerando a média anual do número de membros apurado mensalmente	Não há Conselho Fiscal	
Total da remuneração	3.271.493,00	22.527.932,00	0,00	25.799.425,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**13.3 Remuneração variável do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:****Exercício social corrente (encerrado em 31.12.2015)**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,00	4,00	3,00	12,00
Número de membros remunerados	0,00	4,00	0,00	4,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	1.489.094	N/A	1.489.094
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	2.233.641	N/A	2.233.641
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	1.489.094	N/A	1.489.094
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.296.972	N/A	3.296.972
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.667.162	N/A	6.667.162
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.693.317	N/A	4.693.317
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5,33	0	10,33
Número de membros remunerados	0	5,33	0	5,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.770.090	N/A	4.770.090
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	8.290.000	N/A	8.290.000
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.770.090	N/A	4.770.090
Valor efetivamente reconhecido	N/A	4.770.090	N/A	4.770.090
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.197.248	N/A	3.197.248
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	6.061.056	N/A	6.061.056
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.411.652	N/A	5.411.652
Valor efetivamente reconhecido	N/A	5.225.110	N/A	5.225.110

Exercício social encerrado em 31.12.2013

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755,00	N/A	5.863.755,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	7.063.755,00	N/A	7.063.755,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	7.063.755,00	N/A	7.063.755,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	2.794.000,00	N/A	2.794.000,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.668.000,00	N/A	5.668.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.259.490,00	N/A	5.259.490,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Exercício social encerrado em 31.12.2012**

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	6	0	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	3.491.036	N/A	3.491.036
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	5.863.755	N/A	5.863.755
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	4.573.280	N/A	4.573.280
Valor efetivamente reconhecido	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. termos e condições gerais

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia possui dois planos de incentivo de longo prazo (ILP) atrelados ao preço da ação da Suzano Papel e Celulose, subsidiária da Companhia ("SPC"), com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). São eles o Plano de Ações Fantasmas e o plano de apreciação do valor das ações (SAR – *Share Appreciation Right*).

- **Plano de Ações Fantasmas**

São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de ações fantasmas a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos que devem ser administrados pelo comitê de remuneração (não estatutário), segundo as diretrizes e condições estabelecidas.

Anualmente, o comitê de remuneração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de ações fantasmas aos seus beneficiários.

A determinação das quantidades de ações fantasmas a serem outorgadas a cada beneficiário é definida pela divisão entre a quantidade de salários concedidos e a média aritmética das cotações de fechamento das ações preferenciais da SPC (SUZB5) negociadas nos últimos 90 pregões.

As quantidades de salários concedidos são determinadas com base em (i) cumprimento de metas; (ii) quantidades discricionárias atribuídas pelo comitê de remuneração em relação ao nível de atendimento dos indicadores corporativos; e (iii) quantidades por diferimento, mediante o investimento do beneficiário de parte de sua remuneração de curto prazo, limitado a dois salários, com aporte de mesmo valor pela Companhia.

São então outorgadas quantidades de ações fantasmas a cada beneficiário mediante a divisão do valor total dos salários concedidos e a cotação média das ações preferenciais da SPC (SUZB5) apuradas nos últimos 90 pregões.

Para outorgas a um conjunto de executivos é aplicado um percentual atrelado ao desempenho da SPC em relação aos seus concorrentes.

Depois de outorgadas, as ações fantasmas podem ser resgatadas em dinheiro pelos beneficiários desde que eles cumpram o prazo de carência estipulado (3 anos de permanência na Companhia).

Para os planos com outorgas até 2013, continuam vigentes as condições estipuladas para os programas anteriores, até a data de liquidação.

- **Plano de SAR**

Para seus principais executivos e membros chave entre seus colaboradores, a Companhia passou a outorgar em 2014 o plano SAR (Share Appreciation Rights, ou Plano de Apreciação do Valor das Ações). O pagamento deste plano está atrelado ao preço da ação da SPC, com pagamento em moeda corrente (liquidação em caixa). O que diferencia este plano do plano de ILP (ações fantasmas) da Companhia é o fato de existir uma exigência de valorização mínima das ações para que o beneficiário tenha ganho. Este valor tem característica similar ao preço de exercício de opções. Por este motivo, o plano também é chamado de Plano de Opções Fantasmas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O Plano outorgado em Abril de 2014 tem preço de exercício (ou patamar mínimo de valorização das ações) que representa 20% da média dos 90 últimos pregões antes da data de outorga. A outorga foi composta de 1 lote com término da carência 3 anos após a outorga e com vencimento 6 meses após o término da carência.

Uma diferença do Plano em relação aos demais está no fato do beneficiário ser convidado a participar do plano. O aceite está relacionado ao investimento de um valor que representa 5% do valor da outorga, que deve ser depositado na conta da Companhia.

Assim como o plano de ILP, o ganho do beneficiário pode ser penalizado ou bonificado em razão do desempenho das ações da SPC em comparação ao desempenho das ações concorrentes.

b. principais objetivos do plano

Os programas de ILP são sistemas criados com o objetivo de:

- i. alavancar negócios e resultados, incentivando os executivos em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa;
- ii. fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão do curto e longo prazo;
- iii. permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira ao mesmo tempo em que compõe um fator de retenção dos principais executivos; e
- iv. estabelecer critérios de Participação nos Lucros e Resultados de Longo Prazo para executivos elegíveis.

c. forma como o plano contribui para estes objetivos

O plano contribui para os objetivos apresentados acima, por meio do alinhamento dos objetivos pessoais e financeiros dos beneficiários com os objetivos de longo prazo da Companhia.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano se insere na política de remuneração da Companhia, de modo a compor a remuneração total dos beneficiários.

Assim, em pesquisa de mercado selecionado conduzida por consultoria especializada, é avaliado o posicionamento da remuneração total dos beneficiários versus este mercado, sendo que a estratégia da Companhia é que estes estejam posicionados acima da média destes resultados.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

As outorgas realizadas com base nos programas de remuneração baseada em ações (ações fantasmas) alinham os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo, desde a concessão, uma vez que estes programas de remuneração baseiam-se em indicadores de desempenho e dependem da análise do comitê de remuneração, incentivando o interesse dos administradores em trabalhar na valorização da empresa para a consequente valorização de suas ações ou opções outorgadas.

Além disso, o ciclo dos programas prevê um período de vesting (carência) para as phantom shares, de modo a estimular o interesse do beneficiário em focar em ações de gestão sustentáveis de longo prazo.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

f. número máximo de ações abrangidas

Limite não aplicável, uma vez que dada a modalidade de ações fantasmas, não são emitidas / outorgadas ações existentes da Companhia – a liquidação se dá em caixa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Não há na Companhia plano de Opção de Compra de Ações.

h. condições de aquisição das ações

- **Plano de Ações Fantasmas**

São elegíveis a este programa os Diretores Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das ações fantasmas (condições de aquisição e não-aquisição): i) nos programas em que for possível fazer o diferimento, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as ações fantasmas que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento); ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das ações fantasmas, conferido ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das ações fantasmas; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas ações fantasmas nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as ações fantasmas somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (período de aquisição) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

- **Plano de SAR**

São elegíveis a este programa os Diretores Vice-Presidentes da Companhia.

O convite em um determinado ano não é garantia de permanência no programa, sendo que os candidatos selecionados em um ano podem ou não estar na lista em anos subsequentes.

O regulamento do Plano determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários passem a ter direito sobre o exercício das SAR (condições de aquisição e não- aquisição): i) no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa; ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA; iii) na ausência da situação (i) e (ii) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas Ações Fantasma nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as SARs somente podem ser exercidas após um período de carência de três anos.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

- **Plano de Ações Fantasma**

Não existe preço de exercício, uma vez que o plano não é baseado em opções, mas no valor das ações.

Todavia, o ganho correspondente a cada *phantom share* outorgada é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

- **Plano de SAR**

O preço de exercício, correspondente a cada SAR (opção fantasma), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = 20\% \times \text{Média dos últimos 90 pregões antes da data de outorga.}$

Já o valor resgatado é dado por

$\text{Resgate} = [VMA + (DIV+JCP) - Pe] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original, o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média, ponderada pelo volume de transações diárias, das ações da Companhia apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre

a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Companhia em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

- **Plano de Ações Fantasma**

O prazo de exercício inicia no terceiro ano após a outorga e termina no sexto ano.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

- **Plano SAR**

Após três anos e meio de carência, é iniciado o prazo de exercício do plano.

k. forma de liquidação

Para as ações fantasmas, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

l. restrições a transferência das ações

Não há para este programa a concessão de ações da Companhia, uma vez que a liquidação é realizada em dinheiro.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Os planos de Incentivo de Longo Prazo poderão ser extintos, a qualquer tempo, por decisão da Diretoria da Companhia. O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado e ações

Conforme mencionado no item (h) acima, com relação às Ações Fantasma: i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme explicado acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária, o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por diferimento; ii) na hipótese de desligamento, sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das Ações Fantasma, conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das Ações Fantasma.

No caso do SAR, em situações de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as Ações Fantasma que lhe foram outorgadas, sem indenização, perdendo também o valor investido para ingressar no programa. Na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, o beneficiário receberá o valor investido para o ingresso no programa corrigido pelo índice IPCA.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

COMPANHIA		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Holding S.A.	Ações Ordinárias	-	12.833.469	
	Ações Preferenciais Classe A	-	12.249.431	N/A
	Ações Preferenciais Classe B	-	5.312.663	

CONTROLADAS		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Suzano Papel e Celulose S.A.	Ações Ordinárias	-	2.280	
	Ações Preferenciais Classe A	1.017.488	48.815.984	N/A
	Ações Preferenciais Classe B	-	-	

		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Premesa S.A.	Ações Ordinárias	-	31	N/A

SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
IPLF Holding S.A.	Ordinárias	-	99.016.875	
	Preferenciais	-	1.161	N/A

		31/12/2014		
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Sociedade	Tipo			
Polpar S.A.	Ordinárias	-	13.379	N/A

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

As informações dos Planos de Ações Fantasma (*phantom shares*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existem Ações Fantasma para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Previsão para 31/12/2015

a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	4,00		
c) Número de Membros Remunerados	1		
d) Em relação a cada outorga:			
i. Data de Outorga	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	17.180	35.247	43.768
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga		
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga		
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasma		
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:			
• em aberto no início do exercício social	R\$ 10,08	R\$ 10,08	R\$ 10,08
• perdidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há
• exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

Período fiscal com fim em 31/12/2014

a) Órgão	Diretoria Estatutária			
b) Número Total de Membros	5,33			
c) Número de Membros Remunerados	2			
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:				
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	8.832	17.180	124.607	160.827
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga			
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga			
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas			
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:				
• em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94
• perdidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• exercidas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**PLANO DE AÇÕES FANTASMAS**

Período fiscal com fim em 31/12/2013

a) Órgão	Diretoria Estatutária					
b) Número Total de Membros	6					
c) Número de Membros Remunerados	2					
d) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:						
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012	01/03/2013
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
iii. Quantidade de ações fantasmas em aberto no início do período	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607	160.827
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga					
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga					
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas					
vii. Valor médio ponderado das ações fantasma:						
• em aberto no início do exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 8,94
• perdas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
• exercidas durante o exercício social	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	Não Há	Não Há	Não Há
• expiradas durante o exercício social	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há	Não Há
e) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 15,11	R\$ 23,86	R\$ 18,64	R\$ 7,49	R\$ 6,58
f) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Período fiscal com fim em 31/12/2012

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS

g) Órgão	Diretoria Estatutária				
h) Número Total de Membros	6				
i) Número de Membros Remunerados	2				
j) Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:					
i. Data de Outorga	01/03/2008	01/03/2009	01/03/2010	01/03/2011	01/03/2012
ii. Quantidade de ações fantasmas outorgada	11.428	23.861	16.378	17.180	124.607
iii. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga				
iv. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 anos após a data de outorga				
v. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas				
vi. Valor médio ponderado das ações fantasma:					
• em aberto no início do exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período				
• perdidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi perdida no período				
• exercidas durante o exercício social	Nenhuma opção foi exercida no período				
• expiradas durante o exercício social	Nenhuma opção expirou no período				
k) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 39,06	R\$ 15,11	R\$ 23,86	R\$ 18,64	R\$ 7,49
l) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável para Ações Fantasmas				

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE SAR		Previsão para 31/12/2015
g) Órgão	Diretoria Estatutária	
h) Número Total de Membros	4	
i) Número de Membros Remunerados	2	
j) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	
ii. Quantidade de SAR outorgada	96.573	
iii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:		
• em aberto no início do exercício social	R\$ 8,16	
• perdidas durante o exercício social	Não Há	
• exercidas durante o exercício social	Não Há	
• expiradas durante o exercício social	Não Há	
k) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 8,16	
l) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE SAR		Referente ao exercício social findo em 31/12/2014
m) Órgão	Diretoria Estatutária	
n) Número Total de Membros	5,33	
o) Número de Membros Remunerados	2	
p) Em relação a cada outorga:		
i. Data de Outorga	01/04/2014	
ii. Quantidade de SAR outorgada	96.573	
iii. Quantidade de SAR em aberto no início do período	96.573	
iv. Prazo para que as ações fantasmas se tornem exercíveis	3 anos após a data de outorga	
v. Prazo máximo para exercício das ações fantasmas	6 meses após o fim da carência	
vi. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para Ações Fantasmas	
vii. Valor médio ponderado das ações fantasmas:		
• em aberto no início do exercício social	R\$ 8,16	
• perdidas durante o exercício social	Não Há	
• exercidas durante o exercício social	Não Há	
• expiradas durante o exercício social	Não Há	
q) Valor justo das ações fantasmas na data da outorga	R\$ 8,16	
r) Diluição potencial em caso de exercício de todas as ações fantasmas	Não aplicável	

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Opções em Aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasma (*Ações Fantasma*) e sobre o Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*) são apresentadas na tabela a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em: 31/12/2014	
a) Órgão	Diretoria Estatutária		
b) Número Total de Membros	5,33		
c) Número de Membros Remunerados	1		
d) Em relação às ações fantasmas ainda não exercíveis			
i. Quantidade	96.195		
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/03/2014	17.180	
	01/03/2015	35.247	
	01/03/2016	43.768	
iii. Prazo máximo para exercício	01/03/2017	17.180	
	01/03/2018	35.247	
	01/03/2019	43.768	
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma		
v. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para ações fantasma		
vi. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 10,08		
e) Em relação às ações fantasma exercíveis			
i. Quantidade	17.180		
ii. Prazo máximo para exercício das ações fantasma	01/03/2017		
iii. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para ações fantasma		
iv. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para ações fantasma		
v. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 10,08		
vi. Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social	R\$ 173.174,40		

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

PLANO DE SAR		Período fiscal com fim em: 31/12/2014
f) Órgão	Diretoria Estatutária	
g) Número Total de Membros	5,33	
h) Número de Membros Remunerados	2	
i) Em relação às SAR ainda não exercíveis		
i. Quantidade	96.573	
ii. Data em que se tornarão exercíveis	01/04/2017	
iii. Prazo máximo para exercício	6 meses após o fim da carência	
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável para SAR	
v. Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável para SAR	
vi. Valor justo das SAR no último dia do exercício social	R\$ 8,16	
j) Em relação às SAR exercíveis		
i. Quantidade	Não há SAR exercíveis em 2014	
ii. Prazo máximo para exercício das SAR		
iii. Prazo de restrição à transferência das ações		
iv. Preço médio ponderado de exercício		
v. Valor justo das ações fantasma no último dia do exercício social		
vi. Valor justo do total das ações fantasma no último dia do exercício social		

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

As informações sobre o Plano de Ações Fantasma (*Ações Fantasma*) são apresentadas nas tabelas a seguir.

Não existe remuneração baseada em ações disponível para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal. Apenas a Diretoria Estatutária é contemplada por estes planos.

Em relação ao Plano de SAR (*Share Appreciation Rights*), ainda não houve exercício uma vez que todos os lotes estão em carência.

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em: 31/12/2014
a) Órgão	Diretoria Estatutária	
b) Número Total de Membros	5,33	
c) Número de Membros Remunerados	1	
d) Em relação às ações fantasmas exercidas		
i. Quantidade	8.832	
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00	
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma	
e) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)	
i. Número de ações	-	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-	

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em: 31/12/2013
f) Órgão	Diretoria Estatutária	
g) Número Total de Membros	6	
h) Número de Membros Remunerados	2	
i) Em relação às ações fantasmas exercidas		
i. Quantidade	42.835	
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	R\$ 9,00	
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma	
j) Em relação às ações entregues		
Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)		
i. Número de ações	-	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-	

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

PLANO DE AÇÕES FANTASMAS		Período fiscal com fim em: 31/12/2012
k) Órgão	Diretoria Estatutária	
l) Número Total de Membros	6	
m) Número de Membros Remunerados	2	
n) Em relação às ações fantasmas exercidas		
i. Quantidade	Não houve exercício em 2012	
ii. Preço médio ponderado de exercício (valor da ação fantasma)	-	
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não aplicável para ações fantasma	
o) Em relação às ações entregues	Não se aplica, já que as ações fantasma são liquidadas em dinheiro (em caixa)	
i. Número de ações	-	
ii. Preço médio ponderado de aquisição	-	
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações	-	

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções****13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

As informações divulgadas nos itens 13.5 a 13.7 são referentes à remuneração baseada em ações dos órgãos administrativos da Companhia (Diretoria Estatutária e Conselho Administrativo).

As notas explicativas dos resultados trimestrais e do resultado anual da Companhia apresentam informações referentes a todos colaboradores abrangidos pelos planos de remuneração baseados em ações.

Plano de Ações Fantasmas

Por ser um Plano liquidado em caixa, a Companhia deve revisar o valor justo das ações fantasmas em toda divulgação de resultados. Conforme apresentado anteriormente, o valor justo é calculado pela média dos últimos 90 pregões da ação SUZB5 ponderada pelo volume negociado em cada data. Este valor é multiplicado pelo TRS observado no período (o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB5 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil).

Nos planos de Ações Fantasma outorgados antes de 2013 deve ser obedecido o um limite mínimo de R\$ 9,00 para o valor das ações fantasmas.

Plano SAR

Para a mensuração do valor justo dos ativos outorgados no plano SAR, a Companhia utilizou o modelo matemático de aproximação para opções seguindo o método de Simulação de Monte Carlo. Isso foi realizado por conta da natureza da SAR que se assemelha a uma opção, porém com a liquidação em caixa. A escolha deste método específico se deveu à necessidade de simular não apenas a dinâmica do valor das ações da Companhia no Futuro, mas também de seus competidores, uma vez que ambos impactam o ganho do beneficiário.

Na modelagem não foram consideradas condições de exercício antecipado no cálculo das SAR.

Demais premissas consideradas:

Premissa	Valor Considerado
Preço do ativo base ⁽¹⁾	R\$ 8,93
Expectativa de Volatilidade ⁽²⁾	36,82% a.a.
Expectativa de vida média das opções ⁽³⁾	Igual à vida do contrato
Expectativa de distribuição de dividendos ⁽⁴⁾	2,94% a.a.
Taxa de Juros média ponderada livre de risco ⁽⁵⁾	11,90%a.a.

(1) O preço do ativo base foi definido considerando a média aritmética do preço de fechamento dos últimos 90 pregões para a ação SUZB5 na data de outorga da SAR;

(2) A expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, levando em consideração o tempo remanescente para completar o período de aquisição, bem como a volatilidade histórica dos retornos, considerando 745 pregões anteriores à outorga das SAR e utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade;

(3) A expectativa de vida média das opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício.

(4) A expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5	5,33	0	10,33
Número de Membros	0	2	0	0
Nome do plano	N/A	Suzano Prev	N/A	N/A
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	01	N/A	01
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Ter no mínimo 55 anos, no mínimo 3 anos de permanência no Suzano Prev e rescindir o contrato de trabalho com a Companhia.	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores(em R\$)	N/A	1.068.067,14	N/A	1.068.067,14
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	N/A	53.448,00	N/A	53.448,00
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O resgate pode ocorrer total ou parcialmente a qualquer momento, respeitando a carência mínima entre os resgates de 60 dias, conforme previsto na legislação vigente.	N/A	N/A

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não divulgado em razão do processo 2010.5101002888-5, movido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF/RJ, instituição à qual alguns dos administradores da Companhia são associados.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação ao último exercício social:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012
Diretoria Estatutária	54,83%	51,15%	65%
Conselho de Administração	N/A	61,10%	96%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

ORGÃO	Exercício social encerrado em 31.12.2014	Exercício social encerrado em 31.12.2013	Exercício social encerrado em 31.12.2012
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho de administração	867.798	1.054.000	615.656
Conselho Fiscal	-	-	-
TOTAL	867.798	1.054.000	615.656

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, em relação ao último exercício social:

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	1.284.960	6.591.209	-	7.876.169
Sociedades sob controle comum	180.000	2.290.492	-	2.470.492

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	256.000	7.684.168	-	7.940.168
Sociedades sob controle comum	306.324	1.666.308	-	1.972.632

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

a) Remuneração recebida em função do exercício do cargo do emissor - Exercício Social 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

b) Demais remunerações recebidas - Exercício Social 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	170.978	7.684.168	-	7.855.146
Sociedades sob controle comum	630.804	1.199.054	-	1.829.858

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14.1 Descrição dos recursos humanos da Companhia, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:**

- a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2014)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	10	04	23	0	37
Total	10	04	25	0	37

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2013)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	10	04	25	0	39
Total	10	04	25	0	39

Distribuição dos Colaboradores (Exercício de 2012)	Gestão	Especialista	Administrativa	Operacional	TOTAL
São Paulo	13	6	25	0	44
Total	13	6	25	0	44

- b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

NÃO APLICÁVEL.

- c) Índice de rotatividade (base dez/2014)

Índice Rotatividade (Exercício de 2014)	Efetivos	Admissões	Desligamentos	Rotatividade
São Paulo	37	07	09	22%
Total	37	07	09	22%

- d) Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A Companhia não possui passivos ou contingências trabalhistas de responsabilidade direta e imediata. Todavia, conforme exposto nos itens acima, os empregados e administradores da Companhia poderão eventualmente apresentar demandas de natureza trabalhista em face da Companhia com base nas regras da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT).

A Companhia tem atualmente algumas atividades terceirizadas, o que envolve parte do seu contingente total de colaboradores. Face aos termos da Súmula 331 do TST, a Companhia responde subsidiariamente por eventuais direitos trabalhistas relacionados aos terceiros prestadores de serviço.

Eventualmente, a descontinuidade da prestação de serviços por estas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade de seus processos.

A Companhia acompanha, documental e fisicamente, a relação dos seus prestadores de serviços com seus empregados, o que mitiga eventuais riscos e impactos em seus resultados.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

NÃO APLICÁVEL.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) Política de salários e remuneração variável
<p>A Companhia garante uma política de remuneração competitiva realizando, anualmente, uma pesquisa de cargos e salários entre as maiores e melhores empresas de diversos segmentos.</p> <p>A remuneração é composta de um salário fixo mensal, que está relacionado ao nível de complexidade do cargo, além da participação anual nos resultados da empresa através do programa de remuneração variável.</p> <p>O programa de remuneração variável tem como principais objetivos alavancar negócios e resultados, incentivando os colaboradores em busca de contribuições efetivas para o crescimento da empresa, fortalecer o comprometimento com os resultados sustentáveis, compatibilizando visão de curto e longo prazo e permitir que o crescimento da empresa proporcione uma recompensa financeira, além da retenção dos colaboradores.</p> <p>A Companhia conta com três diferentes programas de remuneração variável que são baseados no estabelecimento de metas coletivas e individuais.</p> <p>Estas metas são desdobradas em todos os níveis hierárquicos.</p>
b) Política de benefícios
<p>A Companhia fornece no ato da admissão de seus colaboradores os seguintes benefícios: seguro de vida, assistência odontológica, plano de saúde, previdência complementar, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, cesta de natal, brinquedos aos filhos dos colaboradores de zero a 12 (doze) anos, programa de incentivo ao estudo aos filhos dos colaboradores a partir do ensino fundamental ao ensino médio, kit material escolar, auxílio creche para colaboradoras, auxílio filho excepcional.</p> <p>Estes benefícios, por sua vez, são oferecidos através das convenções coletivas e/ ou por liberalidade da Companhia.</p>
c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano
<p>Termos e condições gerais dos planos de remuneração baseado em ações dos empregados não-administradores:</p> <p>(i) Grupo de beneficiários: Para alguns colaboradores a Companhia possui plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP), atrelado ao preço da ação da controlada Suzano Papel e Celulose, com pagamento em moeda corrente.</p> <p>São estabelecidas condições gerais para a outorga, pela Companhia, de <i>phantom shares</i> a esses executivos (beneficiários), as quais são definidas em regulamentos específicos aprovados pela administração segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração da Companhia.</p> <p>Anualmente, a administração estabelece indicadores de desempenho no âmbito corporativo (condição de aquisição) que, se atingidos, configuram o direito à outorga de <i>phantom shares</i> aos beneficiários.</p> <p>(ii) Condições para exercício: O regulamento determina ainda as seguintes condições para que esses beneficiários possam ter direito sobre o exercício das <i>phantom shares</i> (condições de aquisição e não-aquisição): (i) nos programas em que for possível fazer o diferimento conforme inciso(iii) do item 13.4 (f) acima, no caso de desligamento por justa causa ou pedido de demissão voluntária (nestes casos o beneficiário perderá automaticamente qualquer direito de exercer as <i>phantom shares</i> que lhe foram outorgadas, sem indenização, com exceção apenas das quantidades outorgadas por</p>

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

diferimento); (ii) na hipótese de desligamento sem justa causa ou por aposentadoria, será antecipado o vencimento dos prazos previstos para exercício das *phantom shares* conferindo ao beneficiário o direito de exercer imediatamente a totalidade das *phantom shares*; (iii) na ausência da situação (i) acima, as condições de aquisição são consideradas plenamente satisfeitas, permitindo assim que o beneficiário exerça suas *phantom shares* nos termos definidos pelos regulamentos.

Salvo nas condições de não-aquisição mencionadas acima, as “ações fantasma” somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

O preço de exercício, correspondente a cada *phantom share* (*preço de exercício*), pelo qual os beneficiários poderão exercer sua opção, é calculado da seguinte forma:

$Pe = [VMA + (DIV+JCP)] \times TRS$, sendo:

Pe = preço de exercício do lote original o qual foi definido na data da outorga, obedecendo aos termos do Plano.

VMA = cotação média das ações da Suzano Papel e Celulose apuradas nos últimos 90 pregões a contar da data de exercício.

DIV+JCP = corresponde aos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos no período entre a outorga e o exercício, quando aplicável.

TRS = percentual atrelado ao desempenho da Suzano Papel e Celulose em relação a seus concorrentes que pode variar de 75% a 125%, quando aplicável.

O prazo de exercício deve respeitar ao menos o ciclo que a Companhia determina como adequado para o retorno das ações dos beneficiários em forma de resultados para a Companhia.

Assim, as *phantom shares* somente podem ser exercidas após um período de carência de um a três anos (*período de aquisição*) e, quando aplicável, até um período limite de seis anos a contar da data de outorga.

Para as *phantom shares*, a liquidação se dá em folha de pagamento em favor do beneficiário quando satisfeitas todas as condições.

O plano Incentivo de Longo Prazo em *phantom shares* poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da administração da Companhia.

O término da vigência do plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor que tenham sido outorgadas por meio do regulamento vigente.

(iii, iv e v) Preços de exercício, prazos de exercício e quantidade de *phantom shares* comprometidas pelo plano:

Programa	Data de Outorga	Preço Justo na Outorga	Preço Justo no Fim do Período	Carência	Expiração	Disponíveis no Fim do Período 31/12/2014
ILP 2010	01/03/2010	R\$ 23,86	R\$ 9,00	01/03/2013	01/03/2016	1.565
ILP 2011	01/03/2011	R\$ 18,64	R\$ 9,00	01/03/2014	01/03/2017	24.048
ILP 2012	01/03/2012	R\$ 7,49	R\$ 9,00	01/03/2015	01/03/2018	195.440
ILP 2013	01/03/2013	R\$ 6,58	R\$ 8,30	01/03/2016	01/03/2019	231.922
SAR 2014	01/04/2014	R\$ 8,93	R\$ 7,71	01/04/2017	01/04/2019	181.332
Total:						634.307

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos:

Os sindicatos aos quais os colaboradores da Companhia estão vinculados são: o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Celulose e Pasta de Madeira de São Paulo.

A Companhia sempre manteve um bom relacionamento com os sindicatos que representam os seus colaboradores, o que faz com que haja uma relação positiva e produtiva entre as partes.

Diretamente, ou através do sindicato patronal, a Companhia firma vários acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis aos seus colaboradores que tem, como ponto comum, assuntos como reajuste salarial, jornada de trabalho, pausa para refeição e descanso.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Janet Guper						
029.123.398-80	Brasileira-SP	Não	Sim			
2.424.028	3,424000%	6.972.227	7,122000%	9.396.255	5,570000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	4.954.809	7,226000%				
Preferencial Classe B	2.017.418	6,881000%				
TOTAL	6.972.227	7,122286%				
Lisabeth S. Sander						
698.932.768-53	Brasileira-SP	Não	Sim			
2.424.028	3,424000%	5.307.119	5,421000%	7.731.147	4,583000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3.289.701	4,797000%				
Preferencial Classe B	2.017.418	6,881000%				
TOTAL	5.307.119	5,421341%				
André Guper						
055.100.858-00	Brasileiro-SP	Não	Sim			
2.424.028	3,424000%	6.852.946	7,000000%	9.276.974	5,499000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	4.835.528	7,052000%				
Preferencial Classe B	2.017.418	6,881000%				
TOTAL	6.852.946	7,000438%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Ian Baruch H. Guper						
316.520.818-28	Brasileiro-SP	Não	Sim			
1.212.014	1,711000%	3.545.878	3,622000%	4.757.892	2,820000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.537.169	3,700000%				
Preferencial Classe B	1.008.709	3,440000%				
TOTAL	3.545.878	3,622194%				
Pedro Noah H. Guper						
316.521.178-73	Brasileiro-SP	Não	Sim			
1.212.014	1,711000%	3.545.878	3,622000%	4.757.892	2,820000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	2.537.169	3,700000%				
Preferencial Classe B	1.008.709	3,440000%				
TOTAL	3.545.878	3,622194%				
David Feffer						
882.739.628-49	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.562.094	17,940000%	30.395.563	18,018000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.249.431	17,863000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.562.094	17,940072%				
Daniel Feffer						
011.769.138-08	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.493.722	17,870000%	30.327.191	17,977000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Daniel Feffer						
011.769.138-08	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.493.722	17,870000%	30.327.191	17,977000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.181.059	17,764000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.493.722	17,870229%				
Ruben Feffer						
157.423.548-60	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.301.390	17,674000%	30.134.859	17,863000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	11.988.727	17,483000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.301.390	17,673757%				
Fanny Feffer						
688.071.208-87	Brasileira-SP	Não	Sim			
9.775.358	13,806000%	6	0,000000%	9.775.364	5,795000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	3	0,000000%				
Preferencial Classe B	3	0,000000%				
TOTAL	6	0,000006%				
Jorge Feffer						
013.965.718-50	Brasileiro-SP	Não	Sim			
12.833.469	18,125000%	17.400.037	17,775000%	30.233.506	17,922000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Jorge Feffer						
013.965.718-50	Brasileiro-SP	Não	Sim			
	12.833.469	18,125000%	17.400.037	17,775000%	30.233.506	17,922000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	12.087.374	17,627000%				
Preferencial Classe B	5.312.663	18,119000%				
TOTAL	17.400.037	17,774527%				
OUTROS						
	0	0,000000%	1.911.810	1,954000%	1.911.810	1,133000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	1.911.807	2,788000%				
Preferencial Classe B	3	0,000000%				
TOTAL	1.911.810	1,952957%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL						
	70.805.346	100,000000%	97.893.107	100,000000%	168.698.453	100,000000%

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2015
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	29
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1. e 15.2.:

Nossos acionistas controladores, bem como nossos acionistas com participação igual ou superior a 5% (cinco por cento) de uma classe ou espécie de ações estão identificados no item 15.1 acima. Para mais informações, vide também itens 8.1 "(a)" e organograma constante do item 8.2 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Informações sobre acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor:

NÃO APLICÁVEL. Não há acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor, de acordo com os 3 últimos exercícios sociais:

Não ocorreram alterações relevantes na participação de membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes sobre este item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Em linhas gerais, todos os termos e condições de contratos que a Companhia celebra com partes relacionadas são praticados com base em valores de mercado, refletindo o cenário que seria verificado caso a contratação tivesse ocorrido com um terceiro sem qualquer relação com a Companhia, seus acionistas ou administradores.

A Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos e condições à luz dos termos e condições usualmente praticados pelo mercado, bem como diante das particularidades de cada operação, incluindo prazos, valores e atendimento de padrões de qualidade, entre outros.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Bexma Comercial Ltda.	31/12/2014	7.520.888,85	R\$ 7.428.000,00	R\$ 92.888,85	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com a Companhia e a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	03/02/2006	1.956.582.000,00	R\$ 653.128.006,41	R\$ 55.569.810,81	11 anos e 2 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	06/01/2009	169.000.000,00	R\$ 57.410.501,26	R\$ 2.993.896,82	8 anos e 11 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Comercial Agrícola Paineiras Ltda.	10/08/2004	116.901.758,00		R\$ 2.718.797,71	12 anos e 7 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada indireta.						
Objeto contrato	Fiança para financiamento.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 15/04/2013						
Natureza e razão para a operação							
IPLF Holding S.A.	31/12/2004	591.434,95		R\$ 87.684,95	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Fundação Filantrópica Arymax	30/06/2011	-493.766,65		R\$ - 493.766,65	1 ano e 2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Fundação filantrópica que possui como outorgantes instituidores alguns acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Debêntures conversíveis em ações da controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 2013.						
Natureza e razão para a operação							
Acionista	31/12/2011	-21.636.861,69		R\$ -21.636.861,69	9 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor pago em 23/10/2012						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Taba Consultores Associados Ltda.	27/09/2006	-940.688,00		R\$ -940.688,00	indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa cujo o sócio pertence ao Conselho Administrativo da Companhia						
Objeto contrato	Consultoria e assessoria prestada para Companhia						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Acionistas	29/06/2012	934.554.851,04		R\$ 934.554.851,04	10 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	A.F.A.C - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital recebido pelo acionista.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Liquidado em 30/04/2013						
Natureza e razão para a operação							
Acionista	31/12/2010	-42.966.254,68		R\$ - 42.966.254,68	4 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador pessoa física						
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar pela Companhia						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor pago em 20/05/2011						
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2013	283.514,40		R\$ 283.514,40	10 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber da controlada						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 31/10/2014.						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	30/11/2011	2.731.570.000,00	R\$ 2.548.229.779,05	R\$ 33.021.574,29	10 anos e 8 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Fiança de financiamento						
Garantia e seguros	Não existe garantias						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2011	5.169.050,12		R\$ 5.169.050,12	4 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber de controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 04/05/2012						
Natureza e razão para a operação							
IPLF Holding S.A.	01/10/2012	2.906.532,01	R\$ 2.666.697,49		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas com controlada indireta Stenfar.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Instituto Ecofuturo - Futuro paa o Desenvolvimento Sustentável	06/06/2000	-3.228.501,80		R\$ - 3.228.501,80	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Organização da Sociedade Civil de interesse Público mantida pela controlada Suzano Papel e Celulose						
Objeto contrato	Doações e apoio a projetos sociais relacionados a educação, cultura e meio ambiente						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Sociedade Conta Participação dos acionistas	02/09/2009	1.573.000,00		R\$ 1.573.000,00	2 anos e oito meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sob controle comum						
Objeto contrato	Locação comercial						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em maio/2012						
Natureza e razão para a operação							
S2TEC Serviços de Tecnologia Ltda.	31/12/2014	1.939.482,00	R\$ 1.939.482,00		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
CPMais Serviços de Consultoria em Meio Ambiente Ltda.	31/12/2014	2.649.000,00	R\$ 2.649.000,00		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.	31/12/2014	-69.448,10	R\$ -69.448,10		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Adiantamento para liquidação de despesas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.	31/12/2014	-148.755,46	R\$ -148.755,46		Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Adiantamento para liquidação de despesas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Não existe						
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	07/06/2011	432.006.467,65		R\$ 432.006.467,65	2 anos e 6 meses.	SIM	4,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debentures conversíveis em ações da controlada.						
Garantia e seguros	Flutuante						
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 16/12/2013						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Natureza: Financeira. Razão: Investimento financeiro da Companhia							
Suzano Papel e Celulose S.A.	05/05/2011	35.918.145,00		R\$ 244.393,19	2 anos e 8 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Fiança para pagamento da remuneração das debêntures de 5º emissão - 2º série da controlada.							
Garantia e seguros							
Não existe							
Rescisão ou extinção							
Contrato liquidado em 16/12/2013							
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	01/08/2003	292.244.000,00		R\$ 13.288.617,71	9 anos e 2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Fiança para financiamento							
Garantia e seguros							
Não existe							
Rescisão ou extinção							
Contrato liquidado em 15/10/2012							
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	20/06/2008	15.000.000,00		R\$ 15.000.000,00	4 anos e quatro meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital							
Garantia e seguros							
Não existe							
Rescisão ou extinção							
Devolução do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em 13/11/2012							
Natureza e razão para a operação							
Mabex Representação e Participação Ltda.	01/01/2009	-712.740,60		R\$ -712.740,60	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Sociedade controlada pelos acionistas controladores da Companhia.							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Reembolso de despesas de aeronave da Companhia e da controlada Suzano Papel e Celulose.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Lazam MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.	01/07/2008	-323.662,44	R\$ -26.567,19	R\$ -297.095,25	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Consultoria e assessoria em seguros com a controlada Suzano Papel e Celulose.						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	18/11/2009	-20.000.000,00	R\$ -16.302.171,53	R\$ -16.302.171,53	Indeterminada	SIM	0,723184
Relação com o emissor	Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia.						
Objeto contrato	Operação Vendor entre a controlada Suzano Papel e Celulose						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Natureza: financeira. Razão: financiamento de vendas. Taxa de juros indicada é a taxa média das operações realizadas no exercício de 2013.						
Suzano Papel e Celulose	31/12/2011	23.842.051,12		R\$ 23.842.051,12	2 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Juros sobre capital próprio a receber da controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Valor recebido em 15/03/2012						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
TEC2DOC Serviços de Tecnologia e Documentos Ltda.	30/03/2012	17.380.844,96		R\$ 17.380.844,96	02/09/2013	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Sociedade controlada indiretamente pelos acionistas controladores da Companhia							
Objeto contrato							
Transações comerciais com a controlada Suzano Papel e Celulose							
Garantia e seguros							
Não existe							
Rescisão ou extinção							
Contrato encerrado em 02/09/2013							
Natureza e razão para a operação							
Central Distribuidora de Papéis Ltda.	31/12/2014	78.504.793,42	R\$ 43.700.466,34	R\$ 43.700.466,34	Indeterminada	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Sociedade controlada por alguns acionistas controladores da Companhia							
Objeto contrato							
Transações comerciais com a controlada Suzano Papel e Celulose							
Garantia e seguros							
Não existe							
Rescisão ou extinção							
Contrato vigente							
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2014	148.048,20	R\$ 148.048,20		4 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Dividendos a receber de controlada							
Garantia e seguros							
Não existe							
Rescisão ou extinção							
Contrato vigente							
Natureza e razão para a operação							
Suzano Papel e Celulose S.A.	03/12/2003	12.421.905,36	R\$ 1.676.392,79	R\$ 10.745.512,57	Indeterminada	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compartilhamento de custos e despesas corporativas						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação							
Premesa S.A.	31/12/2012	971.072,64		R\$ 971.072,64	4 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber de controlada						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Dividendos recebidos em 10/05/2013						
Natureza e razão para a operação							
Nemopar S.A.	28/02/2003	-642.985.259,30	R\$ 424.992.000,00	R\$ -140.650.980,00	até 20/09/2000	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Empréstimo externo						
Garantia e seguros	Não existe						
Rescisão ou extinção	Contrato vigente						
Natureza e razão para a operação	Natureza: financeira. Razão: obtenção de recursos por meio de empréstimo externo.						
Suzano Papel e Celulose S.A.	06/09/2006	156.550,00		R\$ 156.550,00	6 anos e 6 meses	SIM	2,500000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debêntures						
Garantia e seguros	Não existe						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Contrato liquidado em 03/12/2012						
Natureza e razão para a operação	Natureza: financeira. Razão: investimento financeiro realizado pela Companhia.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Companhia possui órgãos como Diretoria e Conselho de Administração, em pleno exercício de suas funções e responsabilidades, sendo submetida a estes a decisão acerca de todas as operações da Companhia, conforme competência descrita no Estatuto Social vigente. Assim, as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

Ainda, como prática de governança corporativa, a Companhia possui:

- Regimento interno do conselho de administração, que determina a abstenção de voto do membro que estiver em conflito de interesse em matéria específica a ser deliberada pelo conselho;
- Código de Conduta que estipula que administradores, gestores e colaboradores do Grupo Suzano devem:
 - (i) comunicar imediatamente aos seus superiores qualquer ato ou transação comercial sob sua responsabilidade, que envolva empresas onde trabalhem seus Parentes (por "Parentes" entendem-se o cônjuge ou companheiro do colaborador, e ainda os familiares tais como pais, avôs, bisavôs, filhos, netos, bisnetos, irmãos, tios, sobrinhos, primos, tios-avós, sobrinhos-netos, cunhados e concunhados do colaborador e do seu cônjuge ou companheiro(a));
 - (ii) comunicar aos seus superiores quaisquer participações em sociedades detidas por eles ou por seus Parentes e amigos, assim como interesses comerciais, financeiros ou econômicos, que possam gerar conflitos de interesses; e
 - (iii) não contratar, nem induzir a contratação de Parentes ou qualquer pessoa com quem mantenham vínculo pessoal na condição de subordinado ou prestador de serviços, sem informar previamente ao seu superior imediato e à área de recursos humanos.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas (incluindo seus diretores, conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas) apresentem termos tão favoráveis à Companhia quanto os termos que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização,

Os contratos com partes relacionadas celebrados pela Companhia consideraram as práticas usuais de mercado, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como, quando aplicáveis, taxas de juros de mercado, e obrigações não pecuniárias, visando evitar que qualquer unidade operacional seja prejudicada em detrimento a outra.

O caráter estritamente comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 16.2 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia considera que as operações com partes relacionadas foram realizadas em conformidade com as práticas usuais de mercado para operações semelhantes. Dessa forma, caso tais operações fossem celebradas com terceiros não considerados partes relacionadas, teriam as mesmas condições principais, incluindo taxa de juros, prazos e valores envolvidos.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2013	1.953.374.350,97		70.805.346	97.893.107	168.698.453
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	68.572.777				
Preferencial Classe B	29.320.330				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2013	AGE	30/04/2013	934.554.830,24	Subscrição particular	17.605.346	24.340.562	41.945.908	91,72920000	22,28	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações

Classe ação preferencial	Quantidade ação por classe (Unidades)
PNA	17.050.231
PNB	7.290.331

Critério para determinação do preço de emissão Patrimônio líquido das ações em 31.12.2012

Forma de integralização Capitalização de créditos de adiantamentos para futuro aumento de capital

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICAVEL. Não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes referentes a este tópico estão indicadas nos itens 17.1 a 17.4 acima.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	80,000000
Direito a dividendos	A Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social nos obrigam a realizar assembleia geral ordinária até o quarto mês após o encerramento de cada exercício social, na qual os acionistas deverão deliberar, dentre outras matérias, sobre o pagamento de dividendo do exercício encerrado, tomando por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício imediatamente anterior. É conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia, na data em que o dividendo for declarado, direito ao recebimento de dividendos na proporção de suas participações no capital social, sem prejuízo do direito conferido às ações preferenciais, abaixo descrito. Nos termos do artigo 30 "c" do Estatuto Social da Companhia, é assegurado a todos os acionistas o direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social, os acionistas titulares de ações ordinárias têm a faculdade de solicitar a conversão de parte ou mesmo da totalidade de suas ações ordinárias em ações preferenciais de classe "A" ou em ações preferenciais de classe "B" e, em ambas as hipóteses, cada ação ordinária será convertida, pura e simplesmente, em uma ação preferencial de classe "A" ou em uma ação preferencial de classe "B", conforme o caso, observado o limite máximo conjunto de ações preferenciais de classes "A" e "B" de 2/3 (dois terços) do capital social.
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias de emissão da Companhia farão jus ao recebimento de pagamentos relativos a reembolso do capital na proporção de suas participações no capital social. No caso de liquidação da Companhia, tal pagamento ocorrerá após o pagamento de todas as obrigações da Companhia, sendo respeitada, neste e em qualquer outro caso de reembolso de capital, a prioridade de recebimento conferida às ações preferenciais de classes "A" e "B".
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, observadas as condições previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe "A" farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe "A" têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe B
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais de classe “B” farão jus a dividendos por ação, 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos a cada ação ordinária de emissão da Companhia.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais de classe “B” têm prioridade no reembolso de capital, sem prêmio.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a alteração das preferências, vantagens e condições inerentes a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou a criação de nova classe mais favorecida, requer a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto (artigo 136, incisos I e II), ficando a eficácia de tal deliberação, ainda, sujeita à prévia aprovação ou ratificação, em prazo improrrogável de 1 (um) ano, por titulares de mais da metade das ações preferenciais existentes, reunidos em assembleia especial convocada pelos administradores e instalada com as formalidades da lei (artigo 136, § 1º). De notar que a aprovação dessa matéria dá ao titular de ações preferenciais o direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor das suas ações (artigo 137, I). O prazo para o dissidente de deliberação de assembleia especial reclamar é de 30 (trinta) dias contados da publicação da respectiva ata (artigo 137, V).
Outras características relevantes	Não há outras características relevantes relativas às ações de emissão da Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Nosso Estatuto Social não dispõe de regra que limite o direito de voto de acionistas significativos.

O artigo 6º-A do Estatuto Social da Companhia dá aos acionistas titulares de ações preferenciais de classe “B” o direito de serem adquiridos na oferta pública de alienação de controle, nas condições previstas no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, pelo preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

NÃO APLICÁVEL. O Estatuto Social da Companhia não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há registros de negócios com as ações ordinárias e preferenciais (classes "A e "B") de emissão da Companhia listadas na BM&FBOVESPA em cada um dos trimestres dos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA, sob os seguintes códigos de negociação: (i) ações ordinárias - "NEMO3"; (ii) ações preferenciais classe "A" - "NEMO5"; e (iii) ações preferenciais classe "B" - "NEMO6"

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8. Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais:

NÃO APLICÁVEL. Não foi realizada oferta pública de distribuição pela Companhia ou terceiros relativa a valores mobiliários de emissão da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9. Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro, nos 3 últimos exercícios sociais:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não realizou oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiro nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 . Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relativas a este tópico estão indicadas nos itens 18.1 a 18.9 acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não possui plano de recompra de ações de sua própria emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não mantém valores mobiliários em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía valores mobiliários em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

NÃO APLICÁVEL. A Companhia não adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes sobre este item 20.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política") no que diz respeito à divulgação e uso de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Além da Política abaixo descrita, a Companhia não adota qualquer outra norma ou regimento, exceto a celebração de termo e/ ou acordo de confidencialidade com colaboradores e assessores no âmbito de projetos específicos, os quais têm por objeto o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência para resguardo do sigilo de informações até ulterior divulgação ao mercado.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2. Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 358 de 3 de janeiro de 2002 ("ICVM 358"), o Conselho de Administração da Companhia, a fim de adequar a política interna da Companhia ao princípio da transparência e às boas práticas de conduta no uso e divulgação de informações relevantes da Companhia, aprovou em reunião realizada em 25 de julho de 2002, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a ser observada por: (i) acionistas controladores, (ii) diretores, (iii) membros do Conselho de Administração, (iv) membros do Conselho Fiscal, (v) membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, ou (vi) quem, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha acesso privilegiado a informações relativas a ato ou fato relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado ("Pessoas Vinculadas"). Nos termos da Política, do artigo 155, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 2º da ICVM 358, entende-se por "ato ou fato relevante" qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (b) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários referenciados a valores mobiliários de emissão da Companhia.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante relacionado à Companhia. Dessa forma, as Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Ato ou Fato Relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, a fim de que este tome as providências necessárias. Cumpre, ainda, às Pessoas Vinculadas, o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento do seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o Fato Relevante à CVM e bolsa de valores.

A Política prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores e mercado em geral, de Ato ou Fato Relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados.

Caso seja imperativo que a divulgação do Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar sempre simultaneamente às bolsas de valores nacionais e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. De todo modo, em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constate oscilação atípica ou, ainda, na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução e acompanhamento da Política.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes relacionadas a este tópico foram informadas nos itens 21.1 a 21.3 acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Em 27 de junho de 2012 a Companhia subscreveu 119.605.766 ações ordinárias nominativas, 1.436.610 ações preferenciais classe "A" e de 14.720 ações preferenciais classe "B", através de Oferta Pública de ações da controlada Suzano Papel e Celulose, pelo valor fixado de R\$ 4,00 para cada ação, totalizando um montante de R\$ 484.228.384,00.

Em 16 de julho de 2012 a Companhia adquiriu 891.122 ações ordinárias nominativas, conforme contrato particular de promessa de subscrição de debêntures conversíveis da 4ª emissão da Suzano Papel e Celulose, cláusula 10.1, em que o BANDESPAR tem a obrigação de vender e a Companhia tem a obrigação de comprar as ações ordinárias decorrentes da conversão, totalizando um montante de R\$ 3.564.488,00.

Em 03 de outubro de 2013 a Companhia recebeu da controlada Premesa S.A. o montante de R\$ 14.960.466,18, referente a redução de capital, com o resgate das ações preferenciais.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia:

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.